

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**Reflexões acerca da transformação social na Escolinha de Agroecologia de
Nova Iguaçu/RJ**

Gabriela dos Santos Silva

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**REFLEXÕES ACERCA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA
ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU/RJ**

GABRIELA DOS SANTOS SILVA

Sob a orientação do Prof. Dr.
Ramofly Bicalho dos Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Abril de 2019

S586r Silva, Gabriela dos Santos, 1992-
Reflexões acerca da transformação social na
Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ / Gabriela
dos Santos Silva. - Seropédica/Nova Iguaçu, 2019.
106 f.: il.

Orientador: Ramofly Bicalho dos Santos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2019.

1. Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. 2.
Educação não formal. 3. Educação popular. 4.
Transformação social. I. Santos, Ramofly Bicalho dos,
1970-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Titulo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

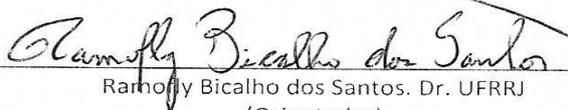
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001.

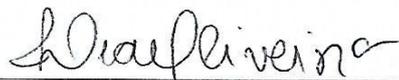
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

GABRIELA DOS SANTOS SILVA

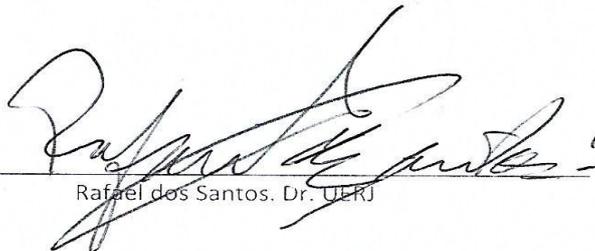
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/04/2019.


Ramonny Bicalho dos Santos. Dr. UFRRJ
(Orientador)



Lia Maria Teixeira de Oliveira. Dra. UFRRJ


Rafael dos Santos. Dr. UERJ

*Aos meus pais Edvaldo e Margarete, pelo
companheirismo, incentivo e por todo o amor
que existe nessa vida.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois contei os meus planos e sonhos, confiei e Ele me recompensou. Obrigada Senhor, por não fazer as minhas vontades, mas cuidar com amor de tudo aquilo que eu verdadeiramente necessito.

Aos meus pais Edvaldo e Margarete, que me ensinaram lições de amor, respeito e caráter que eu jamais poderia ter aprendido em outros lugares. Obrigada por me incentivarem a sonhar. Negra, pobre, crescida em morro... e a primeira na família a ingressar no mestrado. Esta é uma conquista dedicada a toda a minha família.

A minha avó, dona Dedícia, por nunca esquecer de mim em suas orações.

Ao meu noivo Paulo Rogério, que tem me apoiado incondicionalmente em todos os instantes. Muito obrigada pelo amor, carinho, respeito e amizade. Obrigada por tudo.

Ao meu orientador e professor Dr. Ramofly Bicalho dos Santos. Que sorte eu tive em ser sua orientanda. Ser humano ímpar, que acreditou neste trabalho e forneceu todos os subsídios necessários para realização do mesmo, dando as coordenadas à uma aluna que ainda não havia se encontrado no campo da pesquisa. Eternamente agradecida à Deus por colocar um professor tão especial em meu caminho. Por absolutamente tudo, muito obrigada!

Agradecimentos a Prof. Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira e ao Prof. Dr. Rafael dos Santos, membros dessa banca. Agradeço as ricas contribuições para o presente trabalho.

À Cristina Xavier, Marlene Oliveira e Glacione Arruda, amigas especiais que o mestrado me deu.

Cris e Marlene, meu trio deste mestrado, obrigada pela parceria e amizade, não haveriam palavras aqui para definir o quão especial vocês são. Obrigada, meninas, por tornarem esta experiência única com vocês ao lado.

A todos os amigos e colegas que direta ou indiretamente contribuíram com a produção desta dissertação.

Aos professores Rodrigo Lamosa e Allan Damasceno, da UFRRJ, pelos ricos momentos de aprendizagem em suas disciplinas.

Às professoras Lia e Marília, da UFRRJ, pelas ricas contribuições no exame de qualificação.

As professoras Simone Barreto e Danielle Ribeiro (do curso de formação de professores), profissionais de excelência e seres iluminados pelas bênçãos de Deus, que fazem a diferença na vida de seus alunos.

As minhas amigas e irmãs de alma Fernanda Maria e Tatiana Elias, da UFF pra vida.

À Talita e Joice, meu trio de amizade que quero para o resto da vida. Amo vocês.

À Isadora, amiga mais que especial que sempre acreditou em mim. Obrigada por tudo.

À minha família, de modo geral (tios e primos) que sempre me apoiaram.

À Jéssica Keli, uma amiga guerreira que conheço há pouco tempo, mas já ganhou um espaço enorme no meu coração.

À equipe da EMATER-Nova Iguaçu e a Comissão Pastoral da Terra, por permitirem que esta pesquisa fosse realizada. Em especial, agradeço à Mariella, que se disponibilizou a me auxiliar no que fosse necessário e abriu as portas da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu.

Ao protagonismo de todos os sujeitos envolvidos (de modo direto ou indireto) com a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. O futuro pertence aqueles que acreditam em seus sonhos. Sigamos caminhando e lutando por uma sociedade mais digna para todos.

Ao protagonismo de todos os sujeitos que se articularam e lutaram pelo movimento de luta pela terra, em defesa da agricultura e da agroecologia. Com ênfase ao Sr. Luís (*in memoriam*) e sua mobilização e preocupação com o município de Nova Iguaçu, sobretudo, em Marapicu e, também por sua preocupação e trabalho com a juventude.

À todos os envolvidos que se propuseram a participar das entrevistas, pela gentileza e paciência em dispor o tempo necessário para tal. Meus sinceros agradecimentos.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pois o presente trabalho foi realizado com o fomento e investimento desta instituição. Sem a bolsa de Demanda Social não seria possível a realização do presente trabalho.

RESUMO

SILVA, Gabriela dos Santos. **Reflexões acerca da transformação social na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ**. 2019. 106p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

Pensando na importância dos movimentos de oposição à hegemonia do agronegócio, capazes de produzirem novas formas sociais de luta e de resistência, o que nos chama a atenção no presente trabalho é a especificidade da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI), tendo em vista que se trata de um projeto de educação não formal situado na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, que há mais de dez anos, desenvolve um trabalho de formação em preceitos agroecológicos para pequenos produtores (de espaços rurais e urbanos), estabelecendo um viés de transformação social por meio da práxis da educação popular, da valorização dos saberes e da identidade de pertencimento ao lugar e às suas culturas. No que tange à metodologia, partimos da pesquisa qualitativa, realizando análises documentais, levantamento de produções bibliográficas acerca da temática, observação de campo, utilização do diário de campo como fonte de registro e realização de entrevista com roteiro semi-estruturado. Assim, identificamos a especificidade da ação da EANI, sobretudo, na região da baixada fluminense, como um projeto de educação não formal que propulsiona a transformação social.

Palavras-chave: Escolinha de Agroecologia; Educação Não Formal; Educação Popular; Transformação Social.

ABSTRACT

SILVA, Gabriela dos Santos. **Reflections on social transformation in the School of Agroecology of Nova Iguaçu/RJ**. 2019. 106p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education/Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

Considering the importance of the movements of opposition to the hegemony of agribusiness, capable of producing new social forms of struggle and resistance, what strikes us in the present work is the specificity of the School of Agroecology of Nova Iguaçu (EANI), aiming at which is a non-formal education project located in Rio de Janeiro's Baixada Fluminense, which for more than ten years has been developing training in agroecological precepts for small producers (rural and urban), establishing a transformation bias through the praxis of popular education, the valorization of knowledge and the identity of belonging to the place and its cultures. Regarding the methodology, we started with qualitative research, performing documentary analyzes, collecting bibliographical productions about the subject, field observation, using the field diary as a record source and conducting an interview with a semi-structured script. Thus, we identify the specificity of EANI's action, especially in the region of the state of Rio de Janeiro, as a non-formal education project that promotes social transformation.

Keywords: Agroecology School; Non-formal Education; Popular Education; Social Transformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo com marco de atendimento a outros municípios da Baixada Fluminense	23
Figura 2 - Sistematização dos conteúdos abordados no curso de preceitos agroecológicos	29
Figura 3 - Mapa da Baixada Fluminense/RJ	32
Figura 4 - Feira da Roça de Nova Iguaçu (Praça Rui Barbosa)	33
Figura 5 -Base educacional da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu	37
Figura 6 – Representação do perfil dos entrevistados	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento de produções científicas que envolvem a EANI	18
Quadro 2 - Efeitos diretos de transformação social na EANI	70

LISTA DE ABREVIACÕES E SBOLOS

AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CENFOR	Centro de Formao de Líderes
CIABAF	Consórcio Internacional da Agricultura da Baixada Fluminense
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comisso Pastoral da Terra
EANI	Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extenso Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrria
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional
MEB	Movimento de Educao de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetizao
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCS	Organizao de Controle Social
SESC	Serviço Social do Comércio
UNESCO	Organizao das Nações Unidas para a Educao, Ciência e Tecnologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA: CONHECENDO A ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU.....	17
1.1 - A metodologia utilizada na pesquisa	17
1.2 - A história da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu.....	20
1.3 - A relação entre as Feiras da Roça e a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu	32
1.4 - Interfaces entre educação não formal e a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu.....	36
1.5 - Lutas e resistências no entorno da EANI.....	41
CAPÍTULO II – A RELAÇÃO DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU COM A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR E OS LAÇOS DE IDENTIDADE E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	47
2.1 - Revisitando a história da Educação Popular e sua relação com a Educação do Campo	47
2.2 - A indissociabilidade entre teoria e prática: Educação popular como <i>práxis</i> social	57
2.3 - Identidade, Pertencimento e a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu	60
CAPÍTULO III – OUVINDO OS SUJEITOS: REFLEXÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA EANI.....	64
3.1 - Ouvindo os sujeitos: Efeitos diretos da transformação social.....	64
3.2 - Efeitos indiretos de transformação social a partir da EANI	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é expressa por profundas desigualdades sociais e negação de direitos para a classe trabalhadora. Do ponto de vista econômico, a concentração de terras pertence a uma pequena fração elitizada, que através do domínio dos meios de produção, se utiliza de um conjunto de meios para propagar uma ideologia baseada na propriedade privada como natural e como um direito inerente aos indivíduos.

O interesse na temática a ser discutida advém dos debates alavancados a partir da graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), da experiência profissional desenvolvida na Proteção Social Básica da Assistência Social e dos debates despertados por meio do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (Mestrado Acadêmico).

Considerando-se que o objeto de análise deste trabalho compreende as múltiplas expressões da questão social¹, o interesse na linha de pesquisa “*Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais*” vem de encontro aos questionamentos sobre a dimensão destas disparidades na sociedade no âmbito educacional e os diversos reflexos que são reproduzidos em nossa esfera societária a partir deste modelo excludente inerente ao capitalismo.

A escolha deste objeto de pesquisa ocorreu devido à necessidade de conhecer e se atentar às ações desempenhadas por projetos sociais, sobretudo, na região da baixada fluminense. Poucos são os estudos científicos que abordam a atuação de projetos sociais nesta região, sobretudo no que tange à educação não formal cujo público-alvo principal destina-se aos pequenos agricultores residentes tanto no meio rural quanto urbano.

Assim, intenta-se analisar a ação da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, como um espaço cuja especificidade se destaca ao longo de sua história: O desenvolvimento de práticas e ações por meio da educação popular, cujo objetivo além de compartilhar o conhecimento sobre práticas agroecológicas, abrange a questão da valorização da relação do homem com a terra, da valorização das histórias de vida, de pertencimento e respeito à identidade e engajamento com os movimentos sociais.

Para conhecer esse viés, consideramos indubitavelmente necessário ouvir os sujeitos que participaram do projeto e que durante este trilhar, encontraram novos rumos e caminhos:

¹De acordo com Yamamoto e Carvalho (1982), refere-se as expressões da relação entre capital *versus* trabalho e suas manifestações no cotidiano (lógica mercantil, pauperismo, relações de poder e desigualdades sociais).

de mudança, de oposição, luta por direitos, consciência crítico-política e tantas outras a serem desveladas ao longo desta pesquisa.

Compreendemos que, historicamente, o conjunto de transformações no espaço urbano e rural não ocorrem de forma natural, mas como resultado de um processo histórico que engloba os meios sociais, culturais, econômicos e políticos. Deste modo, os manuscritos de Marx (1888) apresentam uma especificidade na relação existente entre o homem e a natureza, em uma relação indissociável onde o homem (sujeito) é capaz de transformá-la, visando garantir a sua própria subsistência.

O sistema capitalista preconiza a subordinação do modo de lidar com a terra (trabalho) como um elemento constitutivo para produção de renda. Assim, as modificações ocorridas na natureza pelo homem, ultrapassaram a questão da necessidade imediata e passaram a atender os interesses do capital.

A agricultura passou a ser incorporada a um segmento de produção, de desenvolvimento capital. O modo de lidar com a terra, com o auxílio da mídia e de toda a sua publicidade, conseguiu transformar ao longo do tempo, a necessidade de se alimentar em uma mercadoria, por exemplo, representadas por intermédio do consumo de comidas pautadas em hábitos: “comer por estar triste, por estar no cinema, por encontrar os amigos, enfim, comer não somente para matar a fome” (CARVALHO; SOUZA, 2012, p. 23).

Nesta perspectiva, Sousa (2017, p. 663-664) explicita que a partir da década de 70, novas articulações surgiram contrárias à modernização da agricultura voltada para a produção, que inclusive adota métodos de uso desenfreado de agrotóxicos e ocasiona o êxodo rural. Guimarães e Mesquita (2010, p. 3), também discorrem acerca de uma nova forma de resistência entre o campesinato e aos movimentos sociais, produzindo um movimento de transformação social, de luta pela terra e por seus direitos.

Neste sentido, cabe destacar o histórico de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), instituído em 1984 e delineado por três objetivos claros definidos: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país, concomitante a ocupação de terras sem fundo social.

Pensando na importância dos movimentos de oposição ao Agronegócio, capazes de produzirem novas formas sociais de luta e de resistência, o que nos chama a atenção neste trabalho é a particularidade da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI). Trata-se um projeto de educação não formal situado na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, que

além de realizar um trabalho de formação no lidar com a terra com base nos preceitos agroecológicos para pequenos produtores (de espaços rurais e urbanos), trilha um viés de transformação social por meio da práxis da educação popular, da valorização dos saberes e da identidade de pertencimento ao lugar e sua cultura.

Deste modo, este estudo visa analisar se as práticas desenvolvidas no projeto corroboram para o desenvolvimento de outras novas ações: ações críticas, reflexivas e que não naturalizam a sociedade. Quais mecanismos de mudanças foram percebidos e captados pelos alunos que participaram da experiência de participação no projeto em variados aspectos: sociais, culturais, econômicos, dentre outros. Nesta perspectiva, nosso enfoque está direcionado a inter-relação educacional e social destes pequenos agricultores familiares a partir de suas inserções na EANI, considerando os diferentes períodos temporais ao longo da história do projeto.

Neste sentido, a dissertação está dividida em três capítulos, com o objetivo de analisar a trajetória histórica da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, compreendendo as interfaces relacionadas à identidade, sentimento de pertencimento e transformação social, a partir da experiência vivenciada pelos alunos e ex-alunos do projeto.

O primeiro capítulo “*A construção de uma história: Conhecendo a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu*”, foi iniciado com base na configuração da metodologia utilizada para a nossa pesquisa, pois, revela o percurso da investigação da temática. Em seguida, apresentaremos o histórico do projeto, identificando as suas bandeiras de luta desde a sua implementação (em 2007), refletindo sobre a importância da sua atuação para os pequenos produtores da região da baixada fluminense. Perpassaremos pelo debate acerca da Feira da Roça do município de Nova Iguaçu, compreendendo a importância das ações da EANI como um efeito indireto do projeto. Em seguida, abordaremos as interfaces entre educação não formal e a EANI, pois, entendemos que a metodologia do projeto também está baseada por esta modalidade educacional.

O segundo capítulo “*A relação da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu com a práxis da Educação Popular e os laços de identidade e sentimento de pertencimento*”, permeando pelo histórico da educação popular e a sua relação com a educação do campo, entendendo-as como um movimento político de representação de suas classes. Abordaremos também a questão da indissociabilidade entre teoria e prática na educação popular e, a questão

do sentimento de pertencimento e identidade dos sujeitos do campo, perpassando por questões de aspecto sociais, culturais e territoriais.

O terceiro capítulo “*Ouvindo os sujeitos: Reflexões sobre a Transformação Social a partir da experiência na EANI*” possui como base, a escuta dos sujeitos representados através dos alunos e ex-alunos da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu e as observações registradas em diário de campo, durante as visitas na Escolinha, enquanto pesquisador-observador.

CAPÍTULO I – A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA: CONHECENDO A ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU

A partir de uma história é possível construir diversas outras. Deste modo, iniciamos o presente capítulo com a apresentação da metodologia utilizada na pesquisa, considerando que a seleção dos caminhos metodológicos, corrobora de modo determinante com o desvelar da realidade. Posteriormente, pensando na importância de se caracterizar a trajetória da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, nos remetemos à compreensão dos caminhos trilhados e pelas lutas percorridas ao longo dos anos, bem como a sua especificidade e, em especial, sua importância deste projeto para a região da baixada fluminense. Ademais, cabe ressaltar que ao longo do tempo, esta região tem sido marcada pela ausência de projetos sociais que efetivamente busquem representar mudanças para o povo, sobretudo, para com aqueles que lidam com a terra e o meio ecológico, seja no campo ou na cidade. Permearemos brevemente pela temática da Feira da Roça, pois, é um tópico que nos chamou a atenção, como resultado indireto da ação da EANI ao longo do tempo. Neste sentido, também objetivamos abordar nesta pesquisa, a definição conceitual de atuação da Escolinha sob a perspectiva da educação não formal e esta relação com os Movimentos Sociais.

1.1 – A metodologia utilizada na pesquisa

Pesquisar é uma tarefa complexa e, portanto, necessita da escolha de um caminho que possibilite o desvelar da realidade. Para tal, faz-se necessário relacionar a metodologia aos objetos de estudo com coerência, considerando a realidade vivida do pesquisador e sua relação com as teorias, de modo que o método ora selecionado funcionará, ao longo da pesquisa como uma bússola e norteará os processos de análise e sistematização dos dados coletados ao longo da dissertação.

O universo da pesquisa é o curso de formação em conceitos agroecológicos promovido pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. A escolha de análise deste projeto ocorreu devido ao interesse em analisar um espaço que direcione a metodologia com base na educação popular na região da baixada fluminense, por meio da valorização de práticas e saberes que perpassam o processo de aprendizagem e que corroboram com as práticas de transformação social.

Cabe à nossa pesquisa, compreender e desvelar de quais formas estas ações são compreendidas pelos sujeitos que participaram do projeto de educação não formal ao longo dos anos de sua existência. Destacamos aqui, que o interesse particular desta pesquisa está centrado em ouvir os sujeitos (alunos e ex-alunos), considerando as suas experiências de vidas.

Para execução da pesquisa, inicialmente, realizaremos análise documental do arquivo da EANI, tais como: projeto piloto ordenador (Projeto Caritas), fichas de matrículas correspondentes ao período de 2007 a 2018, dados disponibilizados pela própria instituição e também de acesso público por meio digital e o levantamento de produções científicas sobre a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu.

Quadro 1 - Levantamento de produções científicas que envolvem a EANI

Autor(es)	Ano de publicação	Tema	Local
Guilherme Strauch, Márcio Mattos de Mendonça e Maria Conceição Rosa	2012	Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro	Revista Agriculturas (AS-PTA)
Maria da Conceição Rosa (Mariella)	2014	Um espaço de formação na Baixada Fluminense – a escolinha de agroecologia de Nova Iguaçu	Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro – Cadernos de Agroecologia (AS-PTA)
Juvenal José da Rocha e Alcimaro Honório Martins	2014	A escolinha de agroecologia: reconstruindo conhecimentos de forma participativa	Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro – Cadernos de Agroecologia (AS-PTA)
Suziane Hermes de Mendonça Soares	2015	Os laços da educação popular e da agroecologia na práxis da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ	UFRRJ – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) Dissertação de Mestrado

Fonte: autoria própria, 2018

Encontramos também desdobramentos da pesquisa de mestrado de Soares (2015) em apresentações de trabalhos em Congressos e Seminários. Cabe destacar que a relevância de nossa pesquisa está no aprofundamento do debate acerca das interfaces entre educação não formal e educação popular, perpassando por questões de fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento à capacidade multidimensional de se promover a transformação social a partir destes processos de aprendizagem.

O objetivo da análise destes documentos visa corroborar na exploração pedagógica do projeto e, para além da lógica de operacionalização, conhecer as modificações que vem ocorrendo ao longo da história, conhecendo as interações de progressão que o projeto vem construindo ao longo do tempo.

Foram realizadas observações de campo, utilizando o registro como fonte. Para tal, utilizamos o diário de campo, instrumento de utilização bastante comum na esfera do Serviço Social. Com base em Araújo *et al* (2013), o diário de campo se constitui como um caderno ou bloco de notas, cujo objetivo baseia-se em registros informais do pesquisador. Este instrumento não é um objeto correspondente à entrevista ou qualquer modalidade similar, mas se constitui como um instrumento rico que compreende a experiência do pesquisador no local e colabora com a prática investigativa e qualitativa, pois visa compreender a pesquisa com base na aproximação com a realidade. Minayo (1993, p. 21), acerca da pesquisa qualitativa:

(...) ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado (...) ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida. (MINAYO, 1993, p. 21 – grifos nossos).

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, foram realizadas cinco entrevistas com um roteiro semi-estruturado. Este quantitativo foi pensando visando ouvir diferentes perfis de sujeitos que participaram do curso de preceitos agroecológicos da EANI. Sendo assim, selecionamos três produtores rurais, que aqui estão identificados por “Entrevistado 1, 2 e 3 – Agricultores”, todos, residentes à região de Nova Iguaçu e participantes ativos da Feira da Roça (Centro).

Selecionamos também um (01) sujeito cuja história de vida está relacionada à produção urbana pela modalidade de quintal produtivo, aqui identificado por “Entrevistado 4:

Quintal produtivo” e um (01) técnico-ambientalista, aqui identificado por “Entrevistado 5: Técnico”.

Assim, o intuito da pesquisa visou mesclar as escutas, tanto no âmbito territorial (no que diz respeito a agricultores rurais e urbanos) e, de sujeitos envolvidos com a luta em prol dos movimentos sociais enquanto técnicos.

O objetivo desta mescla visa à compreensão de variadas perspectivas acerca do desenvolvimento da EANI e os impactos desta formação em suas vidas, visando garantir a imparcialidade da pesquisa, no que concerne ao gênero, idade e diferentes anos de participação nas turmas.

A observação de campo informal foi iniciada em outubro de 2017, através de visitas à sede da Emater-Nova Iguaçu e as aulas da Escolinha no espaço disponibilizado pela Igreja de São Jorge, objetivando dispor de uma fonte de contato mais direta entre o pesquisador e a realidade social da EANI e dos sujeitos envolvidos no projeto.

Cabe destacar que todos os sujeitos envolvidos com a pesquisa, são maiores de dezoito anos e foram devidamente esclarecidos sobre o sigilo de suas informações pessoais, onde concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme anexo A. Para realização das entrevistas foi utilizado como recurso gravador de voz, onde a técnica de coleta de dados configurou-se de modo individual, com base no roteiro semi-estruturado (anexo B).

1.2 - A história da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu

Uma trajetória de comprometimento social e de bandeiras de lutas erguidas a favor de um conteúdo transformador no campo e na cidade são bandeiras erguidas pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu (EANI). O projeto social, que é fruto de uma parceria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Baixada Fluminense e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Rio) completa dez anos de existência e de reconhecimento público. O início desta história possui como base a inspiração em uma experiência da CPT no município de Campos dos Goytacazes/RJ voltada para agricultores, com a proposta de oferecer métodos teóricos e práticos alternativos ao uso de agrotóxicos, através de encontros mensais.

Conforme dados de acesso público, disponibilizados pelo site oficial da Comissão Pastoral da Terra, seu histórico de instituição remete-se ao ano de 1975, através do Encontro de Pastoral da Amazônia, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Goiânia (GO). Foi fundada durante o período ditatorial em resposta a conjuntura precária vivenciada pelos trabalhadores rurais e posseiros, que foram expulsos de suas terras e submetidos a condições análogas ao trabalho escravo, principalmente na região da Amazônia.

A atuação da CPT se objetiva em prestar um trabalho a favor das causas dos trabalhadores do campo, ofertando um suporte para a sua organização e definição conjunta dos rumos a serem seguidos, desde que estes trabalhadores sejam os protagonistas de suas próprias histórias. A atuação da CPT não segue uma linha fixa, portanto, em cada localidade apresenta-se de um modo diferente de acordo com a realidade demandada.

Segundo Silva e Medeiros (2016), a CPT passou a atuar na região da baixada fluminense a partir da década de 80, tendo em vista a luta pela terra, como na região de Campo Alegre – Nova Iguaçu e Nova Aurora – Belford Roxo. A CPT possui relação com eixos de defesa ao Meio Ambiente, aos Direitos Humanos, a Diversidade Camponesa e Comunidades Tradicionais, visando organizar a sua estrutura com base nas transformações societárias.

Neste contexto histórico, cabe destacar a contribuição de Dom Adriano Hipólito frente à consolidação de um projeto político e teológico em resposta as demandas da baixada fluminense, sobretudo, no que diz respeito ao povo do campo e os conflitos que impactavam a vida dos sujeitos. Ao chegar à Diocese de Nova Iguaçu em 1966, propôs uma série de mudanças revolucionárias. Com destaque ao ano de 1973, onde foi inaugurado o Centro de Formação de Líderes (Cenfor) em Nova Iguaçu, no bairro Moquetá, visando formar e capacitar de líderes leigos para se tornarem lideranças na região da baixada fluminense, conforme explicitam Silva e Faria (2017: 72-73).

Segundo relato oral apresentado por Soares (2015, p. 45-46), em 1984, através da ocupação de Campo Alegre, houve uma desaceleração da urbanização da Baixada Fluminense. Foi formado neste ano um grupo de trabalho da Emater-Rio para atuar na ocupação, somando-se ao CPT, movimento forte na ocupação e com a presença do Padre Eduardo Alves de Freitas, precursor na atuação direta nas ocupações. Com ênfase as participações do Padre Geraldo João Lima, Sônia Ferreira e Generosa da Silva.

A abordagem da CPT nesta ocupação era definida desde a mobilização das famílias à desapropriação da terra, com estratégias definidas: ocupação gradual, não distribuição de terras de forma imediata a fim de resistir à repressão e a ditadura. Após a ocupação, descobriram que a desapropriação não ocorreria de forma simples, pois, a área ocupada correspondia a uma fazenda federal.

Campo Alegre recebeu aparato da Secretaria de Estado de Justiça e no ano de 1985, o território de Marapicu foi ocupado, exigiu-se a documentação e através de luta política permaneceram ao lado de Campo Alegre. Porém, quanto à negociação da Fazenda Boa Vida (que pertencia ao Banco Nacional de Habitação), não haveria desapropriação destas terras. A ocupação possuía apoio da Caritas e da Diocese de Nova Iguaçu e coletivamente, somaram forças e no ano de 1985, a região de Marapicu foi assentada. (SOARES, 2015).

Após 1985 começaram a ver alternativas direcionadas aos agricultores e assentados pelo Plano Nacional, na Nova República. Cada estado tinha verba para montar seu programa de assentamento em 1988. Após mudanças de governo, as discussões de assentamento foram abafadas só sendo retomadas em 1991, em Nova Iguaçu, como um todo, não existia um trabalho focado só no assentamento de Campo Alegre, como ocorreu no seu início. (SOARES, 2015, p. 46)

Em 2007, a CPT e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu instituíram uma parceria alternativa para desenvolvimento das atividades da EANI. Todavia, segundo Soares (2015, p.47), a Prefeitura não permitiu o envolvimento da CPT e da Emater-Rio. Isto nos traz a reflexão sobre qual modelo interessa aos gestores públicos apoiar: dissociado da bandeira de lutas dos movimentos sociais, com caráter interligado apenas a educação formal em agroecologia e distante da realidade dos participantes.

Soares (2015, p. 47) ressalta que em 2007, o então membro da CPT, Sr. Luiz Fernando de Jesus, inspirado na experiência em Campos dos Goytacazes/RJ, iniciou as atividades da EANI em uma escola em Marapicu-Nova Iguaçu. Porém, o enfoque da Escolinha relacionava-se aos métodos alternativos de combate às pragas e doenças através da homeopatia. Em 2008, um novo modelo é instituído através da parceria entre a CPT e Emater-Rio. Neste ano, a CPT convidou a Emater-Rio e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Seropédica/RJ para ministrar palestras aos alunos. A Emater-Rio é uma empresa responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro. Suas atribuições são:

1. Colaborar com órgãos competentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal, formalizando e executando programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro;
2. Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, objetivando o aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Rio de Janeiro;
3. Lutar pela preservação do meio ambiente, visando um equilíbrio ecológico entre homens, plantas e animais;
4. Prestar, aos produtores rurais, serviços necessários à produção agropecuária.
5. Elaborar e propor planos, programas e projetos relativos a obras públicas e de saneamento, bem como executar o acompanhamento das mesmas.

Nos dois primeiros anos da Escolinha de Agroecologia, o foco era atender os produtores residentes apenas no município. Era vedada a participação de produtores residentes em outros municípios, ainda que na baixada fluminense. Em 2009, a CPT convidou a Emater para compartilhar a coordenação, de modo que a CPT realiza a coordenação administrativa e cabe à Emater-Nova Iguaçu a coordenação técnico-pedagógica.

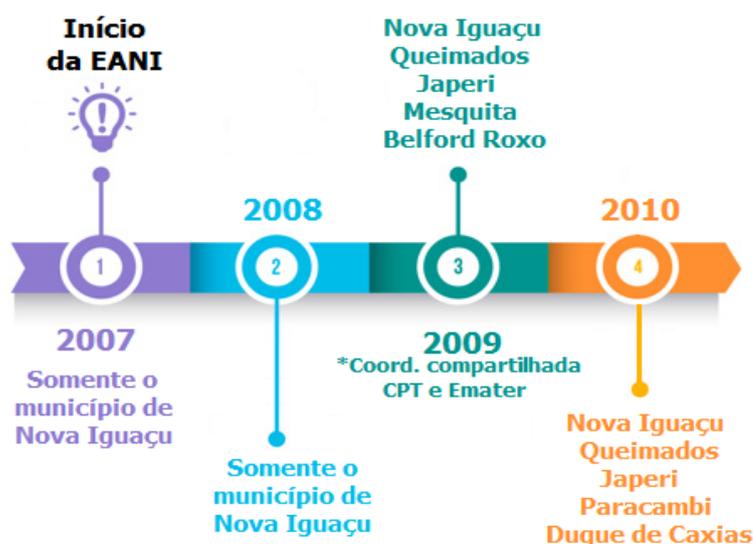


Figura 1 - Linha do tempo com marco de atendimento a outros municípios da Baixada Fluminense
 Fonte: autoria própria, 2018 (baseada no histórico da EANI)

A partir deste momento, torna-se um curso sequencial com progressão dos conteúdos ministrados, expandindo o que antes eram ciclos de palestras. E é também a partir desta mudança que os produtores de outras regiões passam a ser atendidos pela Escolinha. Em 2009, no primeiro ano de compartilhamento da coordenação, além de atender o município sede da Escolinha, atende-se as regiões de divisas com sua sede: Belford Roxo (leste), Queimados (oeste), Japeri (noroeste) e Mesquita (sudeste).

A questão territorial foi repensada com o intuito de promover maior facilidade de acesso dos produtores, assim, houve ampliação do número de alunos dos demais municípios do Rio de Janeiro, sobretudo da região da baixada fluminense. As aulas passaram a ser ministradas na região central de Nova Iguaçu, na Catedral de Santo Antônio e, durante alguns anos ocorreu na Igreja São Jorge. Por meio desta parceria, muitas outras foram feitas, tais como:

- a. *Embrapa Agroecologia*: instituição que se apresenta como uma Unidade Descentralizada da Empresa Brasileira de Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja linha de pesquisa se relaciona de modo interdisciplinar e holística e seu enfoque é a geração de tecnologias, produtos e serviços que visem atender as demandas societárias em prol de uma agricultura mais sustentável. A instituição recebe visitas da EANI à fazendinha agroecológica experimental situada em Seropédica/RJ e, também cede instrutores para ministrar aulas em alguns módulos.
- b. *PESAGRO-Rio*: instituição que acompanha o desenvolvimento da agricultura através da técnica do plantio direto², recebe as visitas dos alunos em Olericultura.
- c. *AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia*: ONG voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção do desenvolvimento rural sustentável. Disponibilizam instrutores para ministrar aulas.
- d. *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*: instituição de nível superior, que fornece instrutores para ministrar aulas no projeto e disponibiliza ônibus para que os alunos possam realizar visitas técnicas.

² Sistema diferenciado de manejo do solo, com o intuito de minimizar o impacto da agricultura e demais máquinas agrícolas.

- e. *Prefeituras Municipais de Japeri e de Queimados*: por intermédio das Secretarias de Agricultura são disponibilizadas *kombis* para realização de visitas técnicas às demais instituições.
- f. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*: Apoio financeiro e integração frente aos Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, com o intuito de suprir demandas de adubos verdes e dispor recursos genéticos apropriados à agroecologia.
- g. *CENFOR – Diocese de Nova Iguaçu*: Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu. Disponibilizam salas para a ministração de aulas e cozinha para as refeições na Catedral de Santo Antônio. A sede da Emater-Nova Iguaçu também se localiza em espaço concedido pelo Cenfor.
- h. *Alunos e ex-alunos da instituição*: ministração de palestras e no auxílio com as tarefas da cozinha.

Em seu projeto piloto ordenador (Projeto Caritas), a EANI se classifica, no âmbito de abrangência temática voltado à formação e formação de trabalhadores urbanos e rurais impactados por empreendimentos econômicos, organizados ou em processo de organização em empreendimentos coletivos e economia solidária; de baixa renda e trabalhadores rurais integrados a projetos de assentamento vinculados a programas de reforma agrária. Para tal, o projeto considera quatro fatores como justificativa:

1. A predominância de agricultores familiares no território da baixada fluminense. Destes, 50% são oriundos de movimentos de ocupação organizados. Alguns deles, gerando projetos oficiais de assentamento que possibilitaram o resgate de áreas que teriam sido loteadas caso não houvessem sido ocupadas;
2. A predominância de posseiros e pequenos estabelecimentos rurais;
3. As comunidades rurais estão, em sua maioria, localizadas no entorno de áreas de preservação ambiental, constituindo um verdadeiro “colchão de amortecimento” entre a ocupação urbana e as áreas de proteção.
4. A elevação das práticas agroecológicas que vem sendo adotadas e favorecidas há alguns anos na região, em grande parte devido ao poder aquisitivo dos agricultores locais e pela dificuldade de acesso a insumos sintéticos.

Cabe destacar, pensando nestes quatro tópicos mencionados, que houve um tempo – bem recente – em nossa história que o intuito do Plano Diretor dos municípios do Estado do Rio de Janeiro visava excluir a zona rural. Neste sentido, durante onze anos, o município de Nova Iguaçu foi classificado como urbano pelo Plano Diretor, negligenciando a realidade vivenciada pelos moradores das áreas rurais.

O de 1997 considerou todo o município como território urbano, desconsiderando o meio rural e classificando os camponeses como agricultores urbanos. Essa orientação do Plano Diretor se deu em função da maior valorização histórica que obtiveram as atividades urbanas, que foram sempre priorizadas em detrimento do desenvolvimento do meio rural. A alteração do Plano Diretor acontece apenas em 2008, quando o município foi governado por um prefeito considerado “mais de esquerda” e com o maior diálogo com os movimentos sociais do campo, havendo um reconhecimento das zonas rurais, e mesmo assim, muitas propriedades ainda buscam esse reconhecimento na justiça. (SANTOS, SOUZA E TAVARES, 2016: 6 - grifos nossos).

Dados do Censo Demográfico da segunda metade do século XX apontam o aumento da população urbana em nosso país. Santos, Souza e Tavares (2016: 6-8) analisam que este fenômeno de esvaziamento da população do campo para a cidade em busca por melhores condições de vida (aqui chamado de “metropolização”), fez com que estes sujeitos ao se depararem com a marginalização da pobreza na cidade, retornassem ao campo. Então, a partir da década de 1980, o deslocamento de retorno ao campo, propiciou o fortalecimento dos movimentos sindicais e sociais de luta pela terra e a ocupação de grandes propriedades sem função social.

A predominância de produtores rurais na região da baixada fluminense tem sido base para a organização de movimentos de luta em prol da agricultura familiar. Nesta perspectiva, cabe destacar que quando falamos de agricultura familiar, não podemos deixar de reconhecê-la como uma herança de nossos ancestrais, presente no país desde a época dos índios Tupinambás.

Apesar do particular potencial da região da baixada fluminense no âmbito da produção rural e agricultura familiar, ainda são poucos os estudos científicos que abordam os pactos coletivos entre os municípios da baixada fluminense em prol da defesa da agricultura familiar.

Em 2009, os municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Seropédica, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita e Paracambi, em parceria com a Universidade Federal Rural

do Rio Janeiro e a Emater, deram início ao Movimento Agricultura na Baixada, visando implementar uma política regional de agricultura, com ênfase na valorização da agricultura familiar como atividade econômica e social capaz de produzir riquezas para além da criação de empregos, tornando a região como um polo produtor de alimentos, mas também atuante na contenção do crescimento urbano e amortecimento de impactos ambientais.

Em 2017, dando continuidade ao rol de lutas em defesa do pequeno produtor da baixada fluminense, o Termo de Compromisso para a criação do Consórcio Internacional da Agricultura da Baixada Fluminense (CIABAF) foi assinado, mais uma vez, com apoio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O CIABAF possui apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (Incra), Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Dados disponibilizados pelo portal da UFRRJ ressaltam a importância deste Consórcio como um avanço no debate ampliado sobre a agricultura familiar na Baixada Fluminense, sobretudo, tendo em vista a atual crise econômica instaurada em nosso país. Todavia, reiteramos que além da criação destes, faz-se necessário ouvir a voz dos sujeitos envolvidos. Pensar nos limites e possibilidades do avanço e fortalecimento da agricultura familiar em conjunto com os produtores (rurais e urbanos).

Neste sentido, destacamos o quão valiosa é a presença dos produtores (rurais e urbanos) da baixada fluminense na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. É por intermédio da participação destes sujeitos que se constroem uma rede de relações que potencializa a capacidade de resolução de problemas.

Entendemos o trabalho em rede também como uma forma de organização. Portanto, se configura em uma estratégia de enfrentamento as mais variadas formas de desigualdade e opressão. Conhecer as pessoas que estão em torno, além de fortalecer a autonomia, estimula práticas de participação social em prol de interesses que necessitam ser defendidos, de forma cidadã e emancipatória. Este processo, portanto, compõe-se como parte de uma educação interativa. Com base no Projeto Caritas, como objetivos específicos, a EANI visa:

1. Capacitar agricultores familiares, com o intuito de preservar recursos naturais e meios de produção agrícola, produzindo alimentos saudáveis, viabilizando social e economicamente agricultores e pequenos produtores da Baixada Fluminense;

2. Seguir a orientação do texto-base da Campanha da Fraternidade 2017 “Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida”, que diz respeito à promoção de relações fraternas com a vida e cultura dos povos. E em específico, quanto ao parágrafo 278 que recomenda o apoio à produção agroecológica camponesa com base na agricultura familiar.

Segundo Batista, Netto e Gonçalves (2017: 10), a agroecologia é um modelo de resistência que esbarra em um vasto conjunto de dificuldades, como: a falta de crédito para este tipo de produção e as dificuldades para a comercialização dos produtos. Assim, a formação em agroecologia de uma rede de pequenos produtores possibilita: a defesa de um modelo agroecológico de produção; a produção de insumos próprios; combate a lógica mercantil vigente e escoamento da produção por meio das *feiras da roça*.

No âmbito da organização da organização da equipe executora, o Projeto Piloto Ordenador explicita: a) Monitoramento e Avaliação, Fontes de Verificação e Continuidade, onde a Emater-Rio realiza visitas antes e depois da frequência dos alunos na EANI. Assim, é possível acompanhar a aplicabilidade de práticas agroecológicas ao mesmo tempo em que se avaliam os impactos dos conhecimentos socializados durante o curso e, b) Emater-Rio e a CPT possuem trabalho continuado na área de ação da EANI, promovendo o engajamento de alunos e ex-alunos em atividades que consolidam a prática agroecológica.

A participação no curso é gratuita e os encontros são quinzenais, na maior parte do curso. A carga horária de aulas ao dia totaliza 07h, entre os meses de março a dezembro, correspondendo a aproximadamente 175h. O público prioritário da Escolinha são pequenos agricultores e produtores rurais, estudantes e técnicos das áreas de ciências agrárias, engenheiros florestais e ambientalistas.

Segundo a Emater-Nova Iguaçu, durante os três primeiros meses, o curso enfoca conteúdos relacionados ao manejo ecológico do solo, uso racional da água, inoculação de sementes leguminosas, reflexão acerca da história dos agrotóxicos e transgênicos, manejo agroecológico de lavouras, reconhecimento de pragas e doenças, métodos alternativos de controle (que incluem a homeopatia) e o reconhecimento dos inimigos naturais.

O curso também apresenta um segmento sobre Sistemas Agroflorestais, manejo de águas e saneamento básico rural. Após a fase de fundamentação teórica, há a continuidade dos

demais temas complementares, tais como: irrigação, introdução à apicultura, meliponicultura, avicultura, piscicultura, segurança e soberania alimentar, legislação ambiental.

As aulas possuem grande apoio em recursos materiais de audiovisual para facilitar a compreensão dos conteúdos abordados, adequando a dinâmica de aprendizagem aos

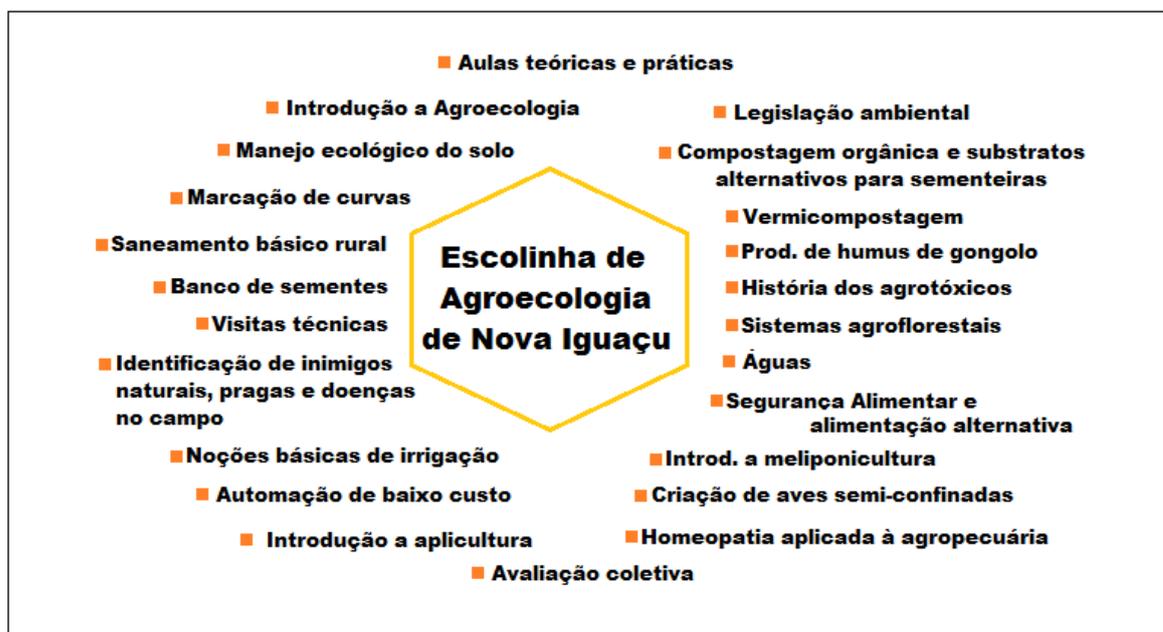


Figura 2 - Sistematização dos conteúdos abordados no curso de preceitos agroecológicos
 Fonte: autoria própria, 2019 (com base nos conteúdos abordados pela EANI)

diferentes graus de instrução do público de alunos. A EANI também distribui apostilas sobre os assuntos abordados em aula com uma linguagem clara e fácil.

As refeições são preparadas e oferecidas pela própria Escolinha, assim, não há ônus para o aluno se alimentar. Há uma cozinheira contratada para preparo dos alimentos e todos os anos, uma equipe de voluntários auxilia nas tarefas da cozinha, sobretudo, por parte dos ex-alunos do projeto. Neste sentido, com base no relato oral de entrevista, o voluntariado é uma forma de retribuição e de permanência do vínculo criado com a EANI:

“E minha forma de retribuição foi vindo trabalhar aqui na cozinha no ano seguinte, o que tornou também a minha vida tão corrida quanto e eu não consegui também colocar muitas coisas em prática, mas eu achei importante criar esse vínculo com a Escolinha pra além dessa posição de aluna, né? Tipo, na posição de voluntária também porque, é aquilo, enquanto a Escolinha existir, as chances de aprender tá ali. Eu acho que qualquer aluno, ex-aluno da Escolinha, se sente confortável pra chegar aqui, nem que seja na hora do almoço só e cumprimentar o pessoal da cozinha,

cumprimentar a Mariela, tirar uma dúvida, sabe?” (Relato oral de entrevista – Entrevistado 4: Quintais Produtivos).

A EANI recebe em média, 60 alunos por ano, sendo o seu público-alvo os agricultores. Portanto, 45 vagas são destinadas a estes agricultores e as demais, voltadas para ambientalistas, estudantes, técnicos de ciências agrárias e demais segmentos populacionais. As inscrições acontecem na modalidade presencial no escritório da Emater-Nova Iguaçu, no Centro de Formação de Líderes (Cenfor), localizada no bairro Moquetá, próximo ao Serviço Social do Comércio (SESC).

Ao final do curso é conferido o certificado ao aluno que obteve presença mínima de 50% e, muito além desta certificação, espera-se como resultado que os conteúdos e debates realizados ao longo do ano possuam efeito multiplicador em suas comunidades e demais localidades. Os ex-alunos podem retomar as aulas após três anos de sua conclusão, inclusive para retomar conteúdos que por acaso tenham perdido ao longo do ano em que cursaram inicialmente.

Em nossa perspectiva, a atuação da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu se inter-relaciona a duas modalidades de ensino: educação não formal e educação popular. Consideramos isto, pois, o objetivo do projeto não visa tão somente promover a formação em agroecologia (como em cursos de educação formal voltados ao trabalho técnico). Há uma intencionalidade em sua ação, que se preocupa com a realidade social e valoriza os conhecimentos dos alunos, suas culturas e identidades, implicada a um olhar crítico-reflexivo.

Aqui, destacamos a ação contra hegemônica³ da Emater, pois, trata-se de uma empresa pública criada para atender aos interesses do mercado financeiro, sobretudo, no que diz respeito à produtividade agrícola. Porém, aqui enxergamos a Emater sob a ótica de transformar a ordem vigente a favor de outro modelo de sociedade, somadas às forças da Comissão Pastoral da Terra, com práticas coletivas e não voltadas a reprodução capitalista.

Participei da 4ª Festa da Partilha de Sementes e Mudas, evento promovido pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. O evento é aberto ao público e a ideia central é não comercializar mudas e/ou sementes, mas sim, possibilitar a troca ou doações. Cheguei às 10h00min e já encontrei um bom movimento de pessoas, a olho nu, calculo que mais de 150 pessoas tenham participado, pessoas de diversos locais do Estado. Dialogando com os sujeitos presentes, num bate-papo informal, percebi que o conceito estava bem compreendido: conscientizar as pessoas sobre a questão do consumo e evitar a comercialização de sementes envenenadas por agrotóxicos. Cabe

³ Tendo como base o conceito Gramsciano.

destacar que foi um momento marcado pela trocas de experiências de vida, troca de contatos. (Registro do Diário de Campo – Nova Iguaçu, 28 de julho de 2018).

Cabe destacar que a instituição recebe preferencialmente agricultores familiares (de áreas urbanas e rurais). A atuação que estabelece um vínculo entre urbano e rural compreende que a agricultura familiar não possui uma única forma de apresentação voltada exclusivamente ao campo. As técnicas de ensino apresentadas na EANI não estão relacionadas à competição no mundo do trabalho ou para gerar vendas e altos lucros e produtores em escala comercial. Mas sim, a qualidade de vida e a oposição ao agronegócio que massacra a produção do pequeno produtor.

Segundo informações disponibilizadas pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA, 2016), além de promover a participação no curso, os participantes também recebem informações acerca das Políticas Públicas relativas às suas práticas na agricultura familiar e promovem ações progressistas. Novos caminhos começaram a surgir e a EANI, em 2014 iniciou-se a primeira turma do Curso de Hortas Domésticas com Base Agroecológica. O público-alvo permaneceu o mesmo: residentes em território urbano ou rural e estende-se a professores da rede pública ou privada. Em fevereiro de 2018, a EANI divulgou a abertura da segunda turma, com 30 vagas e as aulas ocorreram na sede da Emater-Nova Iguaçu, com duração de 10 horas, durante quatro encontros mensais, nos dias 07, 14, 21 e 28 de março, no turno da tarde.

Cabe destacar a notoriedade crescente acompanhando a EANI nos últimos anos, sobretudo, via meio digital. Além dos prêmios recebidos, sua página no *facebook* é acompanhada por mais de duas mil pessoas de modo espontâneo e este número só cresce. O reconhecimento de sua importância é disseminado e este é um dado relevante visto que a tecnologia, sobretudo a internet tem ocupado uma posição central no âmbito da comunicação social e da socialização de informações em alta velocidade.

Em 2018, o Curso de Introdução à Criação de Abelhas Sem Ferrão (Meliponas e Trigonas). A oferta de 40 vagas foi compartilhada na página da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu e, em apenas dois dias, todas as vagas já estavam preenchidas. Além de divulgar as ações da EANI, a página virtual também compartilha um conjunto amplo de informações, como Seminários, Fóruns e Cursos relacionados à agroecologia e bandeiras de lutas dos movimentos sociais.

1.3 - A relação entre as Feiras da Roça e a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu

A baixada fluminense é uma região metropolitana do Rio de Janeiro composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Todos os municípios localizam-se ao norte da cidade do Rio de Janeiro.



Figura 3 - Mapa da Baixada Fluminense/RJ
Fonte: Acima baixada, 2012

Historicamente, é uma região marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e pela ausência de políticas públicas efetivas. Com base em dados disponibilizados pelo IBGE (2015), esta região reúne a maior incidência cartográfica⁴ de pobreza do Rio de Janeiro. Este é um fator de suma relevância para nosso trabalho, visto que no país, o percentual de extrema pobreza está concentrado nas regiões rurais no país.

Os manuscritos de Marx (1844) apresentam a especificidade na relação existente entre o homem e a natureza, em uma relação indissociável onde o homem (sujeito) é capaz de transformá-la, visando garantir a sua própria subsistência. O sistema capitalista preconiza a subordinação do modo de lidar com a terra como um elemento constitutivo para produção de renda. Assim, as modificações ocorridas na natureza através do homem ultrapassam a questão da necessidade imediata e passa a atender novos interesses. A agricultura passou a ser incorporada a um segmento de produção, de desenvolvimento capital.

⁴ Os dados relativos à incidência cartográfica da pobreza têm por objetivo estipular índices numéricos da desigualdade da distribuição de riqueza entre a população abarcada por dois índices: pobreza absoluta e subjetiva. A partir deste censo, por exemplo, é possível mensurar quantas pessoas vivem abaixo da linha da pobreza.

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), o município de Nova Iguaçu ocupava o 24º lugar no *ranking* de situação domiciliar na área rural, sendo então composta por 1500 pessoas residentes nesta região. Sendo assim, cabe salientar que a Feira da Roça é um marco de representatividade dos pequenos agricultores do município. Por diversas vezes, estes produtores tinham a produção, porém, não conseguiam escoá-la, o que é uma das grandes dificuldades dos produtores nas diversas regiões do país.

O grande cinturão agrícola da região é composto, sumariamente, pelos bairros de Adrianópolis, Marapicu, Rio D'Ouro, Jaceruba e Tinguá, sendo o aipim o carro-chefe de produções no município. Atualmente, a Feira acontece durante dois dias na semana, nas quartas e sextas-feiras.



Figura 4 – Feira da Roça de Nova Iguaçu (Praça Rui Barbosa)
Fonte: Notícias de Nova Iguaçu, 2014

O histórico de lutas a favor da concretização desta Feira tem início em 2004, através do mercado produtor no galpão da Associação Rural. Posteriormente, novas iniciativas foram surgindo, porém, sem sucesso. Durante o Governo de Lindbergh Farias, no município de Nova Iguaçu, o término da Feira da Roça ocorreu em abril de 2005, a princípio para realização de reforma do espaço, porém, não voltaram a ocupar o espaço, segundo Soares (2015, p. 47).

Entrevistamos três indivíduos que integram a da Feira da Roça de Nova Iguaçu. Dois deles, participaram das turmas em suas origens, respectivamente, nos anos de 2007 e 2008.

Nos relatos, podemos observar que há um histórico de lutas muito intenso para a conquista da Feira da Roça e, nesta perspectiva, não se resumiu aos produtores rurais. Campo e cidade unidos em prol de uma causa:

“A gente trabalha na Feira da Roça desde 2003. A Feira começou ali no Mercado Popular, onde que agora é perto do Garotinho (do Restaurante do Garotinho), onde tá fechado. Hoje lá é uma Concessionária de carros da Renault. E devido ter fechado lá, lutamos muito para conseguir este espaço aqui e no tempo, quem lutou conosco foi a Igreja Católica, (...) a Comissão Pastoral da Terra, o arcebispo Dom Luciano, o próprio Seu Fernando. (...)E houve algumas movimentações, por exemplo, a gente pedindo assinatura da população, entendeu? Nós conseguimos naquele tempo 10 mil assinaturas. E com isso, o prefeito, as pessoas que estavam na liderança daquele tempo, os políticos, eles deram um “crédito” para a gente porque eles viram que a própria população iguaçuana apoiava a Feira no centro de Nova Iguaçu, né? É uma coisa que é ligada: campo e cidade”. (Relato de entrevista oral – Entrevistado 1 – agricultor rural).

Assim, memórias e recordações trazidas pelo relato oral de entrevista, revelam o quão difícil era a participação no início da Feira, pois, os produtores tinham ao seu dispor um amplo espaço, porém, sem movimentação. Assim, o pequeno produtor levava a mercadoria (ainda que em pequena quantidade) e não conseguia escoar.

“Eu faço parte da Feira da Roça desde o começo, aqui não era nem Feira da Roça. Era Feira do Produtor, mas não sei o nome mais não. Aí depois que a gente passou, registrou tudinho e botou “Feira da Roça”. Aí seu Luís registrou e botou “Feira da Roça”. Lá, a gente ia lá, tinha mais de 60 barracas, muitas, um espaço muito grande, mas só que não tinha movimento. Era fechado, era escondido. Aí um agricultor comprava do outro, as vezes só fazia dinheiro pra pagar a minha passagem de ônibus, mas não desisti. Não desisti. Vinha com uma bolsa, ficava ali na rodoviária com a bolsa de tapioca, fruta que eu trazia tudinho, de pouquinho um comprava de mim, eu comprava do outro e assim a gente foi vivendo até a gente conseguir conquistar vir aqui pra cá. Aqui estamos fixos porque aqui a gente ganhou. Os da antiga mesmo de lá, uns já morreram, só tem eu que é da antiga, aquele rapaz ali e o meu marido. O resto tudo aqui é novato. E os mais antigos de Marapicu também já ficaram muito velhinhos e não estão vindo mais, os agricultores de lá.” (Relato oral de entrevista – Entrevistada 2 – agricultora rural).

Em 2006, através do Fórum Mundial de Educação, a Feira da Roça foi inserida no evento e, após muita resistência, a partir deste ano fora estabelecido que a Praça Rui Barbosa seria contemplada para a realização da Feira da Roça. A Feira da Roça acontece em outros municípios, tais como Campos dos Goytacazes, Quatis, Barra Mansa, Queimados, Magé, Japeri e Resende.

As Feiras congregam famílias de agricultores locais que comercializam a sua produção, lideranças de Associações de Agricultores e Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural. Em 2013, a Feira da Roça de Nova Iguaçu foi inserida no Cadastro e Emissão da OCS (Organização de Controle Social), através da UNIVERDE.

Cabe destacar que, segundo Strauch, Mendonça e Rosa (2012, p. 33), a Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu inclui membros de comunidades rurais e possuem personalidade jurídica para representar o grupo de agricultores que já vinham participando das Feiras na região metropolitana.

Uma porcentagem de alunos e ex-alunos da EANI integram as Feiras da Roça do Rio de Janeiro, sobretudo, da Baixada Fluminense, apresentando produtos sem agrotóxicos, naturais e atendendo qualitativamente às demandas alimentares de forma saudável, cujas bases educacionais foram compartilhadas através da Escolinha, de modo multiplicador:

“Eu gostei das ideias e das técnicas que eles ensinavam ali na Igreja Santo Antônio, eu gostei muito e fiz o curso e foi de muita utilidade, não só pra mim, mas pra todos da Feira (da Roça). A gente aprende a técnica, como lidar com a agricultura usando a Agroecologia, como usar os adubos, tudo feito pelo próprio agricultor. A gente planta, a gente colhe... até porque pra participar da Feira da Roça tem que comprovar que é agricultor”. (Relato oral de entrevista – Entrevistado 1: agricultor rural).

Ressaltamos também que a atual conjuntura de instabilidade política representada pela crise econômica nos apresenta um quadro de elevação de desemprego e pauperismo. Com isto, a população urbana tem buscado novas alternativas para geração de renda visando tornar seus quintais produtivos com base na agricultura familiar.

Uma das ações municipais foi a implementação de feira da roça para os agricultores, distribuídas pela cidade, sendo uma feira de base Agroecológica, não pode ser considerada orgânica, pois nem todos os feirantes são devidamente certificados, ocorrendo uma vez por semana no bairro do Centro e dela participam boa parcela dos produtores de agricultura familiar da cidade. (SOARES, 2015, p. 47).

Segundo Longo (2016), o principal desafio para a agricultura familiar se interliga aos grandes negócios, sobretudo, quando pensamos nos grandes latifundiários e nas atividades voltadas ao agronegócio, que representa um dos maiores investimentos governamentais em tempos de crise. Assim, a agricultura familiar vem ao longo dos anos sendo massacrada pelos grandes mercados. No viés social e cultural, as feiras tradicionais já se tornaram tão comuns

que os cidadãos que passam em frente as feiras da roça não percebem sua relevância como um espaço de oposição ao consumismo exacerbado e utilização de veneno.

Tem a feira lá em Queimados da (...) Agricultura Familiar. Que foi uma coisa que encantou bastante, né? Já tinha visto na escola que eu estudei no ensino médio (...) que os alimentos recebidos eram da agricultura familiar, mas assim, era aquilo... eu sabia que existia como se fosse algo invisível (...). Aí quando eu entrei pra Escolinha, eu vi isso de uma forma: (...) esse povo existe mesmo, tão aí querendo fazer feira, tão querendo assim, competir com a forma, com as feiras convencionais, mas com um espaço bem menor.

Em suma, segundo Rosa (2017), as feiras da roça, numa perspectiva geral, oferecem um leque de benefícios à população, tais como: a oferta de produtos naturais, sem a utilização de venenos como recurso para fomento à produção; a construção e valorização da identidade rural local; o estabelecimento do diálogo entre o campo e a cidade, como espaços complementares e dependentes entre si; a possibilidade de escoação da produção do pequeno agricultor; resgate das tradições alimentares; aumento e diversificação da produção e, a busca por aperfeiçoamento e formação.

1.4 - Interfaces entre educação não formal e a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu

O debate acerca da educação não formal no país obteve início no fim dos anos 1980 e se expandiu mundialmente ao longo dos anos 1990 e nos anos 2000, este debate se expandiu no Brasil. Esta modalidade está diretamente relacionada à participação.

Ou seja, a produção de conhecimento é gerada a partir da participação dos sujeitos, não se tratando apenas da prática de aprendizagem mecânica e sim, da construção coletiva do ato de aprender. Os pioneiros da educação não formal são os Movimentos Sociais, visto que a aprendizagem proposta é voltada a uma leitura de mundo. (GOHN, 2014).

Cabe salientar que educação não formal não é o mesmo que educação popular. No presente trabalho, entendemos que as duas modalidades conversam entre si, com base na seguinte estrutura: A atuação da EANI sob a perspectiva da educação não formal e sua metodologia com base na educação popular:



Figura 5 - Base educacional da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu
Fonte: autoria própria, 2018

Assim, entendemos que a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu permeia por duas modalidades de educação distintas: Educação não formal e educação popular. Distintas, mas, se complementam.

A partir da compreensão da lógica capitalista que regula as relações sociais e das condições impostas por este sistema, através desta organização coletiva, há o questionamento e a imposição. Ergue-se a bandeira de lutas a favor de um novo modelo societário que promova a igualdade de direitos, políticas públicas efetivas e redução das desigualdades sociais.

Gohn (2010) nos apresenta elementos sumariamente importantes acerca da educação não formal para compreensão da atuação da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Inicialmente, por suas características no universo das práticas educativas, que se diferenciam totalmente do campo informal e por possuir um campo próprio.

A educação não formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não tratam como educação por não se referir a processos escolarizáveis ou que ocorram dentro de uma escola – representação dominante no senso comum sobre a educação. Ela designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a formação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na

mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações coletivas. (GOHN, 2014, p. 41 – grifos do autor).

Para Simson, Park e Fernandes (2007) e Gohn (2010; 2014), a educação não formal tem relação com a transformação social em virtude das seguintes características: caráter voluntário por meio de parcerias, promoção da socialização e da participação, é pouco formalizada e preocupa-se com a mudança social. A atuação da EANI visa responder as demandas apresentadas pelos participantes, bem como seus interesses e necessidades. Não há um modelo educacional verticalizado, ou seja, impositivo. As relações presentes na instituição visam a participação, baseadas em igualdade, respeito, na valorização dos saberes próprios adquiridos e o compartilhamento dos mesmos, promovendo um espaço de reflexão crítica.

As características acima explicitadas se assemelham aos objetivos da educação não formal, visto que, segundo Gohn (2010, p. 19-20), a difusão de informação, formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal, pois visa produzir saberes nos cidadãos em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo, dentre outros. Visa trabalhar e formar a sua cultura política de um grupo, desenvolvendo laços de pertencimento e construção da identidade coletiva.

Segundo Simson, Park e Fernandes (2007, p. 14), a educação não formal é uma modalidade que está em movimento constante que possui como característica a sua potencialidade em lidar e se abrir para novos modelos de aprendizagem e de experiências. O intuito é que o espaço possibilite o trabalho com temas e propostas de interesse para os participantes, contribuindo com seus cotidianos, com os saberes, com a diversidade e com a coletividade. Fernandes (2014) afirma que:

Uma das características da educação não formal é que muito do que se pensa, sabe e faz está pautado na oralidade e na prática. Também, a historicidade dessas ações está presente e, de certa maneira, guardada na vivência e nas memórias das pessoas que se envolveram e compartilharam o processo educativo – educandos e educadores e também os coordenadores pedagógicos (FERNANDES, 2014, p. 172).

Desta forma, as interações entre os sujeitos também ocorrem a partir da memória social. O compartilhamento dos pensamentos através da oralidade se compõe como elemento fundamental neste processo de aprendizagem. Nesta perspectiva, destacamos a proposta de trabalho final do Curso de Práticas Agroecológicas da EANI que propõe o desenvolvimento coletivo de uma técnica que foi aprendida no curso.

Assim, a turma é subdivida em grupos e cada grupo seleciona um local e uma técnica a ser aplicada. Quanto ao local, preferencialmente, que tenha relação direta com suas vidas, como por exemplo: seus quintais, sítios, fazendas, dentre outros. O intuito é demonstrar a progressão da técnica através do registro de imagens, conforme entrevista *online* disponibilizada no site da Emater-Rio, Mariella Rosa (Engenheira Agrônoma da Emater Nova Iguaçu) afirma que "todas as etapas são fotografadas, e as fotos das aulas práticas são utilizadas depois em sala de aula para suscitar debates sobre as mesmas".

Esta característica também está presente na educação não formal, pois, para Fernandes (2014, p. 174), promove a experiência do cotidiano, daquilo que permanece ou se altera ao longo do tempo, estimulando o olhar e a escuta para as relações que estão em nosso entorno. Por meio deste movimento, criam-se memórias, histórias e lembranças. Entendemos, portanto, que se criam registros que permanecerão presentes na vida de cada sujeito envolvido com este processo.

Algumas variações também são percebidas neste processo, tais como: criatividade, imaginação, análises e relações de interpretação. Portanto, entendemos que o trabalho final de curso proposto pela EANI provoca a reflexão. Um critério para o trabalho é que cada grupo desenvolva seu trabalho evitando dispêndio financeiro, ou seja, deve-se trabalhar com aquilo que o participante já possui ou gastando o menor valor possível para tal. A experiência neste trabalho demonstra o poder de fabricação da solução por meio do participante, provocando a execução de alternativas.

E por que estas ações estão relacionadas a práticas educativas? Porque por meio delas, o participante desenvolve uma frequência de ações e, portanto, faz-se necessário que haja um planejamento. Os registros não precisam ser realizados com base na escrita convencional e formal, mas sim, reflexivos. É preciso pensar coletivamente acerca da atuação de cada componente do grupo, promovendo marcos temporais (semanais, quinzenais, mensais, dentre outros).

O registro dos dias de trabalho e do desenvolver da técnica estão relacionados à memória. E, ao final, através do compartilhamento do trabalho com a turma, novas ideias poderão surgir, promovendo o aprimoramento da técnica aplicada, a reflexão sobre o caminho tomado, os problemas enfrentados para desenvolvimento do mesmo, dentre outros. Portanto, neste processo há: análise, oralidade, compartilhamento, reflexão e avaliação. (FERNANDES, 2014, p. 178-179).

Gohn (2010, p. 44) nos apresenta, em termos de metas, algumas características que a educação não formal pode assumir: aprendizagem acerca das diferenças presentes no grupo, respeito à diversidade e incentivo à convivência; adaptação do grupo frente as diferenças culturais, ou seja, trabalha quanto ao “estranhamento” e construção da identidade coletiva do grupo.

Acerca da metodologia de ensino da EANI, destacamos a sua especificidade, pois os conteúdos trabalhados no curso surgiram da necessidade do agricultor. O projeto atua com um grupo que, histórica e culturalmente, tem sofrido com o estigma social que põe o agricultor camponês em uma relação de inferioridade ao urbano. Assim, o método foi sendo desenvolvido a partir de uma problematização e os conteúdos aplicados são colocados frente às carências e aos desafios trazidos pelos participantes. Assim:

O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supoe a existência da motivação das pessoas que participam. Ela não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica (...), tem caráter humanista. (...) Mas como há intencionalidades nos processos de educação não formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente. (GOHN, 2010, p. 47).

Acerca do processo de aprendizagem, Gohn (2014) defende que:

O debate atual sobre a aprendizagem situa-se num plano de horizontes e perspectivas, envolvendo, necessariamente, a questão da educação, da cultura e formação dos indivíduos (e não apenas preparação), das redes de compartilhamento e como se dá o próprio processo de conhecimento. Na educação não formal, foco central deste artigo, o contexto tem um papel de alta relevância porque ele é o cenário, o território de pertencimentos dos indivíduos e grupos envolvidos. (GOHN, 2014, p. 37).

Através do desenvolvimento das ações da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, outros processos são produzidos como resultados, conforme nos apresenta Gohn (2010, p. 21):

- a. Consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- b. A construção e reconstrução de concepções de mundo e sobre o mundo;
- c. Contribuição para um sentimento de identidade do agricultor;

- d. Formação do indivíduo para lidar com sua vida e os problemas oriundos do cotidiano, bem como trabalhar com a adversidade. Ou seja, não é destinada para formação laboral pertinente ao mercado de trabalho;
- e. Resgate do sistema de valorização de si próprio, rejeitando conceitos que lhes são dirigidos e impostos verticalmente, de cima para baixo, pondo o agricultor em uma situação de subalternidade. As ações da EANI desenvolvem a luta pelo reconhecimento de igualdade, dentro de suas particularidades.
- f. Os conhecimentos são adquiridos dentro de suas próprias práticas;
- g. Desenvolve-se a política de grupo;
- h. A formação dos indivíduos é voltada à cidadania e emancipação social;
- i. As ações desenham cenários futuros, impulsionando mudanças;
- j. Reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho, em territórios rurais e urbanos, na luta por direitos específicos;
- k. Esta modalidade educacional contribui para uma cultura de direito universal humano, desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, tolerância e solidariedade;
- l. É um campo prioritário para o desenvolvimento de valores de resistência, de ressignificação das condições concretas de vida, buscando novas saídas aos problemas enfrentados;
- m. Oposição aos padrões de consumo e aos métodos que neutralizam direitos ou impulsionam desigualdades;

Assim, entendemos que a definição das ações desenvolvidas pela EANI, no universo das práticas educativas se diferenciam, pois, incluem campos diferenciados e são construídas por escolhas e intencionalidades.

1.5 - Lutas e resistências no entorno da EANI

“Quando campo e cidade se unir, a burguesia não vai resistir.” (MST).

A história do Brasil é marcada por lutas e resistências contra a exploração, desigualdades sociais e pela concentração de terras nas mãos de poucos. Neste trabalho, não poderíamos deixar de evidenciar a atuação de movimentos organizados de luta, tal como o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que possui uma trajetória interligada à resistência camponesa em busca de transformações societárias.

A historicidade apresentada pelo MST - Lutas e Conquistas (2010), data seu início em setembro de 1979 através da ocupação das granjas Macali e Brilhante, no estado do Rio Grande do Sul e, o ano de 1981 demarca o surgimento de um novo acampamento na Encruzilhada Natalino, símbolo de resistência à ditadura, agregando a necessidade da sociedade em civil ao sistema democrático de direitos. Foi um período de lutas nacionais em resistência à ditadura e, marca o surgimento de posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros e atingidos por barragens.

Em 1984, as lutas societárias pela terra e pela democracia foram protagonizadas pelos trabalhadores rurais através de um encontro nacional em Cascavel, PR. Assim, funda-se o MST com os objetivos de lutar pela terra, pela reforma agrária e por profundas modificações sociais no país. Em 1985, o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) previa assentar 1,4 milhões de famílias, porém, sem êxito. Até 1989, somente 6% do total planejado haviam sido assentadas. Em 1993, houve a regulamentação da Lei Agrária, porém, ainda assim, não foi possível realizar desapropriações para este fim. (MST, 2010).

Em 1990, o Governo de Collor foi marcado pela repressão. E posteriormente, durante o Governo de Itamar Franco, foi aprovada a Lei 8.629, posteriormente regulamentada pela Constituição Federal de 1988, que garantia a desapropriação de terras que não cumpriam sua função social.

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

O primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) demarca o abandono do Estado no âmbito da agricultura familiar e também marca um período de elevação do êxodo rural.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) teve um papel relevante, com dados significativos no que tange à reforma agrária em nosso país, sendo o Governo que mais assentou até os dias atuais. Segundo Coelho (2016, p. 181), a temática sobre reforma agrária já estava incluída na pauta governamental dos dois mandatos de FHC. Todavia, não era

tratada como prioridade e também não estava inserida dentro de uma política de desenvolvimento nacional. Deste modo, a pauta da reforma agrária foi assumida pelo Governo, tendo como base as tensões efervescentes pelos movimentos sociais de luta pela terra e, dos grupos de intelectuais simpatizantes à causa.

Com base em dados no *site* do MST, este período marca os dois maiores massacres da segunda metade do século XX: Corumbiara – Rondônia, em 1995 e Eldorado dos Carajás – Pará, em 1996. As políticas de crédito especial para a Reforma Agrária foram eliminadas da agenda governamental, intensificando a pobreza no país.

No mesmo período, foram criadas duas medidas provisórias persecutórias a quem ocupava terras e implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações. Foram destruídas as políticas de crédito especial para a reforma agrária e assistência técnica criadas durante o governo José Sarney (1885-1990), prejudicando as famílias assentadas e intensificando o empobrecimento. Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano. (MST, 2010, p. 10 – grifos do autor).

Em 1997, aproximadamente 1.300 Sem-Terra, iniciaram a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, para reivindicar as lutas camponesas. A partir dos anos 2000, com o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a luta pela terra avança e a atuação do MST é expandida, com atuação em 23 estados brasileiros, 350 mil famílias assentadas e com 100 mil vivendo em acampamentos. Embora o Governo Lula possua um histórico de defesa da reforma agrária, segundo o MST (2010, p. 10), a situação agrícola tem se agravado em todo o território brasileiro, sobretudo, para os pequenos agricultores e assentados, em virtude do agronegócio.

O MST possui como uma de suas principais conquistas, a manutenção da temática sobre reforma agrária na pauta societária e do Estado ainda nos dias atuais. Destacam em suas ações, a erradicação da fome nos assentamentos e praticamente a eliminação da mortalidade infantil, aumento das práticas produtivas e dos números de emprego, conquista da cidadania e da dignidade, pois, “quando a cerca do latifúndio se rompe, também se rompe a cerca do “voto de curral” do coronelismo e da dominação política.” (MST, 2010, p. 11).

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. (GOHN, 2011, p. 334)

A relação entre a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu e os Movimentos Sociais, sobretudo, o MST envolvem lutas por direitos e fazem parte da constituição da cidadania. Podemos encontrar alguns movimentos desta relação, como as Ligas Camponesas a partir da segunda metade do século XX, nos anos 1960 e também a utilização do Método Paulo Freire. “Nos anos 1970, a relação é bem perceptível nas Comunidades de Base da Igreja (CEBs), com a educação não formal, que naquela época também buscava formar politicamente seus participantes, dando-lhes instrumentos para uma visão crítica do mundo”. (GOHN, 2011).

As análises destacam o caráter educativo das ações coletivas, organizadas na forma de movimentos sociais, a ampliação desse cenário associativo para além da sociedade civil, adentrando em novas esferas públicas, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais, e o surgimento de novos formatos desse associativismo, que agora trabalha essencialmente em rede (...) Disso tudo resulta um cenário contraditório em que convivem entidades que buscam a mera integração dos excluídos, por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias, com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados em um novo modelo civilizatório no qual a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis. (GOHN, 2011, p. 356).

Segundo Vendramini (2009), ao longo dos anos, o MST mantém a sua coerência nos objetivos de luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social. Apesar do favorecimento notório do Estado ao agronegócio, favorecendo a burguesia e os grandes empreendedores. Um desafio aos Movimentos Sociais encontra-se relacionado a concentração de riquezas, embora a miséria tenha diminuído nos últimos anos, sobretudo desde o primeiro mandato de Lula (2002) devido aos programas sociais de combate a pobreza, a concentração de riquezas nas mãos de poucos tem aumentado gradativamente.

Lamosa (2014), em sua tese de doutorado “Estado, Classe Social e Educação no Brasil: Uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)” nos traz o debate acerca da expansão do agronegócio no Brasil e a sua invasão às escolas

brasileiras, destacando a ABAG como uma das principais organizações a formular e materializar projetos de um novo padrão de sociabilidade.

A ABAG operacionaliza como um “Partido do Agronegócio” com o intuito de recrutar cada vez mais intelectuais orgânicos, pois, “a formação dos intelectuais orgânicos é fundamental, não apenas para fornecer ao setor seus técnicos, mas porque cada um dos centros responsáveis por esta tarefa produz uma enorme quantidade de pesquisas, publicações e campanhas de valorização da imagem do “agronegócio”.” (LAMOSA, 2014, p.25)

Lamosa (2014, p. 104 *apud* GRAMSCI, 2011, p. 304) explicita que o movimento da ABAG é próprio das classes sociais e seu sucesso depende de uma organização inteligente e poderosa na formação de intelectuais orgânicos responsáveis por dar suas próprias vidas à hegemonia. Ou seja, acreditam que a finalidade proposta pela organização proporciona bem a toda a sociedade. Assim, o autor subdivide os intelectuais orgânicos da ABAG em dois tipos:

1. Intelectual orgânico “subalterno”: Aqueles que pertencem a uma camada de “baixa patente”, tais como: docentes e alunos das escolas. São mobilizados por intermédio de palestras, programas e cursos.
2. Intelectual orgânico de “alta patente”: Os dirigentes que forjam uma consciência de classe, representantes do “Partido do Agronegócio” nas agências da sociedade política.

Em entrevista ao MST, Lamosa (2014) explica que o papel da ABAG é construir na sociedade uma relação de dependência e valorização do agronegócio. E assim, atualmente este é um dos setores mais lucram no país. O *site* oficial da ABAG apresenta o agronegócio como a principal alternativa para que o país supere a crise econômica, ou seja, a imagem do agronegócio é apresentada como um projeto “salvacionista” da crise. Para Vendramini (2009, p. 276), o MST concentra esforços para um novo modelo de sociabilidade em que a terra efetivamente cumpra a sua função social: que se produzam alimentos, conhecimento e não mercadorias. Ademais, o MST possui sua concepção bem definida quanto ao modelo educacional que defende. Educação não pode ser vista como um meio para que se forjem novos seres humanos, como o agronegócio tem feito em suas invasões escolares.

Vendramini (2009: 278) corrobora que além dos conhecimentos produzidos na escola, é preciso sensibilidade para se formar gente humana, que entendam a realidade e a ajude em

sua transformação. O sistema capitalista tem provocado uma formação mecânica voltada a responder as demandas de produção. O MST apoia a educação sob outra lógica: que respeite as especificidades, diversidades, que trabalhe com a dimensão sociocultural, trabalhando caso a caso. E, nesta perspectiva, todas as modalidades de educação estão inclusas: formal, informal, não formal, educação popular, educação comunitária, educação social, dentre outras.

O agronegócio e a agroecologia são projetos opostos e não há coexistência entre os mesmos. Para Strozake (2015), o agronegócio trata de uma agricultura sem agricultores onde a terra é vista como uma máquina cujo principal objetivo é a produção de lucros. E para isto, são utilizados mecanismos para acelerar as produções sem preocupações com os danos causados ao meio ambiente. Trata-se, portanto, de uma agricultura meramente industrial, que faz uso de agrotóxicos, transgênicos e promove o desmatamento, poluição e o esmagamento às práticas agroecológicas e sendo um risco à agricultura familiar. Gohn (2010, p. 67) salienta a importância da articulação da educação não formal aos Movimentos Sociais, pois a força desta união possibilita fontes de mudança social, pois são agentes construtores de uma nova ordem social.

CAPÍTULO II – A RELAÇÃO DA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU COM A PRÁXIS DA EDUCAÇÃO POPULAR E OS LAÇOS DE IDENTIDADE E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

O presente capítulo visa abordar a relação indissociável entre teoria e prática no que diz respeito à educação popular na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Permearemos brevemente pelo contexto histórico da educação popular e sua relação com a educação do campo no país. Para isto, como base do presente capítulo, recorreremos ao conceitual teórico básico fundamentado por Arroyo (2009), Brandão (2015), Gadotti (2007) e Freire (1989; 1987; 1997). Tendo em vista a relação da educação popular com a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, o presente capítulo também abordará os laços de identidade e o sentimento de pertencimento nesta *práxis* social.

O objetivo aqui é investigar, a partir da experiência de participação enquanto observadora de algumas aulas da Escolinha de Agroecologia durante os anos de 2017 e 2018 e atentar aos relatos orais concedidos via entrevista dos alunos e ex-alunos da EANI. Para tal, recorreremos ao referencial de Kolling, Cerioli e Caldart (2002) e pela tese de doutorado de Carvalho (2011) que aborda a questão educacional frente à construção da identidade e cultura dos sujeitos do campo.

2.1 – Revisitando a história da Educação Popular e sua relação com a Educação do Campo

Historicamente, há um forte vínculo entre a educação popular e a educação do campo. Ambas, através do diálogo, dão base a uma organização coletiva em prol do fortalecimento dos princípios pedagógicos na luta por direitos sociais. Sendo “a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal” (GADOTTI, 2007: 24).

A educação popular, como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada **em todos os continentes**, manifestada em concepções e práticas muito diferentes. Como concepção geral da educação, ela passou por diversos **momentos epistemológico-educacionais e organizativos**, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a **escola cidadã**, nos

últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências. (Ibidem: 24 – grifos do autor).

Segundo Arroyo (2009: 402), o movimento de educação popular propõe duas questões: A primeira, “tirar o povo do silenciamento e ocultamento a que estava submetido nas ciências sociais, na cultura política e também no pensamento educacional e de saúde” e, também, “desconstruir os imaginários sociais negativos sobre o povo e mostrar sua inconsistência”.

Destaca-se que a partir do meado dos anos 50, variadas formas de trabalho com as comunidades subdesenvolvidas são iniciadas de modo mais intenso. Para Brandão (2015: 42), “a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação”. Ou seja, a educação popular não se propõe como meio para realizar mais do mesmo, mas sim, partindo da ótica de que a educação deve dar um novo tom ao projeto educativo brasileiro, considerando principalmente o ponto de vista popular. Assim, o autor nos traz um aspecto muito interessante a se pensar: A educação popular se opõe à educação dominante, da pedagogia opressora e educação alienadora. Volta-se, portanto, a um modelo diferenciado de educação: libertadora e conscientizadora, da pedagogia do oprimido.

A diferença está, em primeiro lugar, na origem de poder e no projeto político que submete a agência, o programa e a prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares. Está, em segundo lugar, no modo como um modelo de trabalho do educador se pensa a si mesmo como um projeto de educação, no sentido mais pleno que estas palavras podem receber (BRANDÃO, 2015: 43).

Conforme explicita Gadotti (2007: 24), ao fim dos anos 50, duas tendências eram mais significativas no âmbito educacional, sobretudo, de jovens e adultos: a educação libertadora, no sentido da “conscientização” cujo símbolo é Paulo Freire e a educação funcional, voltada à responder as necessidades do sistema capitalista no sentido profissionalizante. Em 1958, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, e Paulo Freire contribuiu neste Congresso com ideais de enfrentamento à grande problemática da alfabetização no país. Assim, se deu origem ao Plano Nacional de Educação de Adultos (com a direção de Paulo Freire, porém, foi extinto após um ano de funcionamento pelo Golpe de 64).

A partir da década de 1960, com a eclosão dos movimentos populares e com os ideais de Paulo Freire, a educação popular é reavivada num contexto de prática social. Brandão e Fagundes (2016: 91) destacam que ao final da década de 50 e anos iniciais da década de 60, a

Revolução Cubana inflamava os efeitos da Guerra Fria, de forma que “esse movimento de possibilidade de ruptura animava propostas de transformação da ordem social, consideradas injustas e inaceitáveis”.

Em 1961, a Igreja Católica fundou o Movimento de Educação de Base (MEB), com a missão de contribuir para uma formação mais humana, superando a desigualdade social por meio de programas cuja base fosse os princípios educativos de Paulo Freire, por intermédio de uma educação popular libertadora. Brandão e Fagundes (2016: 91) destacam que a proposta de educação de base originalmente foi inserida no país em 1947, se configurando como parte de um conjunto de ações de educação voltadas aos povos subdesenvolvidos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Assim, começava a organização de um modelo educacional voltado à politização das classes populares, com o viés de superação da lógica do capital e através do conhecimento das relações de poder entre dominantes e dominados, se superaria a ordem das relações de poder.

As correntes de educação libertadora e funcional permanecem na década de 70, e delas são originadas a educação não formal e a suplência da educação formal. Na suplência da educação formal, foi instituído em 1967, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com o intuito de erradicar o analfabetismo no país. A oferta deste ensino era oposta aos ideais de Paulo Freire, pois, visava aplicar e impor um método de ensino distanciado da realidade dos alunos. (BELUZO; TONIOSSO, 2015)

Para Gadotti (2007: 24), na atualidade, a educação popular busca colaborar com os movimentos sociais e demais partidos políticos que englobam esta luta. Nesta perspectiva, a educação popular impulsiona o conhecimento, na luta por uma educação emancipadora, que defende a educação voltada para a liberdade, recusando o autoritarismo e as mais variadas formas de manipulação. Defendendo a educação, portanto, como um “ato de diálogo no descobrimento rigoroso” (Ibidem: 25).

Para Arroyo (2009: 402), o movimento de educação popular propõe duas questões: A primeira, “tirar o povo do silenciamento e ocultamento a que estava submetido nas ciências sociais, na cultura política e também no pensamento educacional e de saúde” e, também, “desconstruir os imaginários sociais negativos sobre o povo e mostrar sua inconsistência”.

O interesse da classe burguesa é de “domesticar” os dominados, estabelecendo regras e acordos sociais que legitimam o poder de uma classe sobre a outra, onde dominantes atendem “alguns” interesses dos dominados para evitar pressões sociais que abalem a

estrutura das elites. Segundo Freire (1996), a preocupação das elites é a autonomia do capital financeiro. Assegurar e proteger o sistema capitalista de modo que as classes populares não sejam capazes de representar quaisquer ameaças à hegemonia do capital. Neste sentido, Paulo Freire aponta que o sistema democrático de direitos atende somente aos privilegiados e não aos dominados. Assim, a educação popular:

Surge no interior de grupos e movimentos a sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Surge como um movimento de educadores, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como na base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes. (BRANDÃO, 2015: 46).

Brandão (2015) aponta a necessidade de pensarmos educação popular, considerando oposições e resistências. De um lado, visando atender a um modelo específico de desenvolvimento econômico, encontra-se uma educação dominante, excludente, opressora e alienadora, destinada às classes elitistas. De outro lado, a educação libertadora, do oprimido, conscientizadora e destinada às classes populares. Neste autor, encontramos um conjunto de referências que nos auxiliam a compreender educação popular a partir de quatro significados básicos: (Ibidem: 6)

1. Educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber;
2. Educação do ensino público;
3. Educação das classes populares;
4. Educação da sociedade igualitária.

O primeiro significado aborda a origem da divisão social do saber. Brandão (2015: 12), aborda a história do saber como apropriação do sistema educacional, considerando as transformações do mundo, desde a origem do fogo às mais notáveis realizações feitas pelo homem. Neste contexto, o autor aborda o domínio da natureza pelo homem, que o permite viver coletivamente destas modificações e não somente pelo que obtém dela.

Mais livre do que antes da natureza de que é parte, através de se estender sobre ela o domínio da cultura, o homem do neolítico construiu aldeias que se tornaram cidades e cidades que começaram a ser o embrião de impérios. Locais de moradia concentrada de muitas pessoas organizadas em

sociedades cada vez mais complexas e diferenciadas. A cidade, guardiã da riqueza e do poder acumulados, concentrados em poucas mãos e separados da vida social da comunidade, passou a viver do que o trabalho produzia fora dela, no campo. Para proteger a riqueza e conservar o poder, os senhores da cidade aos poucos criaram o Estado, as milícias, a ciência, a religião e a arte, que já não representavam mais a vida solitária da comunidade antecedente, mas a sua divisão. A necessidade de estender a súditos mais distantes e diferenciados um mesmo poder obrigou a cidade a multiplicar ofícios e profissionais separados, de um lado, do puro exercício do poder (de quem em boa medida tornaram-se emissários) e, de outro, do trabalho produtivo. (BRANDÃO, 2015: 13 – grifos nossos).

No interior deste processo, o autor destaca que o processo de civilização, a cidade criou a escola. Inicialmente, nos grandes templos, somente sacerdotes, escribas, legisladores e a nobreza eram educados. Posteriormente, se transforma em uma prática social que transita de um lugar de reprodução do saber a um novo tipo de poder. Nesta perspectiva, o saber é utilizado para fortalecer o poder das elites.

Este é o momento — um longo momento da história — em que a educação popular, como saber da comunidade, torna-se a fração do saber daqueles que, presos ao trabalho, existem à margem do poder. Existem no interior de mundos sociais regidos agora pela desigualdade, e que dedicam uma boa parte do saber que produzem à consagração de sua própria desigualdade. (BRANDÃO, 2015: 14 – grifos nossos).

Destaca-se que este processo de divisão social do conhecimento/saber, não ocorreu de uma vez só, bem como não aconteceu da mesma forma na sociedade. Brandão (2015: 15), afirma que, em nossa história, houve um “saber” apropriado por todos, de forma “erudita”, mas que com o tempo tomou forma própria, representando de um lado o poder centralizado e, de forma subalterna e à margem do poder, o saber popular. “A partir desta divisão, esses dois domínios de saber não existem nem separados um do outro, nem paralelos um ao outro. Há todo momento há relação entre os sujeitos e as agências” (Ibidem: 15).

O segundo significado aborda a educação popular como ensino público. Brandão (2015: 17), aborda que muitos cientistas sociais em referência à educação popular a abordam como uma “continuidade/extensão” dos serviços da escola ou a outros grupos sociais de outras etnias. O autor destaca que não foi uma súbita tomada de consciência do Estado que provocou o advento do ensino escolar oficial. É necessário enxergar este contexto levando em conta os múltiplos interesses do empresariado e as pressões de setores urbanizados da população brasileira, tendo em vista que era necessário “educar” os brasileiros para responder as demandas imediatas do capital.

A escola pública, estendida por governos de estados e municípios a populações rurais e urbanas do país, durante muitos anos afastadas do ensino escolar, é um dos resultados dessa primeira mobilização nacional pela educação universal. Iniciativas muito isoladas de criação de escolas gratuitas, desde o Império, foram sendo timidamente ampliadas nos primeiros anos da República. Mas a ausência de uma definida política educacional e o abandono da responsabilidade de promover a educação escolar de 1º grau nas províncias, nos estados, somaram-se a fatores sociais externos ao âmbito da educação, mas com influência sobre ele, para resultarem em progressos lentos, cujos efeitos foram muito pequenos, seja sobre a melhora dos índices de benefícios escolares às populações pobres, seja sobre uma modificação na qualidade da participação delas na vida nacional. (BRANDÃO, 2015: 19-20).

Neste sentido, o autor aponta que diante das elevadas taxas de analfabetismo, após a I Guerra Mundial, a partir de 1920, ocorreram lutas em prol da educação popular e da expansão da rede escolar a “todos”. Dois princípios se completavam por uma crença baseada em ideários liberais franceses:

O primeiro: a educação escolar era não só um direito de todos os cidadãos, mas o meio mais imediato, justo e realizável de construção das bases de uma sociedade democrática. O segundo: modificações fundamentais nas formas e na qualidade da participação de inúmeros brasileiros, tanto na cultura quanto na vida econômica e política do país, eram uma condição fundamental para a melhoria dos indicadores de nossa situação de atraso e pobreza; a educação estendida a todos através de uma mesma escola: pública, laica e gratuita é um instrumento indispensável em tudo isto. (BRANDÃO, 2015: 20-21).

Em nossa história, sempre se fez presente a luta pela educação por parte dos camponeses, indígenas e negros, seja nos movimentos populares, nas associações de moradores, dentre outros. Brandão (2015: 22-23) destaca que a população mais carente sempre está atenta às questões relacionadas aos seus direitos sociais. E é neste sentido que entendemos a educação popular como fomento de articulação, participação e mobilização na luta por direitos, com ênfase ao direito à educação.

[...] há hoje em dia uma crescente tendência de articulação de movimentos profissionais (as várias associações de docentes, por exemplo) e movimentos populares, com vistas a somar esforços em favor da conquista imediata e crescente de mais direitos populares à educação escolar pública (como lugar social de trabalho profissional e como lugar profissional de um trabalho social) e de mais deveres populares de participação popular no controle de sua própria educação escolar. Este é o sentido em que se pode pensar a trajetória difícil da passagem de uma educação pública para uma educação popular, em todos os seus modos, em todos os seus níveis. (BRANDÃO, 2015: 29 – grifos nossos).

Sobre a educação popular como educação das classes populares, Brandão (2015: 30-31) destaca que há um déficit no estudo das primeiras iniciativas de uma educação popular sob o controle de agências pedagógicas oriundas das próprias classes populares, porém, a luta em prol da escola pública e da erradicação do analfabetismo são repertórios de ideias construídos dentro dos movimentos sociais e/ou políticos e por setores de movimentos sociais.

Assim, “vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las” (BRANDÃO, 2015: 4).

Cabe destacar também quatro definições básicas, a partir da análise de Brandão (2015: 46-49) sobre a educação popular: A primeira, como uma nova teoria que incorpora educação e as relações sociais, tendo a cultura como base deste processo. A partir disto, paulatinamente se estabelecem novas articulações entre a prática e o trabalho político, que permitem ao homem avançar, permitindo práticas de transformação das estruturas que o oprimem através de um trabalho libertador.

A segunda, a educação popular objetiva transformar todos os sistemas educacionais, em todos os níveis por intermédio de um trabalho com o povo através da educação libertadora. A terceira definição considera que a educação é um instrumento político de conscientização e de politização, de modo que aponta a ação cultural para a liberdade por intermédio da prática pedagógica oriunda do encontro de educadores com educandos e educandos e educadores.

O quarto conceito sobre a educação popular considera que não se trata de uma atividade a ser executada em sala de aula, de “escolarização popular”. Ela “busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou em processo de organização de classe” (BRANDÃO, 2015: 47). A quinta definição de educação popular a considera como um trabalho político próprio, a serviço de sua classe.

Três tendências sucessivas podem ser reconhecidas: 1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação

popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento. Neste último caso, a educação popular realiza-se independentemente da presença do educador erudito. Ele pode participar aportando, com o seu conhecimento, informações e interpretações que, a partir dos seus problemas colocados pelas e nas situações de trabalho popular, explicitam e fortalecem o saber popular (BRANDÃO, 2015: 52)

A década de 80 marca o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cuja pauta principal visa a Reforma Agrária e demais questões específicas dos sujeitos do campo, como por exemplo, a educação do campo e alternativas práticas de melhora da vida do povo camponês. Posteriormente, com a intensificação dos debates junto aos sujeitos do campo e movimentos sociais de luta pela terra na década de 90, um marco histórico foi conquistado: A mudança de educação rural para educação do campo, não como uma proposta, mas como construção coletiva feita “do” campo “para” o campo.

Nesta perspectiva, para compreender brevemente a construção coletiva da história da educação do campo, Machado (2016) explicita que educação do campo não é uma continuação de educação rural ou uma modalidade complementar. O registro de educação rural advém desde a Proclamação da República, em 1989, através da criação da pasta governamental “Agricultura, Comércio e Indústria”. A intensificação da migração dos sujeitos do campo para áreas urbanas a partir da década de 1917 tornou-se um “problema”, pois, estes sujeitos do campo passaram a ser vistos como sinônimo de atraso para a cidade tendo em vista a aglomeração de pessoas analfabetas nos centros urbanos.

A partir da década de 1930, os debates voltados à população camponesa foram se intensificando de modo que na Constituição Federal de 1934, fora decretada a reserva de, no mínimo, vinte por cento dos recursos para oferta da educação em zonas rurais. Tratou-se, na legalidade, da representação de um marco na história da política de atendimento educacional a população do campo enquanto que na prática, foi um processo lento e de difícil realização. (MACHADO, 2016: 18324).

Em 1946, o Governo adota a estratégia de transferir a responsabilidade de empresas privadas nas zonas rurais pela oferta da educação de seus funcionários. Logo, percebemos que era distante a preocupação do Estado com a garantia da oferta de uma política pública eficaz com os povos do campo. O intuito da escola era minimizar o abandono escolar e as elevadas taxas de faltas escolares, através da adequação das reais necessidades das famílias no período de plantio e colheita. (ANTONIO; LUCINI, 2007 *apud* MACHADO, 2016: 18325).

A educação rural é resultado de um projeto verticalizado criado para a população do campo. Suas correntes são mais conservadoras e ignora a realidade social vivenciada pelos sujeitos, bem como suas organizações, festas e até mesmo seus conflitos. Nesta perspectiva, pensa-se no campo meramente como um espaço de produção, onde a educação se resume à transmissão dos conhecimentos das zonas urbanas às rurais. Ela representa um modelo de desenvolvimento cujas bases estão centradas no pensamento do latifundista empresarial, que exerce o controle social e político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. (FERNANDES E MOLINA, 2004).

Assim, “historicamente, a escola do meio rural, atrelada ao tradicionalismo, não reconheceu o potencial de educadores e educandos, suas histórias de vida, valores e sonhos. Perdemos diversas oportunidades na construção dessa identidade do campo” (SANTOS, 2013: 2)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4.024/61), criada na década de 60, não fazia nenhuma alusão à educação dos sujeitos do campo e, as escolas rurais ficavam sob a responsabilidade dos respectivos municípios. Nesta década,

[...] foram organizados os Centros Populares de Cultura e o Movimento Educacional de Base, ligados a partidos de esquerda e com sustentação ideológica no trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos e ação pastoral de bispos da Igreja Católica. Assim foram desenvolvidos grupos de Alfabetização de Adultos e Educação Popular. No campo havia um contexto de emergência de movimentos sociais rurais, a exemplo dos boias-frias, movimentos de luta pela permanência na terra e contra a expropriação (SOUZA, 2006: 54 *apud* SOUSA, 2017: 1631).

Nesta perspectiva, Algebaile (2009) pontua que apesar das lutas em prol da educação como política pública em nossa história, o modo de se pensar a expansão escolar não abala o outro modo instituído, mas sim, consolida duas vias de produção da escola: Uma, com base nas emergências, interesses e acordos locais, que resultavam na reprodução de uma escola mínima e precária. Outra, que visa “pôr em revista todo o arcabouço legal, institucional, administrativo e pedagógico que define organicamente o papel da escola em relação às necessidades de expansão planejada do Estado, no sentido de uma mudança substancial de sua escala” (ALGEBAILLE, 2009: 97).

Assim, a realidade da política educacional em nosso país demonstra o déficit na supressão de inúmeras problemáticas, sobretudo, porque estes problemas são consentidos pelo

Governo. Trata-se, portanto, de uma política de omissão que reproduz interesses conservadores da burguesia. (ALGEBAILLE, 2009: 98).

E é justamente contraposto a este modelo de educação que visa reproduzir práticas sociais com base nos interesses da classe dominante é que nasce a educação do campo. Caldart (2008) explicita que educação do campo é um conceito recente em nossa história, já em disputa, em virtude das arraigadas contradições sociais existentes. Por isto, é importante compreender que o berço da educação do campo é a pressão dos movimentos sociais reivindicando uma política de educação que atenda as suas necessidades, reconhecendo as suas múltiplas subjetividades, que valorize o conhecimento adquirido através de suas experiências pessoais, sua identidade e o território.

Neste sentido que a educação do campo e a educação popular se consolidam como instrumento de reivindicação, buscando a transformação social:

A educação popular está estritamente vinculada à educação do campo, trazendo como base a organização coletiva, os anseios sociais e os movimentos populares que fortalecem os princípios pedagógicos na luta por uma educação de qualidade para todos, seja no campo, seja na cidade, tendo os sujeitos como seres de direito que buscam construir uma formação humana alicerçada na igualdade, na justiça e na cidadania (SOUSA, 2017: 17628 – grifos nossos).

A educação do campo, portanto, tem em suas bases a realidade social do sujeito que, a partir da educação libertadora assume o compromisso social e político de reivindicar por um mundo mais justo e igualitário. Observamos na relação entre educação popular e educação do campo uma matriz indissociável no que diz respeito à teoria e prática. Diversas bases da educação popular estão fortemente presentes na educação do campo. Isto porque o caminho para que o oprimido adquira condições de se libertar advém da luta e da resistência.

Pontuamos brevemente o conceito de educação do campo como uma conquista advinda da luta e da resistência dos movimentos sociais, contrária à educação rural. Porém, de que “campo” estamos falando? Quais relações estão presentes? Segundo Fernandes e Molina (2004), entendemos inicialmente o campo como um território marcado pela disputa de dois modelos distintos: de um lado, o campo como o espaço do agronegócio e de outro, contraposto, como o território da agricultura camponesa/familiar, cujas bases de produção são opostos ao viés do agronegócio e estão centradas na agroecologia.

O campo é dos seringueiros, dos castanheiros, dos pescadores, dos pequenos agricultores, dos camponeses, dos agricultores familiares, dos assentados, dos povos das

águas, das florestas, dos quilombolas, dos lavradores, dos sem-terra, cablocos, bóias-frias. O campo é um espaço que produz relações sociais que caracterizam sua identidade e que possibilitam a permanência na terra. Entende-se também que o campo possui interdependência com a cidade e esta relação é complementar, apesar da existência de contradições, a cidade não vive sem o campo e o campo também não vive sem a cidade. (FERNANDES E MOLINA, 2004: 8).

2.2 - A indissociabilidade entre teoria e prática: Educação popular como *práxis* social

A indissociabilidade entre teoria e prática se constitui como um eixo de análise importante em nosso debate, pois, revela dentre vários aspectos, uma especificidade da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu em garantir que o conhecimento acerca das técnicas agroecológicas seja utilizado no cotidiano.

Segundo Silva (2017), a corrente marxista compreende três definições acerca da *práxis*: filosófica, produtiva e política, porém, que não podem ser vistas de modo isolado. A filosófica explora um núcleo em que existe teoria e prática de forma dialética (em movimento). Ou seja, basicamente define que não existe teoria sem prática e prática sem teoria. A *práxis* produtiva refere-se à necessidade de modificação da natureza pelo homem como caracterização de um trabalho necessário à sua sobrevivência como processo de trabalho e ao mesmo tempo, o trabalho como forma de apropriação privada do capitalismo.

Por exemplo, ao falar de mercadoria, se notarmos ela somente enquanto produto da *práxis* que lhe é específica, salta aos olhos a potencialidade criadora do homem em função de si e da sociedade. Mas ao percebermos este mesmo conceito do ponto de vista do capital, notamos que a forma que ele ganha separa o homem de sua criação, já que se trata de um modo de apropriação privado de seu trabalho e conseqüentemente do produto do trabalho (SILVA, 2017: 82).

A *práxis* política, também denominada *práxis* social, refere-se a uma forma de ação humana reflexiva que possibilita ao homem pensar sobre si mesmo e as condições de existência. Silva (2017: 73) destaca que trata-se de uma ação social consciente que reflete a luta de classes na sociedade. É, portanto, revolucionária e visa a transformação da sociedade, tendo como pilar a consciência de classe e o desejo da supressão das desigualdades. Define-se como a ação do homem sobre o próprio homem e ao mesmo tempo, é tida como *práxis* social pois lida com a organização coletiva que luta pela sua classe.

Partindo desta concepção, Groppo e Coutinho (2013) compreendem que a educação humanizadora, libertadora e crítica, tal qual defendia Paulo Freire, possui um papel fundamental como *práxis* revolucionária. Trata-se de uma dimensão de humanização que conceitua a educação popular como prática de educar e aprender, que se constitui a

(...) partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos. É por meio das discussões que as visões de mundo se manifestam e podem ser questionadas, desmitificadas e, assim, abrir espaço para um novo conhecimento que leve a uma nova ação. Não se trata de um diálogo compreendido como mera “troca de palavras”, mas de uma relação que se funda na capacidade de ouvir, questionar e de provocar a uma nova *práxis*, não imposta ou “repassada”, mas construída por essa relação dialógica (GROPPO; COUTINHO, 2013: 24 – grifos nossos).

Os autores, partindo das concepções teóricas de Freire, compreendem que esta *práxis* com viés transformador tem suas bases centradas no diálogo, sendo a comunicação de suma importância para que os sujeitos coparticipem do ato de pensar de modo recíproco e com intencionalidade. Assim, entendem que a *práxis* da educação problematizadora deve, por intermédio do diálogo, estimular a reflexão crítica e a ação dos sujeitos sobre sua realidade.

O diálogo, portanto, abre as portas para a transformação social, pois quando os sujeitos compreendem o seu lugar no mundo (no âmbito da dominação), assumem o compromisso de se libertarem. Para tal, algumas exigências são necessárias: compromisso dos encontros e das tarefas necessárias a serem realizadas; abertura ao outro, através do companheirismo e de uma relação horizontal onde as intencionalidades tenham coerência entre dizer e o fazer. Exige-se também esperança, pois sem ela não se considera possível modificar a realidade. (Ibidem: 25).

A hegemonia de valores voltados às produções subjetivas individualistas e competitivas não reconhecem a diversidade cultural em nosso país, sobretudo, as culturas dos meios camponeses e rurais. Todavia, “a diversidade sempre foi um movimento de educação popular no Brasil” (GROPPO; COUTINHO, 2013: 30).

O projeto popular compreende a negação da neutralidade e a educação como um ato político. Para Ghiggi (2010: 112), os ensinamentos de Freire demonstram que seres ensinam e constroem saberes e que decidem que a educação possui uma tarefa a partir de uma intencionalidade, que é o diálogo entre os diversos saberes e com o saber acumulado humano. A partir deste processo, “decorrem as produções de problematizações políticas, éticas, epistemológicas e pedagógicas, o que indica a *aplicação do conhecimento produzido*”.

Neste sentido, entendemos que para que haja a efetivação do projeto popular, além de proporcionar a troca de experiências, faz-se necessário explorar a atuação dos movimentos sociais e compreender a pedagogia existente dentro do movimento que o sujeito atua. Com destaque a importância da cultura popular e a diversidade dos sujeitos, de modo que os mesmos saibam que possuem as suas particularidades de vida e embora possuam traços de vida similares, não são iguais. Cada indivíduo carrega a sua história e todo o conjunto é importante.

As observações de campo na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu nos anos de 2017 e 2018, bem como os relatos orais de entrevistas, revelam que a herança que tem nos fornecido bases de aprendizagens sobre os desafios próprios da humanidade tem suas bases nos valores e cultura da “roça”.

Percebemos, por meio dos relatos orais concedidos em entrevista, que os alunos mantem acesa a memória da teoria porque praticam com frequência. Destacamos os seguintes trechos de relato oral, de uma ex-aluna da primeira turma da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu:

“Desde a primeira vez que eu fui (...), aprendi muita coisa. Desde a primeira vez que eu fui lá com a professora Ana Paula, aprendi. A gente aprende. Tanto a gente aprende com eles como eles aprendem com a gente. Porque oh... a maioria dos agrônomos não conhecem: o caldo do aipim é um remédio ótimo pra matar as bactérias dos fungos das plantas e nem os agrônomos sabem entendeu?. E eu sei. Nas minhas plantas lá não tem bactérias de fungo, nem nada. E quando eu fiz esse curso, aqui já na Escolinha, o professor me deu a essência da lagarta no vidrinho, eu tenho até hoje. Boto um pouquinho na água, espirra na lagarta. Porque a própria largata que a gente bate no liquidificador e a gente guarda aquela essência. Assim, ela não fica mais no maracujá. Eu tinha cada maracujá grandão no meu sítio. Eu aprendi isso na Escolinha. Eu guardo o aprendizado e não esqueço muita coisa.(Relato de entrevista oral – Entrevistada 2: Agricultora rural)

Para além, o conhecimento adquirido na EANI é compartilhado com outros sujeitos, ressaltando-se a importância da relação entre teoria e prática como um compromisso necessário na prática de construção dos saberes. A teoria do fazer não pode estar distante da ação.

Dou palestra na Fiocruz, os professores tudo lá me chamam, conheço os professores, são muito dez (...) Tu já pensou tu chegar na Fiocruz e dizerem “a senhora vai dar uma palestra pra 60 alunos numa sala”? Eu e outra minha amiga. Caramba, aí eu falei” Meu Deus!”. Depois, eles queriam

saber. Porque tem aluno que tá estudando agronomia pra se formar e não sabe como que planta uma banana, não sabe como planta isso... Meu Deus! Ai eles querem perguntar tudo. Ai eu falei “Oh, a melhor prática pra vocês quiserem mesmo, vamos lá pro meu sítio, que eu vou ensinar vocês a pegar a sua enxadinha. O professor “É isso mesmo dona ... é isso mesmo!”(Relato de entrevista oral – Agricultor 2)

Consideramos importante o presente relato, pois, o processo pedagógico da *práxis*, para além de produzir conhecimento, conduz educador e educando a se tornarem pesquisadores constantes, movimentando-se numa pedagogia que investiga, transforma e educa, investindo em uma formação de caráter contínuo. (FORTUNA, 2015).

São múltiplas as expressões da *práxis* social, fomentadas a partir da participação na EANI. Retomamos a especificidade do único curso em preceitos agroecológicos cujo público-alvo são os pequenos produtores da região da baixada fluminense, que considera as experiências de vida dos sujeitos participantes, como estratégia de (re)produção da agricultura familiar da baixada fluminense; a aplicabilidade dos conteúdos aprendidos da teoria à prática e, nesta perspectiva, é necessário enfatizar o viés multiplicador, pois, um produtor vai passando informações para o outro e assim, vão ocorrendo as trocas de experiências, o fomento à participação social, a apropriação do território como um espaço de fortalecimento das relações sociais e do fortalecimento de vínculos comunitários.

2.3 – Identidade, Pertencimento e a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu

A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu se constitui como um importante instrumento de fortalecimento da identidade cultural e do pertencimento de pequenos produtores da região da baixada fluminense. Historicamente, percebemos que as mais variadas formas de diferença (gênero, classe, sexo, cor, cultura, religião, etnia, território, dentre outros) fortaleceram a desigualdade. Somos sujeitos diferentes, com particularidades, mas ao longo do tempo, esta pluralidade tem sido utilizada como instrumento de segregação.

Estas questões são atenuadas quando pensamos no campo como um território que vem sendo negligenciado e inferiorizado ao longo dos anos, onde num contexto ideológico, a elite atribuía características ao lugar, sem pertencer ao mesmo. Assim, interessava a esta classe inferiorizar o território como lugar de atraso, marcado pela ausência de direitos sociais e pela precariedade cultural.

Porém, muitas são as expressões de subjetividades presentes no campo. Campo este que mantém nossas as nossas raízes e compõe uma parte importante de nossa eterna herança de ligação com a terra. Os movimentos sociais possuem uma importante pauta em defesa da cultura, identidade e do sentimento de pertencimento dos sujeitos do campo, refletindo que esta identidade está em movimento e em construção cotidianamente.

Neste sentido, cabe pensar na importância conceitual do termo “identidade”. A etimologia da palavra nos apresenta que identidade é uma palavra com origem do latim que apresenta uma diversidade de características que permitam reconhecer e caracterizar um sujeito ou coletividade perante os demais. Para Carvalho (2011), a construção da identidade dos sujeitos do campo possui relação direta com a resistência dos movimentos sociais em lutar contra a imposição de uma disciplina que não concordaram, posicionando-se contrários à adequação de seus costumes às práticas urbanas. Assim, manter as tradições dos povos do campo se consolida como um grande ato de resistência.

Os aspectos de identidade consideram como base a realidade os sujeitos vivenciam e, neste sentido, deve-se considerar a memória coletiva como uma dimensão que acende as lembranças do passado no presente e futuro. Para Kolling, Cerioli e Caldart (2002), o campo é o território em que se produz pedagogia e defende um projeto educativo que visa, considerando as bases da educação popular – da pedagogia do oprimido – reafirmar o seu compromisso social em defesa da dimensão educativa do homem com a terra (pedagogia da terra):

Trata-se de combinar as pedagogias de modo a fazer uma educação que forme e cultive identidades, auto-estima, valores, memória, saberes, sabedoria; que *enraíze* sem necessariamente *fixar* as pessoas em sua cultura, seu lugar, seu modo de pensar, de agir, de produzir; uma educação que projete movimento, relações, transformações... (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002: 23 – grifos nossos).

Domingues (2013) explicita que cada lugar expressa um ambiente único para cada indivíduo, tendo como ponto de partida as percepções que produzimos a partir de nossa realidade. Ou seja, socialmente, o conceito de identidade carrega aspectos dos papéis pessoais de cada pessoa com a sua forma de ver o mundo. E neste sentido, é por isto que o termo identidade está em constante construção, pois não pode ser vista de forma isolada a partir da definição de um só olhar. Cada sujeito carrega consigo uma história. Os sentimentos e demais representações vão se modificando de acordo com a intencionalidade de cada um.

“A construção da identidade é um processo sem fim, passível de experimentação e mudança, de caráter não definitivo, fazendo com que ela seja construída continuamente ao longo da vida.” (BAUMAN, 2003 *apud* MORICONI, 2004: 15). Ou seja, pensar em identidade é considerar que não se trata de um conceito estático.

Moura e Filho (2014) apresentam concepções importantes no debate da “construção da identidade” com base em Zygmunt Bauman e Stuart Hall e afirmam que são justamente estas diferenças entre os sujeitos que dão base a construção de elementos significativos ao termo “identidade”, de modo que pensar identidade ultrapassa a formulação de um conceito que dê conta de sua totalidade. A concepção de identidade é construída considerando a própria trajetória dos indivíduos e esta construção também é fruto do posicionamento de resistência, sendo (...) “melhor escolher identidades do que aceitar as que nos são impostas” (MOURA; FILHO, 2014: 19).

A luta e resistência em prol da identidade dos sujeitos do campo não é dissociada do contexto urbano. Cidade e campo são concebidos como espaços complementares, onde o campo não existe sem a cidade e a cidade não existe sem o campo. É nesta capilaridade que destacamos as ações de fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade à EANI. E neste contexto, reforçando a ligação dos efeitos indiretos da Escolinha com a Feira da Roça de Nova Iguaçu.

“É uma coisa que é ligada: campo e cidade. E pra nós, a Feira [da Roça] e a Escolinha foi de muita... - como eu já falei pra você – de muita valia pra nós, de muito aprendizado porque aprendemos a plantar no campo e ali trazer as coisas boas pra cidade, para vender no centro de Nova Iguaçu”.
(Relato de entrevista oral – Entrevistado 1: agricultor rural)

Para Moriconi (2004), abordar a questão do “pertencimento” requer refletir sobre muitos sentimentos e relações dos sujeitos com o ambiente e sua cultura. Inicialmente, referimo-nos aqui que, pertencimento é um sentimento que pode interferir na construção dos valores, aspirações e atitudes dos indivíduos. O sentimento de pertencimento alavanca as reflexões sobre o mundo, permitindo que os indivíduos olhem para dentro de si e se sintam parte integrante de algo.

Quando um determinado sujeito, sente-se pertencente à algo, o espírito individualista é deixado de lado, dando espaço ao despertar de um espírito mais sensível, que se importa mais com o outro. Assim, “pertencimento é quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou comunidade, sente que faz parte daquilo e conseqüentemente se identifica com aquele local,

assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida dela, é como se fosse uma continuação dela própria” (MORICONI, 2004: 14)

Acredito que precisamos cativar os sentimentos de pertencimento e identidade de forma que despertem o nosso lado crítico e reflexivo, que despertem o nosso lado bom, desenvolvendo sentimentos como amor, respeito, responsabilidade, cuidado, proteção, solidariedade, compromisso e honestidade. E para que isso aconteça, é fundamental que a pessoa participe, no decorrer de sua vida, da família, da escola, do trabalho, das amizades, do bairro, entre outros lugares, levando-a a atuar em grupo, em comunhão, numa coletividade que alimenta os relacionamentos humanos. (Ibidem: 17-18 – grifos nossos).

Assim, refletir sobre os conceitos de “identidade” e “pertencimento” são fundamentais em nossa pesquisa. A intencionalidade da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, para além da oferta do curso de preceitos agroecológicos, fomenta a comunidade a lutar por uma sociedade mais igualitária e justa, a partir do fortalecimento do sentimento de pertencimento que também constrói a identidade.

Ou seja, referimo-nos à princípios e valores do homem: que valoriza o modo de lidar com a terra, independentemente de ser oriundo de zona rural ou urbana; que resiste à um modelo de agricultura “do veneno”, imposto pela elite com vistas à atender as demandas do capital; que compreende que os seus direitos não são respeitados na sociedade e não se acomodam, mas sim, lutam contra as mais vastas expressões de desigualdades.

Conforme explicita Moriconi (2004: 31), quando o sentimento de pertencimento é fortalecido, os sujeitos passam a ter um olhar mais crítico diante da realidade, despertando um espírito coletivo que o move em busca de um mundo melhor. E esta é justamente a essência do nosso trabalho, pois, é a partir deste movimento que é possível alcançar a transformação social.

CAPÍTULO III – OUVINDO OS SUJEITOS: REFLEXÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA EANI

Conhecer a realidade social dos sujeitos é um grande desafio, pois, cada indivíduo expressa a sua realidade de um modo e, ainda que muitas palavras sejam ditas para ilustrá-la, podem haver contradições entre o que é falado e o que é vivido. Entendemos aqui a realidade social como um fenômeno construído pelo sujeito, por meio de suas experiências de vida, anseios, emoções, aspirações e demais sentimentos produzidos e legitimados através da socialização. Assim, o presente capítulo possui como base a escuta das experiências de vida e de participação dos alunos e ex-alunos da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, para refletir os aspectos de configuração social como seres históricos que possuem capacidade de promover a transformação social.

3.1 – Ouvindo os sujeitos: Efeitos diretos da transformação social

As experiências de vida fazem parte do processo de socialização e de formação dos sujeitos. Todos os indivíduos no meio social carregam particularidades e personalidades diferentes e, essas variações ocorrem com base em suas relações sociais com o meio. Segundo Martins (2010), os papéis sociais possuem valores e significados que são atribuídos pela sociedade e como resultado do processo de socialização e enquanto ser social, o homem está em constante movimento.

Por transformação social, se compreende os elementos que configuram um novo modo de agir e pensar dos sujeitos. Embora esta seja uma temática usual, agrega em si um enorme valor. Transformar é passar de um estado a outro e, portanto, é sinônimo de uma não conformação. Neste sentido, Sawaia (2014) compreende a transformação social como subjetividade das dimensões no interior da qual o processo revolucionário se constrói, subsidiando o conceito de transformação social à teoria marxista, numa perspectiva revolucionária, envolta com lutas e emancipação humana que retira o sujeito de um “centro comum”, colocando-o em um patamar de reação.

Podemos conjecturar que os caminhos de transformação social no campo educacional estão diretamente associados à valorização da identidade, sentimento de pertencimento, autonomia dos sujeitos e fortalecimento dos movimentos de lutas sociais em prol da garantia

de direitos. Também podemos destacar como ação de transformação, o estado de sair da “inércia”, por meio de uma educação libertadora que permite que o sujeito desenvolva uma consciência crítico-reflexiva, onde os problemas sociais passam a ser percebidos e combatidos, fora do contexto de invisibilidade social.

Retomaremos um aspecto central em nosso debate: a especificidade da EANI como um projeto que visa responder as demandas do pequeno agricultor, visando o fortalecimento da reforma agrária e a valorização da cultura dos agricultores tradicionais, sobretudo, na região da baixada fluminense. Para tal, é debatida a lógica fundante das desigualdades no sistema capitalista que apresenta o retrato da fragilidade do manejo produtivo destes agricultores. Ao fornecer o manejo de técnicas agroecológicas, além da consciência crítica contra a “cultura do veneno”, a Escolinha oportuniza a adoção de práticas vantajosamente mais econômicas e opostas ao modelo convencional que causam prejuízo a saúde.

Como não é de interesse para o sistema capitalista, fomentar o uso de práticas agroecológicas, percebemos que o termo era desconhecido para boa parte dos alunos antes de suas formações. Em nossas entrevistas, este foi um ponto que nos chamou a atenção. Os relatos destacam a ausência de divulgação do termo agroecologia, ressaltando que faz-se necessário maior empenho inclusive por parte dos ex-alunos para divulgar cada vez mais a importância destas práticas, conforme relatos:

“Não conhecia as técnicas antes de entrar na Agroecologia. Eu acho que precisa de mais divulgação, pra Escolinha, entendeu? Até mesmo pelos próprios agricultores, as pessoas que fazem o curso lá, não divulga. É uma coisa que é boa, né? Aprende muito! Eu acho que precisa ter mais divulgação” (Relato de entrevista oral - Entrevistado 1: Agricultor Rural)

“Um dia eu tô passando do meu trabalho, aí eu vi aquela reunião lá na Associação de Vila de Cava. Aí eu falei “-moça, o que que tá acontecendo aí?”, aí ela falou “- é reunião aqui dos agricultores”, eu: “- posso participar?” – era até a Terezinha, que era a coordenadora da Associação. Aí ela falou: “- pode, tu tem sítio?” aí eu falei “Eu tenho sítio. Eu planto aipim, eu planto banana, eu planto um monte de coisa só que eu não tenho para onde escoar porque eu não tenho conhecimento”. Naquele dia eu me associei na associação de Vila de Cava. Aí ela falou: “Então, vamos”. Comecei a conhecer o pessoal da prefeitura, os agrônomos... estudei muito. Tenho muitos, muitos, muitos muitos diplomas. (...) Aí surgiu essa Agrônoma, aí ela falou “Tu quer participar da Escolinha? A Escolinha que vai ser a primeira escola aqui na baixada” Ai eu falei “eu quero, quero aprender porque onde nós moramos no Amazonas ninguém trabalha com veneno, se eu trabalhar com veneno eu vou me matar, porque eu nunca vi meu pai trabalhando com veneno”.” (Relato de entrevista oral: Entrevistada 2 – Agricultora rural)

“Não. Acho que não é divulgado. Divulgado muito pouco. Eu sempre falo. Porque as vezes as pessoas pensam que um produto bonito, né? “Ali tá bonito, tá gostoso”. Mas não está, está contaminado. Então a gente tem que agora falar sempre, ficar sempre procurando o melhor pra saúde da gente, né? Porque saúde agora tá muito difícil. E a pessoa ainda tá comendo produto agrotóxico.” (Relato de entrevista oral: Entrevistada 3 – Agricultora rural)

“Então, eu nem sequer conhecia esse termo “agroecologia”, antes de entrar pra Rural, que eu entrei foi em 2016 lá pra Rural de Seropédica. E aí, lá, esse tema é muito forte, né, da “agroecologia” (...) não considero que sejam amplamente divulgadas, assim... eu sempre gostei de planta, né? Mas, é aquela coisa, educação da gente ambiental, principalmente aqui na baixada é muito assim: Árvore é uma coisa pra você cortar, a árvore é um perigo pra sua calçada, pra sujar o seu quintal, essas coisas, né? Mas quando eu comecei a me interessar “vou plantar nos vasinhos e tal”, tipo, a solução que me vinha como “pra ajudar a planta” era adubo químico: era NPK. Era isso que eu ouvia “NPK, NPK”. Não aquilo: “Ah, faz um chá de casca de banana, ou sei lá, tipo, usa alguma pra reter o líquido no solo”. Nenhuma dessas coisas, assim, tipo, nunca chegaram pra mim assim como se fosse uma coisa, tipo, “conhecida de todas, sabe?”. Parece que essas técnicas são tão simples, algumas técnicas da agroecologia são tão simples e ao mesmo tempo parece que quando chega até você, você pensa “nossa, parece que isso... eu já podia ter aplicado isso antes, né? (...) (Relato de entrevista oral: Entrevistada 4 – Quintal produtivo)

O único relato que aborda um conhecimento prévio acerca do termo agroecologia e suas práticas em nossas entrevistas foi representada pelo Entrevistado 5 – Técnico. Todavia, em sua narrativa, ele reitera a preocupação com a divulgação destas práticas, entendendo que são mais frequentes no meio acadêmico, embora gradualmente, diversos setores da sociedade estejam se preocupando mais com a alimentação saudável, o modelo macroeconômico do capital utiliza suas forças para limitar a agricultura familiar e o pequeno produtor.

“No meio acadêmico, digo assim, as universidades públicas. Acredito que no estado do Rio todos os cursos, né, pelo menos que eu vi de Geografia, de Biologia, de Nutrição, de Engenharia, na UFRJ, na Rural, na UFF, todos tem trabalhado isso, na parte de educação. E eu vejo também assim, não sei se é com preocupação, que setores de comércio, de alimentação, estão se apropriando dessa ideia porque viram que a população está querendo mudar, tá aceitando isso, tá acreditando, né? E talvez, assim, isso surja para o bem, né? De mudança de vida, mudança alimentar. Mas a gente vê que pela realidade que os professores da Escolinha mostram é muito difícil, né? Porque esse modelo econômico aí, a forma de produção realmente arrasa com o produtor rural, com quem produz alimento de forma familiar. É um

modelo que precisa ser realmente combatido e, como diz assim, as novas mudanças políticas que aconteceram aí, nos traz assim, muita, muita preocupação. Pela Rede Ecológica, a gente conversa com os produtores, assim, até pelo whatsapp, depoimentos dele ou conversas mesmo na hora da entrega. Eles dizem: “- Tá difícil, né?”. A gente sabe que pelos relatos dos alunos, essa produção, assim, de documentação com relação a agricultura familiar está cada vez mais difícil: Falta de apoio por parte do Governo; falta de encontrar mercados, assim, que sejam regulares para ele, pra que eles possam ter certeza dessa renda e, na ideia do cultivo deles da parte de produção, de relações econômicas deles, de familiar... tá muito difícil, né? São produtores que já estão cansados, já estão precisando ser apoiados em termos assim, de apoio de trabalho. E eles veem que não tem, né? Familiar, família, os filhos, os parentes não querem dar continuidade a esse modo de vida, modo de produção de renda e realmente tá difícil. Eu vejo assim, ao mesmo tempo, com esperança, como forma de resistência mas também muito preocupado.” (Relato de entrevista oral: Entrevistado 5 – Técnico).

Todavia, cabe destacar que embora esta formação de multiplicadores pareça ser deficitária nas narrativas, ela existe e cria potência a cada dia. Todavia, é claro que se faz necessário dialogar e enfatizar sempre que possível com os demais sujeitos (do bairro, da igreja, da comunidade em geral) sobre a necessidade de se atentar às ações de combate de que possam causar prejuízos à saúde. Relembrar, que o modo de lidar com a terra em suas origens, não incorporava o uso do veneno e utilizava, com mais frequência, o uso de recursos naturais e saudáveis.

Outro aspecto de relevância é o fomento a participação junto aos movimentos sociais que a EANI impulsiona. Nos relatos orais concedidos em entrevista, percebemos que embora alguns sujeitos não possuam relação direta com os movimentos sociais, são sujeitos que se reconhecem na luta por uma mesma causa, não se sentem distantes da realidade do coletivo.

“Agora eu já me inscrevi na Ecoecologia – Movimento de Mulheres Sociais que viajam para o lugar todo. Tem palestra, tem a reunião. Dou palestra na Fiocruz, os professores tudo lá me chamam, conheço os professores, são muito dez. Que a gente trabalhava lá, a gente faz uma feira de 15 em 15 dias na Fiocruz, pela MPA⁵. Aí entrei pra MPA, que é outra organização, mas que também faz parte da agricultura também. Dos pequenos agricultores também. É dos camponeses.” (Relato de entrevista oral: Entrevistada 2 – agricultora rural).

“Você vê que um projeto como esse [Escolinha] funciona graças aos braços, sabe, dessas pessoas, sabe? Que são de mais idade... eu senti que mudou muito assim, a minha forma de enxergar. Sabe, até tipo, os movimentos sociais como algo que é um dever dos jovens. Que é pra quem ainda sonha, né? Pra quem ainda é imaturo o suficiente pra poder sonhar,

⁵ Movimento dos Pequenos Agricultores.

sabe? Eu senti que não, sabe? (...) Não basta você só viver, sabe, se você não tiver algo pra acreditar, pra lutar, sabe? Acho que eu aprendi isso.”
(Relato de entrevista oral: Entrevistada 4 – Quintal produtivo)

São múltiplas as expressões de transformação social que a participação na Escolinha fomenta. Destacamos, a princípio, uma maior preocupação e respeito para com o meio ambiente, a partir da evolução das técnicas agroecológicas aprendidas.

Na hora do almoço, estava conversando com uma aluna da turma de 2017, ela comentou que antigamente o ato de juntar folhas e incendiá-las era comum e frequente, pois não sabia a proporção dos danos que causava ao meio ambiente. Ela se inscreveu para fazer o curso e começou a compartilhar seus conhecimentos com o seu esposo. Ao obter o conhecimento das técnicas agroecológicas, iniciou o processo de compostagem com folhas secas. Feliz com este resultado, ela afirma: “hoje não incendeio mais e não deixo ninguém na minha família fazer isto”.
(Diário de Campo, 18 de novembro de 2017).

Estas questões nos permitem refletir sobre a indissociabilidade entre teoria e prática. As técnicas aprendidas em sala de aula são aplicadas no cotidiano e, para isto acontecer, entendemos que o conteúdo repassado aos alunos possui uma linguagem clara, objetiva e dinâmica. Segundo Rosa (2014: 109), que é engenheira agrônoma da Emater, esta era uma preocupação: saber se o conteúdo das aulas realmente estava sendo compreendido pelos alunos. Se a comunicação estava permitindo a troca e o compartilhamento de saberes entre eles, garantindo momentos de aprendizado com base na *práxis* da educação popular, de fato. E comprovou-se que sim, os alunos além de se apropriarem do conceito proposto sobre a agroecologia, também começaram a participar de reuniões em conselhos municipais e de outras experiências relacionadas ao associativismo.

Participei da aula de encerramento da turma de 2017, onde cada grupo apresentou a aplicabilidade de uma técnica aprendida ao longo do ano, na prática. Este espaço representou um momento de muita troca. Com olhares atentos, todos acompanhavam cada grupo com o intuito de aprender como fizeram e também, de sugerir determinadas práticas para facilitar o manuseio da técnica. Os alunos apresentaram fotos, vídeos e alguns, inclusive, levaram uma muda para mostrar o resultado à turma. Há relatos de visitas a outros sítios, encontros para estudar qual seria a melhor técnica a ser aplicada e troca de opiniões. Foi uma experiência muito enriquecedora e, dentre vários sentimentos captados, posso destacar que para mim, o que mais ecoou foi a sensação de orgulho ao perceberem que iniciaram e acompanharam a evolução da técnica desde a origem. Cada apresentação finalizada era fortemente aplaudida por todos em reconhecimento de seus esforços. (Diário de Campo, 09 de dez. de 2017)

Com base nos relatos orais das entrevistas, percebemos que os sujeitos compreendem a EANI como um valioso espaço para a troca de experiências entre os agrônomos e demais professores e alunos. Não se trata, portanto, de um conhecimento verticalizado e tradicional, que o professor é o único detentor do conhecimento em sala. Ambos aprendem uns com os outros.

"Leva em consideração sim, as experiências dos agricultores com os profissionais do campo, né? No caso, os técnicos, entendeu? E ali vem os conhecimentos das práticas dos agricultores e tanto aprende os profissionais com as suas técnicas, os seus conhecimentos, como a técnica já aprendida que o agricultor tem: como plantar, entendeu? E aí, junta os dois e é de uma grande valia." (Relato de entrevista oral: Entrevistado 1 – agricultor rural).

"É muito bom. Desde a primeira vez que eu fui lá, eu aprendi muita coisa. Desde a primeira vez que eu fui lá com a professora Ana Paula, aprendi. A gente aprende. Tanto a gente aprende com eles como eles aprendem com a gente." (Relato de entrevista oral: Entrevistada 2 – agricultora rural).

"Eu acredito que essas relações que você mantém, que você conquista, eu acho que é a parte principal da Escola. Você tem duas vezes por mês, você ganhar essa história de mulheres, de homens, de estudantes que a todo o momento contam as suas experiências de resistência na produção ecológica, na produção familiar. Pra mim, mais do que conteúdo é você poder tratar ou poder debater, você poder resgatar esses modos de resistência do agricultor na baixada fluminense que é muito forte. É um misto, assim, de história da baixada contada pelas aulas, né? Por ser confirmado pela história de vida dessas pessoas, né? Os municípios da baixada, você tem realmente um reforço da luta contra a especulação imobiliária, contra a violência, contra o descaso municipais e estaduais contra eles. A luta pra manter a sua afinidade com a terra, a luta pra manter a questão história dos antecedentes, dos antepassados. E é muito rica, muito rica!" (Relato de entrevista oral: Entrevistado 5 – Técnico)

Realizaremos a análise dos efeitos de transformação social diretos, com base nos relatos orais de entrevistas e na observação das atividades da EANI, registradas pelo diário de campo do pesquisador. Para tal, estabeleceremos estas reflexões com base nas seguintes categorias: participação, poder social, desigualdades e direitos, sentimento de pertencimento e identidade, valorização dos saberes coletivos e indissociabilidade entre teoria e prática.

Quadro 2 - Efeitos diretos de transformação social na EANI

Conceituação	Definição básica	Exemplificação
Participação	Incentivo a interação social por meio de atividades de formas variadas	<ul style="list-style-type: none"> - Visitações técnicas; - Atividade coletiva como proposta do trabalho de conclusão de curso; - Trabalho em redes;
Poder social	Fenômeno social relacionado ao controle e direção de suas próprias vidas	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexões críticas acerca da disputa de dois modelos de campo (agricultura x agroecologia); - Fortalecimento da identidade do produtor, agricultura familiar e dos valores da “roça”.
Desigualdades e direitos	A diferença de condições de acesso igualitário aos seus direitos, em detrimento do sistema capitalista que faz divisão de classes.	<ul style="list-style-type: none"> - Compreensão da lógica do sistema capitalista que visa “esmagar” o pequeno produtor; - Luta e resistência em prol da igualdade de condições;
Pertencimento e Identidade	Sentimento que conduz o sujeito na construção de seus valores e atitudes.	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate e valorização da cultura e das relações sociais dos povos do campo; - Festas populares e representações sociais, tal como por exemplo: Festas do aipim (Tinguá), da banana (Jaceruba), dentre outras.
Valorização dos saberes prévios	Reconhecimento de que os sujeitos possuem saberes populares oriundos de suas experiências de vida.	<ul style="list-style-type: none"> - Espaço de troca de experiências com os agricultores nas aulas, intervalos, visitas técnicas, apresentações de trabalhos, dentre outros.
Indissociabilidade entre teoria e prática;	A teoria não existe sem a prática e a prática não existe sem a teoria.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprendizado sobre técnicas agroecológicas com exposições de fotos e vídeos e exploração de outros recursos audiovisuais que permitam a associação da teoria à prática; - Visitações técnicas; - Exploração de atividades

		práticas guiadas a partir de uma técnica teórica, de modo coletivo ou individual.
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------

Fonte: autoria própria, 2018.

3.2 - Efeitos indiretos de transformação social a partir da EANI

A Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, ao longo dos anos, tem recebido uma elevada procura dos membros das feiras da roça para o curso de preceitos em agroecologia. Destacamos isto como um efeito indireto de sua atuação, tendo em vista que o pequeno produtor ao obter os conhecimentos necessários para o manejo do solo com baixo custo, podem escoar as suas mercadorias livres de agrotóxicos.

Entendemos que há fortalecimento da identidade do produtor, pois, suas organizações propõe uma comercialização direta ao consumidor, que através deste contato, cria relações sociais com os mesmos e expressam as suas lutas em prol do reconhecimento da agricultura familiar.

Um dos aspectos ressaltados pela Feira da Roça é justamente o de dar visibilidade a um setor que estava fadado a ser engolido pela expansão urbana. A presença semanal de agricultores no centro de Nova Iguaçu revelou uma realidade até então pouco conhecida do município e causou surpresa naquela população urbana que ignorava a quantidade, a diversidade e a qualidade da produção alimentar local. Para os agricultores, a feira abriu perspectivas de viabilização econômica, ao mesmo tempo em que afirmou sua identidade e aumentou sua autoestima. Outro fator a se destacar é que a produção da agricultura familiar presente na feira resgata hábitos e sabores perdidos com a padronização alimentar imposta pelas grandes redes distribuidoras. Produtos como taioba, ingá, jambo, cajá, carambola, abiu, toranja, laranja-da-terra, ervas medicinais, banana-vinagre, cachopas de urucum, toletes de cana, pitanga e tantos outros, que não são encontrados nas prateleiras dos supermercados, fazem sucesso e recuperam uma cultura alimentar que estava esquecida, além de transformar em renda produtos que o mercado distribuidor dominante descartou por completo. (STRAUCH, MENDONÇA, ROSA, 2012: 31-32)

Neste sentido, conforme mencionado, entrevistamos três ex-alunos que participam da Feira da Roça de Nova Iguaçu. Em seus relatos, compreendem que a luta pela agricultura familiar é fortalecida pela EANI, tendo em vista o conhecimento técnico perpassado que apresenta um leque diversificado de técnicas para lidar com a agricultura. Neste sentido, segundo relato:

“A Escolinha de Nova Iguaçu surgiu para beneficiar os agricultores e a Feira de Nova Iguaçu (a Feira da Roça) ela tem muita relação com a Emater. Ou seja, todo o pessoal, os profissionais da Emater, eles vêm e nos dão o apoio. Então, devido a este conhecimento técnico da agroecologia houve-se uma necessidade de se criar essa Escolinha, se não me engano, ela foi criada até pela Mariela. Teve a participação também do Sr. Fernando, que já faleceu e por aí foi. E eu gostei das ideias, das técnicas que eles ensinavam ali na igreja Santo Antônio e ali eu gostei muito e, fiz o curso e foi de muita utilidade não só pra mim, mas pra toda a Feira, né? A gente aprende a técnica de como lidar com a agricultura, né? Usando a agroecologia, usando os produtos, os adubos, tudo feito pela própria pessoa, pelo próprio agricultor” (Relato de entrevista oral: Entrevistado 1 – agricultor rural).

*

“Sou agricultora. Sempre morei na roça, sempre plantei. Minha mãe mora ainda na roça. Agora que eu afastei um pouquinho mas eu tô sempre lá. Moro em Tinguá. Eu conheci [a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu] na Feira mesmo, porque falaram que ia ter um curso na igreja, aí pegou e eu fui lá conhecer. Aí comecei a ir, quase que eu desisti. Mas depois eu achei tão interessante, sobre plantação, sobre as coisas da roça que aí eu fiquei no curso até o final. Gostei e fiquei até o final. (Relato de entrevista oral: Entrevistada 3 – agricultora rural).

Rosa (2014: 107) descreve que a busca dos integrantes das feiras da roça pela EANI simplesmente aconteceram sem a necessidade de um acordo. Ou seja, a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu tem contribuído para o fortalecimento da Feira da Roça, embora a mesma não tenha sido formada por ela.

Em suma, trata-se de um efeito indireto que revela o fortalecimento e crescimento de uma organização que, através do conhecimento obtido na EANI, os agricultores podem diversificar suas produções e escoá-las, apresentando produtos naturais, sem a utilização de veneno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva teórica proposta por Gohn (2010) acerca da educação não formal nos forneceu subsídios para compreender a pluralidade de ações desenvolvidas pela Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, tendo como base a emancipação sociopolítica dos sujeitos, tendo em vista que se propõe a reflexão sobre os problemas sociais, buscando a superação da ordem de desigualdade, acreditando ser possível uma outra sociedade.

Reconhecemos, portanto, que as ações da EANI se compõe como parte da construção uma emancipação como processo social, que deve circular entre os grupos coletivos, opondo-se constantemente as relações de poder de dominação. Assim, a participação social deve fomentar a resistência e a luta pela garantia do respeito aos direitos sociais. Deste modo, reconhecemos que as ações da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu representam um diferencial, sobretudo, no território da região da baixada fluminense.

Quando refletimos que o público prioritário deste projeto são os pequenos produtores e membros da agricultura familiar de áreas urbanas e rurais, precisamos retomar o debate histórico de que estes sujeitos têm sido excluídos do processo educacional ao longo da história brasileira e, na atualidade, com a disputa destes dois modelos de campo (agronegócio e agroecologia), percebemos a grande pressão em cima do pequeno produtor, elevando a dificuldade do produtor em escoar as suas produções. Tais questões são ainda mais atenuadas quando consideramos a presente crise do capital financeiro, instaurado no Brasil com força mais veemente de 2014 pra cá, onde notamos o aumento torrencial do número de desempregados e, conseqüentemente, do pauperismo.

As contribuições da educação popular, como *práxis* social, nos ensina que seus alicerces devem oferecer uma consciência crítica em busca da libertação do oprimido, que nos oferta um leque de possibilidades a serem pensadas sobre a nossa própria existência, tais como: a lógica de dominação imposta pelo capital, o controle das relações sociais como parte constitutiva necessária a reprodução do capital e a necessidade de assumirmos uma consciência crítica, com comprometimento político-social para reivindicarmos um mundo mais justo e solidário.

Nesta perspectiva, cabe destacar a importância histórica das lutas dos movimentos sociais, sendo necessário reconhecer sua ação como um ato político de enfrentamento às imposições da lógica capitalista. A participação sociopolítica e comunitária dentro dos

movimentos sociais contribui para a transformação social, tendo em vista que estas práticas delineiam novas possibilidades de lutas pelos direitos, pela educação, pela distribuição de renda igualitária, dentre outras questões. Conforme explicita Gohn (2010: 65),

(...) os movimentos sociais são elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas por manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais.

No interior dos movimentos sociais, encontram-se os sujeitos das camadas populares que reivindicam melhores condições de vida para todos. Destacou-se, na pesquisa, os movimentos sociais de luta pela terra, que historicamente lutam pela reforma agrária e pela reparação das mais variadas expressões de injustiças sociais vigentes. Os movimentos do campo retratam a luta contra o processo de massificação da produção agrícola, que substituiu o homem por máquinas com o intuito de elevar a quantidade de produção para responder as demandas do capital, propondo também o incentivo a lógica do consumo.

A hegemonia de valores voltados à produção de subjetividades individualistas e competitivas, que ignora as culturas dos meios rurais/camponeses, tornam o trabalho de educação popular com subjetividades bastante complexo. Assim, destacamos as ações da EANI no sentido de valorizar as experiências pessoais dos sujeitos, possibilitando um espaço de troca e, ao mesmo tempo, viabilizando a construção de uma rede de apoio para superação das dificuldades. Cabe destacar, no campo da intencionalidade de suas ações, a valorização da identidade do produtor (rural e urbano), tal como o sentimento de pertencimento do mesmo ao seu território e sua cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG, Associação Brasileira de Agronegócio. Agronegócio contribui com 23,5% do PIB em 2017, estima CNA. Disponível em: http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-agronegocio-contribui-com-23-do-pib-1. Acesso em: 31.mar.2018

ALGEBAIL, E. **Escola pública e pobreza no Brasil**. RJ. Editora Lamparina, 2009.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. (orgs.) Educação do Campo: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. (Coleção Caminhos da Educação do Campo, v. 1)

ARAÚJO; Laura F. S.; DOLINA, Janderléia V.; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleciene dos Anjos; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasiela Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira de Ensino em Saúde*. Vitória, v. 15, nº 3, p. 53-61, jul-set, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/6326/4660>. Acesso em 04.jan.2018

ARROYO, Miguel G. Educação Popular, Saúde, Equidade e Justiça Social. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 79, p. 401-416, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/educacao-popular-sade-equidade-e-justia-social.pdf>. Acesso em: 03.mar.2018

_____. **Pedagogias em Movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. *Revista Currículo Sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 18.mar.2018

_____. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004

_____. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Leôncio Soares . — Belo Horizonte: Autêntica. SECAD-MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos.pdf#page=18. Acesso em: 14.jan.2019.

_____. **Educação e Exclusão da Cidadania**. In: BUFFA, E. ; ARROYO, M.; NOSELLA; P. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia. *Revista Agricultura*. V. 1, nº 0. AS-PTA, Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v1-n0-seguranca-alimentar-a-agriculturafamiliar-aponta-o-caminho>. Acesso em: 31.mar.2018.

_____. **Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro**: Caderno de experiências agroecológicas. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

https://aarj.files.wordpress.com/2014/03/caminhos_agroecolc3b3gicos_rj.pdf. Acesso em: 10.fev.2019

BATISTA, Vitor da Silva; PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Educação Popular na Baixada Fluminense: A experiência dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947). In: V Congresso Nacional de Educação: Recife, 2018.

BATISTA, Gilma Vanderlei; NETTO, Isabella Arnoult; GONÇALVES, Thaís Souza dos Reis. Caminho dos alimentos: estratégias de resistência camponesa em Nova Iguaçu. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506897227_arquivo_caminhosdosalimentos.pdf. Acesso em: 10.jan.2019

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. In: Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200716.pdf>. Acesso em: 10.jan.2019

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação Popular?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2015. Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 18.jan.2018

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n61/1984-0411-er-61-00089.pdf>. Acesso em: 10.jan.2019

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Leôncio Soares - Belo Horizonte: Autêntica. SECAD-MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos.pdf#page=18. Acesso em: 14.jan.2019

CADERNO SECAD 2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF: SECAD, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; osfs CALDART, Roseli Salete (Orgs.). Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

_____. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, Cesar; _____. Projeto popular e escolas do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000b. pp. 39-87. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 3).

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (org.) Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília, DF: xv INCRA/MDA, 2008. pp. 67-86. (Série NEAD Especial; n. 10.)

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**. São Paulo. Cortez editora, 2000.

_____. **Sobre Educação do Campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007 – Disponível em: http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf. Acesso em 04.jan.2018

_____. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf> . Acesso em: 04.jan.2018

CARVALHO, Deborah de; SOUZA, Bruno de. *Novos tempos, novas engrenagens: As transformações no campo e suas dinâmicas urbanas*. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

CARVALHO, Raquel Alves de. A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação. 2011. 153f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, 2011. Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/16092011_144256_raquelcarvalho_tese.pdf. Acesso em: 14.fev.2019

CICLO VIVO – Por um mundo melhor. Escolinha de Agroecologia ensina manejo sustentável a pequenos produtores. Disponível em: <http://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/escola-de-agroecologia-ensina-manejo-sustentavel-a-pequenos-produtores-do-rj/>. Acesso em: 02.fev.2018

COELHO, Fabiano. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. *Diálogos*, v. 20 n. 2 (2016), 179-192. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:NByx5Utk-hQJ:periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/34575+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02.mai.2019

DAHMER, Tatiana Dahmer Pereira. **Gênero, Políticas Públicas e Cidadania: uma experiência urbana na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2000.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*. v. 9, nº 1, maio, 2007.

EMATER-Nova Iguaçu. Engenheira Agrônoma da EMATER Rio. *Projeto Piloto Ordenador – Projeto Caritas*. Escritório local de Nova Iguaçu/RJ, 2017.

EMATER RIO. Relatório de Atividades. Rio de Janeiro, 2017.

EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. Brasília-DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/16733/1/inst_10.pdf. Acesso em: 29.nov.2018

FÁVERO, O. (Org.). *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FÁVERO, O. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Documento de Entrevista ao Catraca Livre, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; osfs CALDART, Roseli Salete (Orgs.). *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

FERNANDES; Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, [s/l]: [s/n], [199-]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em: 13.fev.2019

FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não formal, os registros e a oralidade. *Série-Estudos* – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 38, p. 169-182, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/803/674>. Acesso em: 18.fev.2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 25^a ed. (1^a edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação: o sonho possível*. In: BRANDÃO, C. R. (org). *Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a educação popular**. *Revista Proposta Trimestral de Debate da FASE*. Jul/Set, 2007, Nº 113, 2007. Disponível em: <http://formacaocontinuada.net.br/wp-content/uploads/2015/06/paulo-freire-por-moacir-gadotti.pdf>. Acesso em: 14.jan.2019

_____. Pedagogia da Práxis. In ENCONTROS e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Coautoria de Luiz Antonio Ferraro Junior. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 237 - 244

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o Educador Social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. – Coleções questões da nossa época.

_____. **Educação não formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 6, n. 47, maio-ago., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 01.abr.2018

_____. **História dos Movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. 7ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Ação*. Faculdade de Educação da Unicamp. II Série, n. 1, 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf. Acesso em: 20.fev.2018.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Turim: Einaudi, 1975.

GROPPO, Luís A. O princípio sociocomunitário e a integração sistêmica na educação: algumas considerações. *Revista das Ciências da Educação*, Americana: Centro Unisal, ano 8, n. 14, p. 9-21, jan/abr, 2013.

GROPPO, Luís A.; COUTINHO, Suzana C.; A práxis da educação popular: considerações sobre sua história e seus desafios diante da consolidação do campo das práticas socioeducativas. **Revista Educação Popular**. Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 20-33, jul/dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/21101/13517>. Acesso em: 21.fev.2019

GUIGGI, Gomercindo. Paulo Freire e a revivificação da Educação Popular. *Revista Educação*. Porto Alegre, v.33, n. 2, p.111-118, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/7345/5301>. Acesso em: 04.mar.2018

GUIMARÃES, Roberli Ribeiro; MESQUITA, Helena Angélica de. Agroecologia x Agronegócio: crises e convivências. *Espaço em Revista*. Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, vol. 12, nº 2, p. 1-17, jul/dez. 2010.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Ed. Cortez, SP, 1982.

IBGE. Cidades, infográficos, Rio De Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330170&lang>. Acesso em: 01.abr.2018

_____. Incidência cartográfica de pobreza. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/03122002relatorio_onu.shtm. Acesso em: 01.abr.2018

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19.ed. SP: Cortez, 2010.

KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (organizadores). **Educação do Campo**: Identidade e políticas públicas. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4, 2002. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>. Acesso em: 03.mar.2018.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil**: Uma análise crítica da Hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. 2014. 435 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/Teses2014/trodrigolamosa.pdf>. Acesso em: 03.mar.2018

LAMOSA, Rodrigo; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v. 22, nº 83, p. 553-554, abr/jun. 2014.

LONGO, Regina. Os desafios da Agricultura Familiar. *Jornal da PUC Campinas*, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://jornal.puc-campinas.edu.br/os-desafios-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 31.mar.2018

MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à Educação do Campo: Conceituação e Problematização. In: XIII Congresso Nacional de Educação. 10f. 2017. Curitiba-PR. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf. Acesso em: 10.jan.2019

MACIEL, Káren de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. *Revista Educação em Perspectiva*, Viçosa, v.2, n.2, p. 326-344/ jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>. Acesso em: 18.dez.2017

MARIALVA, Maria Elcineide de Albuquerque. Educação Popular: Trajetórias e tarefas no Brasil. In: 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Unioeste, Cascavel: PR, 2009. Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario4/trabcompletos_estado_lutas_sociais_e_politicas_publicas/Trabcompleto_educacao_popular.pdf. Acesso em: 28.nov.2018

MARTINS, Eduardo Simões. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. In: *Kínesis*, Vol. II, nº 04, p. 40-52, Dez., 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaformacao.pdf>. Acesso em 19.fev.2019

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica C. e JESUS, Sônia Meire S. A. (orgs.) Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 5).

MORICONI, Luciana Valdambri. Pertencimento e Identidade. Trabalho de conclusão de curso (graduação), Campinas, SP: 52f., 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000944186>. Acesso em: 10.jan.2019

MOURA, Maria Marcia; FILHO, José Adilson. *Um diálogo sobre a identidade: Aproximações e distanciamentos entre Stuart Hall e Zygmunt Bauman. Periódicos UFC – Universidade Federal do Ceará*, 2014. Disponível em <http://periodicos.ufc.br/amerindia/issue/download/536/85>. Acesso em: 19.jan.2019

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST – Lutas e Conquistas**, 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20-%20MST,%202010.pdf>. Acesso em: 31.mar.2018

NETO, José Paulo. *O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.). Estado e Políticas Sociais: Brasil – Paraná. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Conde de; VIEIRA, Sâmia Barros; SOUSA, Hevelanya Albano de; NOGUEIRA, Maria Sônia Lima; BRITO, Célia Maria Machado de; FERNANDES, Isabelle Rocha. Diálogos entre Serviço Social e Educação Popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 114, p. 381-397, abr./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282013000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10.jan.2019

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

ROSA, Maria da Conceição. Um espaço de formação na Baixada Fluminense – a Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. In: Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: Caderno de experiências agroecológicas. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://aarj.files.wordpress.com/2014/03/caminhos_agroecolc3b3gicos_rj.pdf. Acesso em: 10.fev.2019

SANTOS, Clarice A. S. et al. (orgs.) Educação do Campo: campo, políticas públicas e educação. Brasília, DF: INCRA/MDA, 2008. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 7).

SANTOS, Sachia Cristina; SOUZA, Melina Meiado; TAVARES, Patricia Dias. Entre o asfalto e a mata: agroecologia, luta e resistência no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Cadernos de Agroecologia – Anais do II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. UFRJ: Seropédica/RJ, vol. 12, n. 1, jul. 2017. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22362>. Acesso em: 10.jan.2019

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. A Educação do Campo e o MST. Cadernos da Fael, UNIG, 2001. Disponível em: http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/vol2_num5/ARTIGO%20CADERNOS%205%20RAMOFLY%20BICALHO.pdf. Acesso em 20.dez.2017

_____. Educação do Campo, Movimentos Sociais e Ensino de História. In: XXVII Simposio Nacional de História, Natal: RN, jul., 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364320669_ARQUIVO_EDUCACAODOCAMPO,MOVIMENTOSSOCIAISEENSINODEHISTORIA.pdf. Acesso em: 20.nov.2018

_____. (Org) **Possíveis interfaces entre Educação do Campo, Educação Popular e Questões Agrárias**. 1 ed. Curitiba, Editora Appris, 2017.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. 1 ed. São Paulo, Peirópolis, 2009.

SAWAYA, B. B. Transformação Social: Um objeto pertinente à Psicologia Social? *Revista Psicologia e Sociedade*, 26, nº 2, p. 4-17, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a02v26nspe2.pdf>. Acesso em 10.jan.2018

SIMSON; Olga Rodrigues de Moraes von. PARK; Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Visões Singulares, Conversas Plurais**. São Paulo: Itaú Cultural – Rumos Educação, Cultura e Arte, 3, 112 p., 2007. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2012/02/000459.pdf>. Acesso em: 21.mar.2018

_____. *Educação não formal. Cenários da Criação*. Campinas, São Paulo, Instituto Itaú Cultural, 2007, p. 13-44.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Luana Souza. Desenvolvimento e pobreza: Uma análise crítica. In: *Temporalis*. Distrito Federal, 2012. Disponível em: periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/2918/3280. Acesso em: 23.dez.2017.

SILVA, Maura. “Partido do Agronegócio” invade as escolas brasileiras. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Publicado em: 14/11/2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/11/14/partido-do-agronegocio-invade-escolas-brasileiras.html>. Acesso em: 03.abr.2018

SILVA, Natasha Gomes; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro e a Luta pela Terra. In: IV Reunião Anual de Iniciação Científica da UFRJ, 2016. Disponível em: <http://eventos.ufrj.br/raic/files/2016/06/2559-9594-1-SM.pdf>. Acesso em: 29.dez.2018

SILVA, Renatho Andriolla da. **O conceito de práxis em Marx**, 2017. 104p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24571/1/RenathoAndriollaDaSilva_DISERT.pdf. Acesso em: 10.fev.2019

SILVA, Hartênia Oliveira da; FARIA, Janaina de Mattos. Dom Adriano e a Comissão Pastoral da Terra na Baixada Fluminense. In: SANTOS, Ramofly (Org.). Possíveis interfaces entre Educação do Campo, Educação Popular e Questões Agrárias. 1 ed. Curitiba, Editora Appris, 2017.

SOARES, Suziane Hermes de Mendonça. *Os laços da Educação Popular e da Agroecologia na Práxis da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu/RJ*. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SOUSA, Sidneia Santos de. Educação do Campo e Educação Popular: Caminhos para a Formação Humana. In: XIII Congresso Nacional de Educação. 10f. 2017. Curitiba-PR. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf. Acesso em: 19.jan.2019

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e Educação do Campo: Desafios da Institucionalização no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas. V. 38, nº 140, p. 631-648, jul-set. 2017.

SNA, Sociedade Nacional de Agricultura. Escola de Agroecologia é sucesso entre pequenos produtores da Baixada Fluminense, em: 04/04/2016. Disponível em: <http://www.sna.agr.br/escola-de-agroecologia-e-sucesso-entre-pequenos-produtores-da-baixada-fluminense/>. Acesso em: 23.mar.2018.

STRAUCH, Guilherme; MENDONÇA, Márcio Mattos de; ROSA, Maria da Conceição. Feiras da Roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. *Agriculturas – AS-PTA*, v. 9, n. 2, setembro de 2012. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/artigo-5.pdf>. Acesso em: 01.mar.2018

STROZAKE, Janaina. A batalha entre dois modelos agrícolas: Agronegócio vs. Agroecologia. In: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 15/06/2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/25/a-batalha-de-dois-modelos-agricolas.html>. Acesso em: 31.mar.2018

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria A. *Educação formal e não formal*. São Paulo, Editora Summus, 2008, p. 15-58.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Revista Cedes – Dossiê: Educação do Campo*. São Paulo, SP: Cortez. v. 27. n. 72. mai/ago. 2007.

VENDRAMINI, Célia Regina; RUMMERT, Sonia Maria. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na atualidade: luta, organização e educação. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 26, n. 1, 275-280, 2008.

ZIZEK, S. (2011). Em defesa das causas perdidas. São Paulo: Boitempo.

ANEXOS

Anexo A: Modelo do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

Prezado (a) Senhor (a), Meu nome é Gabriela dos Santos Silva e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema REFLEXÕES ACERCA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ESCOLINHA DE AGROECOLOGIA DE NOVA IGUAÇU/RJ. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEDUC/UFRRJ, sob orientação do Prof. Dr. Ramofly Bicalho dos Santos. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora autora do Trabalho Final de Curso (TFC) e para seu orientador;
- Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
- Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados da pesquisa, bastando assinalar ao lado essa opção: () SIM, desejo receber cópia do relatório final.

• Em casos específicos de pesquisas em que se requer o uso de vídeos e fotos dos informantes (grupo focal, pesquisa ação, etc), o informante deverá assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que meus dados pessoais não sejam fornecidos:

() SIM, concordo com a cessão de minhas imagens por livre e espontânea vontade.

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida. Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): _____

Tels: () _____

Email: _____

Assinatura: _____

Anexo B: Roteiro das entrevistas para alunos e ex-alunos

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Cidade: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

1. De que forma você conheceu as ações da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu?
2. O que te motivou a ingressar na Escolinha?
3. Você possui relação com a agricultura? Se sim, considerada rural ou urbana?
4. Você possui alguma relação com os Movimentos Sociais?
5. Qual é a sua relação com o local que você mora? Há sentimento de pertencimento e de identidade com este local?
6. Antes do seu ingresso na Escolinha, você já conhecia as técnicas da agroecologia? Você considera que estas técnicas são amplamente divulgadas?
7. O processo de aprendizagem na Escolinha leva em consideração as experiências pessoais dos alunos?
8. De que forma você compreende que as técnicas aprendidas na Escolinha te auxiliaram? Você aplica estas técnicas em seu cotidiano?
9. Você considera que a quantidade de aulas propostas e as visitas técnicas foram suficientes para a sua aprendizagem?
10. Você sente que os seus direitos são respeitados na sociedade?
11. Quais transformações/mudanças a sua experiência na Escolinha resultou?

Anexo C: Transcrição das Entrevistas

Entrevistado(a) 1: Agricultor

A Escolinha de Nova Iguaçu surgiu para beneficiar os agricultores e a Feira de Nova Iguaçu (a Feira da Roça) ela tem muita relação com a Emater. Ou seja, todo o pessoal, os profissionais da Emater, eles vêm e nos dão o apoio. Então, devido a este conhecimento técnico da agroecologia houve-se uma necessidade de se criar essa Escolinha, se não me engano, ela foi criada até pela Mariela. Teve a participação também do Sr. Fernando, que já faleceu e por aí foi. E eu gostei das ideias, das técnicas que eles ensinavam ali na igreja Santo Antônio e ali eu gostei muito e, fiz o curso e foi de muita utilidade não só pra mim, mas pra toda a Feira, né? A gente aprende a técnica de como lidar como a agricultura, né? Usando a agroecologia, usando os produtos, os adubos, tudo feito pela própria pessoa, pelo próprio agricultor.

A gente planta, a gente colhe porque até pra participar da Feira, a pessoa tem que ter sítio, algo plantado na sua terra para comprovar que você é um agricultor, né isso?

Não.

Tenho amigos, família, eu me sinto – vamos dizer - na minha casa. Não é tanto que quando eu tô no outro bairro, em outro lugar, sem ser a minha roça lá em Tinguá, parece que eu não tô em casa.

Não conhecia as técnicas antes de entrar na Agroecologia. Eu acho que precisa de mais divulgação, pra Escolinha, entendeu? Até mesmo pelos próprios agricultores, as pessoas que fazem o curso lá, não divulga. É uma coisa que é boa, né? Aprende muito! Eu acho que precisa ter mais divulgação.

Leva em consideração sim, as experiências dos agricultores com os profissionais do campo, né? No caso, os técnicos, entendeu? E ali vem os conhecimentos das práticas dos agricultores e tanto aprende os profissionais com as suas técnicas, os seus conhecimentos, como a técnica já aprendida que o agricultor tem: como plantar, entendeu? E aí, junta os dois e é de uma grande valia.

Eu aplico sim, como fazer o adubo, né? Pra colocar... Sim, claro eu uso, né? Como eu já falei sobre o adubo que a gente aprendeu a mexer, fazer o adubo orgânico e como fazer a pole das plantas, por exemplo, quando tá dando fungo numa planta você aprende aquela técnica, aplicar até mesmo alguma coisa da urina da vaca, né? Aqueles negócios que ensina, aquelas técnicas todas, sem prejudicar – vamos dizer – o fruto da planta e sem prejudicar a planta, ou seja, técnicas que você aprende pra trabalhar com a agroecologia sem usar o veneno como muitos usam.

Na Feira da Roça, a gente faz visitação em sítio, entendeu? Por exemplo, a gente vai no sítio e a pessoa do sítio que tá sendo visitado, o agricultor responde essas perguntas, entendeu? O que que ele colocou para a planta se desenvolver rápido, o que que ele fez para que a formiga saúva não viesse cortar, entendeu? Como é que foi o cultivo? E aí, vamos trocando experiências dele com o que a gente aprendeu na Escolinha. E as vezes, a maioria já fez curso na Escolinha, entendeu?

Sim, porque é um ano, né? Aprendendo ali e é tanto a prática como a teoria, né isso? Visitemos a Fazendinha, não sei se você conhece... e um agricultor lá em Seropédica, nome Seu João da Pimenta.

Não, poucos. Devido, eu acho que muitas pessoas não liga pra isso e ninguém sabe quais os seus direitos que tem. Como cidadão a gente tem muitos direitos e o brasileiro é aquilo, são poucos que lutam pelos seus direitos.

Ah, me achou a atenção, por exemplo: preservar mais – vamos dizer assim – até mais o meio ambiente, entendeu? Como não queimar a roçada, deixar que ela, aqueles matos para fazer o próprio adubo pra adubar a terra e outras coisas mais, de grande valia na minha vida na agricultura.

A gente trabalha na Feira da Roça desde 2003. A Feira começou ali no Mercado Popular, onde que agora é perto do Garotinho (do Restaurante do Garotinho), onde tá fechado. Hoje lá é uma Concessionária de carros da Renault e devido ter fechado lá, lutamos muito para conseguir este espaço aqui e no tempo, quem lutou conosco foi a Igreja Católica, CPTA – Ah, não, a Comissão Pastoral. O arcebispo Dom Luciano, o próprio Seu Fernando, entendeu? E houve algumas movimentações, por exemplo, a gente pedindo assinatura da população, entendeu? Nós conseguimos naquele tempo 10 mil assinaturas, entendeu? E com isso, o prefeito, as pessoas que estavam na liderança daquele tempo, os políticos, eles deram um “crédito” para a gente porque eles viram que a própria população iguaçuana apoiava a Feira no centro de Nova Iguaçu, né? É uma coisa que é ligada: campo e cidade. E pra nós, a Feira e a Escolinha foi de muita... - como eu já falei pra você – de muita valia pra nós, de muito aprendizado porque aprendemos a plantar no campo e ali trazer as coisas boas pra cidade, para vender no centro de Nova Iguaçu. Há um estatuto que preza que não pode trazer nada do Seasa, nem de outro lugar, só da própria agricultura de você ou então da própria localidade onde você mora.

Entrevistado(a) 2: Agricultora rural

Eu trabalhava completamente diferente. Eu nasci lá na... eu sou Índia... nasci lá na Amazonas. Lá a gente vivia da terra, da roça, depois casei e fui morar na cidade. Ele era professor de tecnologia de consertar televisão. Aí eu fiquei nesse ramo, fazia peça de televisão. Eu fazia peça! E ele era professor, ele dava aula também lá aonde nós morava com estagiário para poder ir trabalhar na zona franca nesse período, enquanto eu tava casada lá e isso aí, o que... eu tinha 17 anos de idade, lá no Amazonas, de lá eu vim pra cá, aí nós mudemos de ramo. De

repente não deu mais certo mais esse ramo de televisão, aí eu fui trabalhar fora, trabalhei em Angra, trabalhei lá no Leme mas eu vi que não era a minha área. A minha área é roça, eu gosto de roça. Eu plantava quadras de feijão, quadras de aipim e estragava tudo que eu não sabia onde colocar porque não tinha conhecimento. Um dia eu tô passando do meu trabalho, aí eu vi aquela reunião lá na Associação de Vila de Cava. Aí eu falei “-moça, o que que tá acontecendo aí?”, aí ela falou “- é reunião aqui dos agricultores”, eu: “-posso participar?” – era até a Terezinha, que era a coordenadora da Associação. Aí ela falou: “-pode, tu tem sítio?” aí eu falei “Eu tenho sítio. Eu planto aipim, eu planto banana, eu planto um monte de coisa só que eu não tenho para onde escoar porque eu não tenho conhecimento”. Naquele dia eu me associei na associação de Vila de Cava. Aí ela falou: “Então, vamos”. Comecei a conhecer o pessoal da prefeitura, os agrônomos... estudei muito. Tenho muitos, muitos, muitos muitos diplomas. De todos. Os certificados do Sebrae e muitos, muitos, muitos. Aí surgiu essa Agrônoma, aí ela falou “Tu quer participar da Escolinha? A Escolinha que vai ser a primeira escola aqui na baixada” Aí eu falei “eu quero, quero aprender porque onde nós moramos no Amazonas ninguém trabalha com veneno, se eu trabalhar com veneno eu vou me matar, porque eu nunca vi meu pai trabalhando com veneno”. Lá você capinou, roçou. E lá naquele tempo queimava muito, agora já não tá queimando mais. Limpar, plantar, dá cobra, dá milho, dá tudo, sem botar nada nada... só mesmo da natureza, sem colocar veneno nenhum. Aí eu falei: “Paula, eu quero participar que eu quero aprender”. Aí ela falou: “Então vamos”. Aí colocou meu nome e eu me inscrevi. Só que ela falou que a Escolinha vai ser lá em Marapicu. Aí eu falei “Meu Deus, eu nem conheço!” ela falou “você vai lá, pega o ônibus e tal, tal... começa 9 horas, é o dia todo, vai ter almoço, é o Seu Luís que tava organizando”. Já estava começando pra essa Escolinha. Era a Paulinha e o Seu Luís nesse tempo. Eram os principais da escolinha. Começaram com eles dois e mais outros professores que iam, aí eu falei “eu vou”. Aí desde lá eu comecei, aí fiz esse curso que era um curso de dois anos, aí eu falei “Meu Deus, não termina mais nunca esse curso?”, naquele tempo era dois anos. Estudamos lá numa escola, nós ia pra reunião até no Brizolão que tinha lá, isso aí nós fomos na reunião que tinha lá, que chamava e a gente ia. Aí eu sei que de lá, terminou. Eu terminei esses dois anos, aí também mudou de governo, a Ana Paula saiu. Ela saiu, acho que foi 4 anos, que é 4 anos que fica, né? Não sei... Aí ela saiu, entrou outro governo, aí já foi o tempo que entrou a Mariela. Aí já pedi pra Mariela visitar meu sítio e ver como é que eu poderia plantar porque lá é morro. Aí ela foi, foi lá. Sendo que eles nunca me negaram, o pessoal da Emater? Nunca me negaram ir à minha casa. Aí ela foi e visitou o sítio, aí ela falou “M.⁶, pra tu não gastar muito dinheiro porque essa terra aqui é muito seca, você faz os buracos e planta as frutas frutíferas, se você for botar calcário nessa terra todinha, tu vai gastar muito dinheiro” - Tudo bem... ajunta as folhas, faz cobertura, vai juntando, deixa apodrecer. Aí, eu sei que eu falei “Tá, tudo bem”. Aí ela me ensinou e pronto. Aí comecei a vir pra reunião, pra mim vender aqui e botar esses bolos, esses doces, como atender um freguês, como conversar com o freguês, tudo eu fiz curso. Tudo eu fiz. Pelo Sebrae aqui de Nova Iguaçu, eu tenho o diploma lá. Tudo eu tenho. Pra mim botar as coisas de comida, eu tive toda uma preparação. Que eu já falei pra ele, tem

⁶ Abreviação fictícia para manter o nome do entrevistado em sigilo.

que ir lá na prefeitura e exigir isso do pessoal que está vendendo aqui as coisas, que eu não sei se tem preparação. E isso tem que ter, porque eu tive. Pra mim vender meu tacacá, que eu vendo outras comidas também... pelo Sebrae. Como arrumar as bolsas, como não ficar um monte de coisa jogada por aqui, tudo isso eu fiz. Tá entendendo? Pra não ficar aquela imundice, aquela sujeita tudo... eu fiz curso também. Aí pronto, aí eu comecei. Agora eu já me inscrevi na Ecoecologia – Movimento de Mulheres Sociais que viajam para o lugar todo. Tem palestra, tem a reunião. Dou palestra na Fiocruz, os professores tudo lá me chamam, conheço os professores, são muito dez. Que a gente trabalhava lá, a gente faz uma feira de 15 em 15 dias na Fiocruz, pela MPA. Aí entrei pra MPA, que é outra organização, mas que também faz parte da agricultura também. Dos pequenos agricultores também. É dos camponeses. Aí quer dizer: tudo isso eu já viajei pra Brasília, já viajei pra São Paulo, Rio Grande do Sul pra me preparar pra Escolinha, pra dar aula. Tudo isso eu fiz, entendeu? Tem que dar palestra pra como plantar aquela planta, como não colocar veneno, tudo isso, entendeu? Eu vendo mudinhas, mudas frutíferas, mudas que é lá da minha terra que eu já tenho no meu sítio, entendeu? Quero, eu ajudo... eu sou muito parceira, quando tem mutirão em sítio, eu vou nos sítios, ajudo a plantar. Faço parte também das visitas nos sítios, a gente vai... eu, meu marido e outros agricultores também que a gente chama, eles vão junto. Tem veneno no meu sítio? Não tem. Pode ir lá visitar que não tem veneno. Eu agora vou fazer aquele que colhe todas as cascas, as frutas... eu vou fazer de novo, que é aquele... ai esqueço o nome, só se eu ver no caderno. É de bio... que eu não lembro. Que escorre aquela aguinha pra depois pulverizar as plantas. Eu esqueço, tô falando, que eu esqueço. É muita informação. Mas é bom, eu aprendi muito. Aí sabe o que que falavam pra mim quando me viam plantando lá no meu sítio? “Oh, dona ...a senhora está perdendo seu tempo! Esse sítio aí não dá nada!” Falavam pra mim. Hoje em dia, tudo eu tenho lá no meu sítio. De todos os assentamentos lá de perto da minha casa só tem Maricá e o meu sítio. Eu nunca peguei empréstimo de dinheiro em banco pra fazer investimento, entendeu? As coisas que eu tenho é com o nosso próprio trabalho: eu, meus filhos, minhas noras que ajudam. Toda a minha família é da agricultura familiar mesmo, nós. Um ajudando um outro. E aqueles que não querem estar na agricultura, vão trabalhar fora mas eu amo trabalhar na roça.

Eu faço parte desde a primeira turma. Eu fiz curso também pela prefeitura também. Eu tenho lá, quer ver vou procurar que eu tenho uma pasta, quando tu vim... eu vou mostrar. Com a folha da banana, com a folha de pindoba, com a filho de... tudo isso aí eu fiz, pela Prefeitura. Tudo isso eu tenho lá guardado. Tudinho. Tu já pensou tu chegar na Fiocruz e dizerem “a senhora vai dar uma palestra pra 60 alunos numa sala”? Eu e outra minha amiga. Caramba, aí eu falei” Meu Deus!”. Depois, eles queriam saber. Porque tem aluno que tá estudando agronomia pra se formar e não sabe como que planta uma banana, não sabe como planta isso... Meu Deus! Aí eles querem perguntar tudo. Aí eu falei “Oh, a melhor prática pra vocês quiserem mesmo, vamos lá pro meu sítio, que eu vou ensinar vocês a pegar a sua enxadinha. O professor “É isso mesmo dona ... é isso mesmo”. Aí de vez em quando eles fazem uma reunião na Fiocruz, que é festa e tudinho, “a senhora tá convocada a explicar tudinho”. Aí eu falo: “Ah, o pessoal vai me matar” porque é só eu. “Não dona Eliana, a senhora é índia, tem

que participar daqui, a senhora tem que ensinar esses alunos” e é assim, onde eu vou é assim. Eu tenho gente, hoje mesmo veio uma senhora, ela levou muda daqui pra Brasília. Tem outra professora que vem aqui comigo pegar... que eu também tenho semente guardada das minhas coisas que eu planto que eu tenho e eu já vou guardando. Eu trabalho com mucuna, frutanaí, tudo isso aí é fertilizante de terra, tá? E feijão do porto, feijão vermelho, tudo isso eu tenho já tem muitos anos. Eu ganhei uma semente na primeira reunião que eu fui com a Paulinha ali no Cenfor. Uma semente que eles me deram, vermelha. Falaram: “Oh você vai guardar esse semente, vai ser a guardiã desta semente pra nunca acabar” e eu tenho até hoje, já levei até pro Amazonas. Dou também a semente pras pessoas, é uma favona assim grandona que eu tenho lá. E tem a mucuna também que é fertilizante de terra que faz eliminar as formigas. As formigas ficam andando assim pelo sítio, aí não corta mais as frutas porque se ela comer a folha da mucuna, a terra fica fertilizada. Aí dá as frutas bonitas, dá batata bonita, tem até joaninha lá no meu sítio. Muita joaninha, de toda a qualidade tem. Se ver, você fica assim... Meu Deus, como pode ter essas coisas assim? E ainda tem outro também: que é vitamina pras galinhas comer. Galinha caipira que come, que eu não lembro o nome mais não, que eu fui lá em Magé e o professor me deu o nome, e ele falou “quando eu vi aquilo bonito assim plantado”. Eu falei “professor, eu vou mandar roçar tudo aí assim no meu sítio, ele falou: você tá é com uma riqueza dentro do seu sítio! Não manda roçar não”. Aí eu perguntei “pra que serve?”, aí ele falou: “Isso daí é vitamina de galinha”. No meu sítio tem muito, muito, muito. Meu sítio não é grande, é pequeno. Cada uma coisa é uma coisa. Agora tô fazendo plantação de maracujá mas eu tenho aipim, de tudo eu tenho um pouco. Tudo eu tenho um pouco. Pé de jaca tem mais de cem. Tem muita muda de pé de jaca no meu sítio. Então, quer dizer: que tudo tem, de tudo tem um pouquinho.

Eu gosto. Eu me sinto muito bem, porque o povo carioca... eu gosto muito do povo carioca. Foi um povo muito acolhedor comigo ali, eu aprendi com eles. E eles aprenderam coisas comigo também. Meu esposo, meus vizinhos, o pessoal da agricultura. Entendeu? É um coletivo muito legal, eu acho. Muito legal, todos eles. Tô há 35 anos aqui no Rio. Eu sinto como se esse povo aqui, todo esse pessoal, fosse a minha família. Eu gosto muito bem, respeito todos eles e eles também me respeitam também. É muito bom o coletivo da gente, sabia? Eu faço parte da Feira da Roça desde o começo, aqui não era nem Feira da Roça. Era Feira do Produtor, mas não sei o nome mais não. Aí depois que a gente passou, registrou tudinho e botou “Feira da Roça”. Aí seu Luís registrou e botou “Feira da Roça”. Lá, a gente ia lá, tinha mais de 60 barracas, muitas, um espaço muito grande, mas só que não tinha movimento. Era fechado, era escondido. Aí um agricultor comprava do outro, as vezes só fazia dinheiro pra pagar a minha passagem de ônibus, mas não desisti. Não desisti. Vinha com uma bolsa, ficava ali na rodoviária com a bolsa de tapioca, fruta que eu trazia tudinho, de pouquinho um comprava de mim, eu comprava do outro e assim a gente foi vivendo até a gente conseguir conquistar vir aqui pra cá. Aqui estamos fixos porque aqui a gente ganhou. Os da antiga mesmo de lá, uns já morreram, só tem eu que é da antiga, aquele rapaz ali e o meu marido. O resto tudo aqui é novato. E os mais antigos de Marapicu também já ficaram muito velhinhos e não estão vindo mais, os agricultores de lá. Não estão conseguindo

trabalhar e não vieram mais. Mas era muito bom, aqui tinha uma fila aqui e uma fila no meio ali. Era tudo que era fruta: era laranja, era tudo, tudo, tudo tudo. Aqui [na Feira da Roça] funciona das 8h as 16h da tarde. O direito é as 17h mas a gente para as 16h porque a gente acorda muito cedo. É muita ralação. Meu filho vem com as coisas de lá 3 horas da madrugada. Vem pra cá pra montar essas barracas, o rapaz que monta. A gente acorda lá em casa 2h30min pra 3 horas. Então, fica muito puxado. É muito cansativo, mas é bom. Eu gosto. Me acostumei. Eu já me acostumei. Eu falei que mês que vem eu vou ficar lá em casa que eu tenho que plantar um monte de muda, eu tenho que fazer minhas mudas, que tão tudo no canteiro. Mas muita muda, de muita planta. Com as minhas próprias mudas mesmo. Com a minha terra orgânica mesmo. Vem gente de Campo Grande, vem gente de Brasília, de todo lugar vem pra comprar comigo. E é porque as vezes eu vendo casca de jatobá que eu já tenho no meu sítio. Tudo é do meu sítio que eu trago. Essência de jatobá, aí quer dizer: mas é só pra mim mesmo. Tem a irmãzinha ali que ela faz, ela vende os remédios, mais coisas. Eu mesma, fazer essas coisas de garrafada essas coisas, eu sei fazer mas não faço. Porque eu não quero ganhar só eu, porque nós somos coletivos. Concorda comigo? Então... nosso trabalho é esse.

Sim. E temos parcerias com os Movimentos. Com a CPT, tem um parceiro que vende mel. Outro movimento, com a Univerde, que também é parceira da gente. E também da Ecoecologia. Mas da Ecoecologia é mais pra fazer a Feira longe, eu faço Feira lá em Belo Horizonte. Trabalhar em Belo Horizonte. Troca de semente eu faço. Eu levo semente, troco com meus colegas. Abobrinha eu trouxe, já vendi aqui na feira, abóbora que ninguém tem aqui, só encontra em sacolão ou no mercado, aquelas abóboras moranga. Eu trouxe a semente que plantei e já vendi aqui todinha. Assim que eu trouxe, acabou. Agora tem uma desse tamaninho, muito gostosa a abobrinha. Desse tamanho redondinha, eu perguntei “essa abóbora não cresce mais não?” Aí tirei uma boazinha, docinha. Agora meu colega já me deu a semente de outra abóbora que eu vou plantar. A gente trabalha também aos finais de ano lá na Feira da Reforma Agrária. Vai eu, vai meu filho, vai minha filha lá pra trabalhar lá três dias, no centro do Rio, na rua da Carioca. Mas eu gosto muito da agricultura, não largo dela, se me tirar da terra eu acho que eu vou morrer. Eu gosto muito.

É muito bom. Desde a primeira vez que eu fui lá, eu aprendi muita coisa. Desde a primeira vez que eu fui lá com a professora Ana Paula, aprendi. A gente aprende. Tanto a gente aprende com eles como eles aprendem com a gente. Porque oh... a maioria dos agrônomos não conhecem, o caldo do aipim é um remédio ótimo pra matar as bactérias dos fungos das plantas e nem os agrônomos sabem entendeu?. E eu sei. Nas minhas plantas lá não tem bactérias de fungo, nem nada. E quando eu fiz esse curso, aqui já na Escolinha, o professor me deu a essência da lagarta no vidrinho, eu tenho até hoje. Boto um pouquinho na água, espirra na lagarta. Porque a própria largata que a gente bate no liquidificador e a gente guarda aquela essência. Assim, ela não fica mais no maracujá. Eu tinha cada maracujá grandão no meu sítio. Eu aprendi isso na Escolinha. Eu guardo o aprendizado e não esqueço muita coisa.

Eu participei eu acho que já faz uns cinco anos, que eu me envolvi mesmo era mais fazendo os cursos. Aonde tinha o curso, o Sebrae chamava eu ia. Prefeitura, eu ia. Aqui na Secretaria (que era lá em cima), diziam “oh tem um curso aí, não quer participar?” “-bora meu nome que eu vou”. Tudo é roça, tudo é agricultura. Não tem um cara, que eu não sei como é o nome dele, que é careca? Ele agora trabalha no Senado. No tempo da Ana Paula, ele era o nosso Secretário de Agricultura. Nós fazíamos um monte de reunião lá com ele. Ele deu muito apoio a gente, acho que é o único que não roubou, essas coisas tudo, foi ele. Porque eu vejo ele lá, ninguém tirou ele de lá. Só na reunião que eu vejo ele aparecer, sempre falo pro meu marido “aquele lá, eu lembro como hoje, eu fiz um bolo de beterraba e levei. Aí ele “caraca, quem foi que fez esse bolo”, aí eu falei “foi uma índia feia que fez” ((risos)). Aí ele falou: “Ah, foi a senhora dona E.?” “Fui eu que fiz” “Tá gostoso? “ tá uma delícia”... “Continua, não para”. A gente participava das visitas dentro da Petrobras, nos campos aqui onde trabalhava, pra entrar lá tem que botar crachá, um monte de coisas. Eles passam um monte de negócio na gente pra entrar, pra ver a plantação lá dentro. É muito legal. Eu gostava ((risos)).

E cada vez que tiver, eu vou mais. Oh, eu faço farinha, eu faço pé de moleque, eu ralo mandioca, eu faço tudo isso lá no sítio. Pé de moleque da mandioca. Lavei agora quase 30kg pra fazer lá pra semana que vem. Aí quer dizer: tudo isso eu faço. Aí o pessoal fala assim “Poxa, não tá vendendo mais lá na feira dos paraíba? Mas aqui eu tô vendendo, não parei. Por enquanto não parei” Eu parei uns tempos porque eu fazia bem pouquinho por causa do meu braço, que é doente mas agora eu tô começando de novo, a todo vapor. E ele agora tá melhorando graças a Deus. Ensinava ele a fazer bolo, fazer tudo.

E tu nem sabe. Até hoje, teve uma reunião lá em Tinguá. Reunião para falar sobre agricultura, pra falar sobre benefício, pra falar um monte de coisa. Quando eu entrei na sala, só eu de agricultora mulher. O resto tudo homem, “palitozado”, tudo não me toque. Aí começaram a falar e eu só escutando, né? No meu canto. Escutando, escutando, escutando. Aí vem um e fala: “Ah! Mas esses agricultores não querem nada porque são muito burros, aqui a gente não precisa, aqui a gente não precisa”. Eu fiquei escutando. Aí eu fiquei olhando pra ele, aí ele falou, falou, falou. Falou que a agricultura era muito fraca, que não tinha ganhado a causa daquilo que foi tirado a agricultura da baixada. Falaram que aqui era uma área urbana. Aí eu falei “Escuta, pois eu tô aqui, no Rio de Janeiro. Eu sou uma humilde agricultora, como o senhor falou que os agricultores são burros, não sabe plantar, não sabe fazer nada e eu sou uma dessas. Sou burra. Mas lá no meu sítio, eu não compro mais nada. Eu já tenho plantado as coisas lá no meu sítio. Se vocês quiserem ir lá ver, vocês vão ver agora. Mas não pode, só porque vocês tão tudo no paletó – aí eu falei: “Meu Deus, enfrentei um monte de homem lá dentro, tempo de me darem uma lincha lá dentro e me mandarem me matar... [risos]”. Eu falei: “Os agricultores é porque ninguém da apoio a eles. Mas eu vou correr atrás dos meus direitos, porque eu tenho direito. Sou associada e agora vocês fazem uma reunião aí e num chama os agricultores. Cadê vocês chamaram os agricultores? Vocês fizeram convite pros agricultores estarem aqui? Mas ‘eles’ estavam. Pois é, aí eu falei: Vocês fizeram uma reunião com os agricultores virem aqui? Mandaram convite? Eu vim porque eu soube por boca de

fulano e fulano, senão não estaria aqui. Mas eu não sou burra não, porque se não for a gente, os humildes agricultores plantar, vocês não tavam comendo as coisas boas, saudável. Aí quando eu cheguei, [falei pro meu esposo] “Enfrentei um monte de homem lá”, ele falou “Tu é doida mulher?”... Agora quando eu chego na prefeitura, eles falam “lá vem a índia braba”. Mas eu quero que eles respeitem os nossos direitos, a gente respeita os deles, poxa. Não é não? A gente respeita os direitos dele, porque eles usam paletó e a gente é que não sabe fazer nada? Ah, eu fiquei pra morrer de coisa. Eu sei que óh, eu trabalhei muito já. Fui uma das fundadoras da Festa do Aipim (que acabou porque passou pra mão do Governo e acabou. Se fosse na mão nossa, ainda tava lá!). Começamos lá com 20 barracas, eu fazia muito bolinho de aipim, vaca atolada do aipim, tudo quanto era derivado do aipim eu trabalhava lá, tudo, tacacá, tudo. A primeira vez, não deu quase ninguém, deu pouca gente. Mas a segunda vez, bombou. Aí pronto. Muita gente, muita gente, muita gente. Foi ganhando, foi ganhando [espaço], mas aí não tinha mais espaço pra ficar. Aí quer dizer que, depois que acabou com a Prefeitura, mas eu tenho o papel lá do porque que acabou.

Coisas boas que eu tive: eu viajava, eu fui pra São Paulo, Brasília, Belo Horizonte. Tudo isso, pela agricultura. Foi só pra aprender. E troca de semente. Troca de palestra com as minhas amigas. Agora vai ter a Marcha das Margaridas, a gente vai também. Aí meu marido é muito dez, porque ele deixa eu ir com as meninas. A gente viaja junto. Então, isso aí eu gosto muito. Me dou muito com as pessoas, eles me conhecem. Sou uma pessoa que se dá com todas as pessoas, todas, todas. Todos os professores: de Magé, Seropédica, da Fiocruz. Entendeu? É isso aí... e quem ainda não fez, tem que fazer, porque vai se dar muito bem.

Entrevistado(a) 3: Agricultora rural

Eu conheci na Feira mesmo. Porque falaram que ia ter um curso na igreja, aí pegou e eu fui lá conhecer. Aí comecei a ir, quase que eu desisti. Mas depois eu achei tão interessante, sobre plantação, sobre as coisas da roça que aí eu fiquei no curso até o final. Gostei e fiquei até o final.

Sou agricultora. Sempre morei na roça, sempre plantei. Minha mãe mora ainda na roça. Agora que eu afastei um pouquinho mas eu tô sempre lá. Moro em Tinguá.

Sim, sempre morei [na roça]. A gente fala: Morei na Serra, que é onde a gente morou que é afastado do Centro de Tinguá (na serra mesmo), então, nunca tive vergonha. Nunca tive vergonha de falar que eu moro na serra. Não percebo preconceito das pessoas. As vezes algum fala que Tinguá é o fim do mundo. “Ah, buraco de Tinguá”. Mas graças a Deus lá é tranquilo, a gente sempre morou lá, nunca teve preconceito lá não.

Não. Eu tinha contato com eles, eles sempre estavam lá na agroindústria, que produz esses produtos aqui. Eles sempre estavam lá visitando, comprando nossos produtos. Assim que a gente tem relação. Não vai as reuniões, é uma conversa entre amigos pois sempre estão fazendo visitas.

Não. Acho que não é divulgado. Divulgado muito pouco. Eu sempre falo. Porque as vezes as pessoas pensam que um produto bonito, né? “Ali tá bonito, tá gostoso”. Mas não está, está contaminado. Então a gente tem que agora falar sempre, ficar sempre procurando o melhor pra saúde da gente, né? Porque saúde agora tá muito difícil. E a pessoa ainda tá comendo produto agrotóxico. Todo o produto [vendido na Feira da Roça] é natural. Que nem a bananinha chip, a banana é verde, então já não vai agrotóxico nela. Jaca, não vai veneno. Então, os produtos que a gente (da época), que a gente faz geléia, faz compota, nada vai agrotóxico. Tudo natural mesmo, não tem como falar “ah, a banana cresceu com agrotóxico”, “ah, a jaca (...)”, não, tudo é natural. A gente tem um pedacinho de terra e tudo que é produzido é natural. Faz parte da agricultura familiar, eu, meu esposo, mais alguns que trabalham juntos – são mais três que trabalham juntos. A gente tem uma pequena agroindústria em Tinguá que faz isso tudo.

Até fiz... assim, no final do curso, a gente tem que mostrar alguma coisa que você [aprendeu], tipo um adubo. É um trabalho. Aí eu fiz, adubação de casca de legumes. A gente fala é... (esqueci como se fala agora). Então, eu plantei pimentão e outras coisas que plantei. Então, ficou aquilo bonito, não ficou aquilo bem grandão mas foi tudo natural. Aí eu levei pra Escolinha e mostrei lá. Muitas coisas que a gente não fez, a gente acaba aprendendo, com adubação e muita coisa que a gente nunca fez, entendeu?

Eu uso. As coisas que eu lembro, aí eu... Por enquanto, não voltei na Escolinha ainda. Até passou um rapaz, um moço que fez o curso comigo, e disse que até agora a Escolinha está acabando, que não vai ter mais a Escolinha. A Mariela tá indo embora, e eu ia voltar. De quatro em quatro anos, né? Eu ia voltar pra aprender mais coisas. A gente sempre tem que aprender muito mais. Aí acabou que ele me falou que não vai ter a Escolinha.

Não. Eu achei que tinha que ter mais aulas pra gente pegar a prática. A gente só estudou, mas muita coisa não pegou a prática, entendeu? Aí ficou só na escrita mesmo.

Eu fiz visitas no sítio, a gente fez irrigação em gotamento, em vários sítios que a gente foi. Curva de nível (que eles falam)... a gente foi nos outros sítios. Cada coisa que tinha, a gente ia pro sítio de um amigo pra fazer essa experiência. Aí, a gente foi. A gente foi pra Seropédica também. Lá dentro da Rural mesmo. Eu gostei, achei diferente lá. Dão almoço, ficamos lá, ficamos o dia todo e depois fomos embora a tarde.

As aulas na Escolinha eram toda sexta-feira. Fácil acesso, eu acho. É um ônibus só. Único centro que a gente tem é aqui mesmo em Nova Iguaçu. Então saiu de Tinguá, é aqui mesmo. Então, aqui era melhor.

Os meus direitos? Ah, eu acho que não. Muita coisa tem que mudar. Ah, no sentido das pessoas mesmo. Tem pessoas que são meio complicadas até em lidar. Acho que tem um

preconceito aí ainda. Assim, que nem, sei lá. O pessoal que fala “mora na roça”, aí muita gente já acha aquilo horrível. Então eu ainda acho que ainda muita coisa tinha que mudar.

Sete anos na Feira da Roça. As pessoas respeitam o espaço, muitos amigos, muitas pessoas que as vezes até contam a vida deles pra gente, né? Desabafa um pouco, então eu acho que aqui respeita. E no local onde eu moro é meio complicado. Muita gente que tá indo pra lá agora, veio da cidade. Então assim, compraram casa ou pedaço de terra (aonde eu moro), então eu acho que tá meio complicado lidar com eles, entendeu? Eu me sinto pertencente ao lugar, nasci e fui criada lá, minha mãe ainda mora lá até hoje ainda, entendeu? Minha família tudo mora lá. Ninguém quis sair de lá, assim, foi o lugar deles que achou no começo da vida e tá continuando, entendeu? Então sempre moraram lá.

Só de ver os produtos, agrotóxicos, dos alimentos. Então eu fiquei mais assim, com a cabeça mais aberta pra isso. Aprendi mais na Escolinha, foi mais isso aí. As pessoas as vezes prefere coisas do hortifrúti do que da Feira da Roça. Não é por questão de preço, porque o preço da feira da roça é um preço que a pessoa dá pra comprar. Agora no Hortifruti o preço é muito mais e não tem tanto benefício pra saúde, eu acho isso...

Entrevistado(a) 4: Quintal produtivo

Eu conheci através de um amigo que tinha começado a se interessar por agricultura e tal, e ele tinha comentado comigo sobre a existência de uma escolinha que abordava esse tema aqui em Nova Iguaçu, na igreja, né? E aí, passou um tempo, e lá na Rural de Seropédica, eu fui fazer uma aula de capoeira, assim, fui fazer uma aula experimental, dentro do campus mesmo e a professora comentou sobre o curso, que estava aberta a inscrição e tal e ela era da Engenharia Florestal. Aí ela foi e me mandou o link da inscrição por e-mail, aí eu fiz a inscrição e eu fui selecionada, fiquei bastante feliz ((risos)). Isso é, que a preferência é pra quem tem assim, uma propriedade rural, mas eu consegui entrar como quintal produtivo, que eu tenho um quintal lá com várias plantas e tal. Foi bom participar. ((risos))

Então, eu nem sequer conhecia esse termo “agroecologia”, antes de entrar pra Rural, que eu entrei foi em 2016 lá pra Rural de Seropédica. E aí, lá, esse tema é muito forte, né? da “agroecologia”. E aí, eu me interessei muito por alimentação, alimentação saudável e sobre, me interessei mesmo pelas plantas. Aí eu pensei “é isso, vou ter a oportunidade de entender um pouco disso tudo, né? Assim: das plantas, de como é a produção dos alimentos, vou ter umas visitas técnicas, sabe? Pra contextos que eu não tinha visto assim mais de perto.

É mais, assim, com a agricultura urbana mesmo, né? Por mais que lá em Seropédica, a gente esteja cercado de um monte de pastos, verdes e tudo mais, assim... eu só tive a experiência mesmo de conhecer uma plantação maior foi lá na Embrapa (na Fazendinha da Embrapa), foi a maior plantação que eu vi na vida, né... fora isso, só coisas menores mesmo, assim, tipo.

Assim, eu me senti bem próxima, na época em que eu ingressei na faculdade e que eu entrei pra Escolinha, né? Que eu percebi que essa galera tá em movimento, tipo, tá aí lutando, eles tipo estão lutando tipo no sentido de cultivar as coisas de uma determinada forma. Tem a feira lá em Queimados de [...é, como chama?] ((pensando)), ah, da Agricultura Familiar. Que foi uma coisa que encantou bastante, né? Já tinha visto na escola que eu estudei no ensino médio, né? Que os alimentos recebidos eram da agricultura familiar, mas assim, era aquilo... eu sabia que existia como se fosse algo invisível, né? Aí quando eu entrei pra Escolinha, eu vi isso de uma forma, tipo “Pô, esse povo existe mesmo, tão aí querendo fazer feira, tão querendo assim, competir com a forma, com as feiras convencionais, mas com um espaço bem menor, né?” Mas assim, não me considero assim, ah, faço parte deste movimento social porque eu nunca tive uma atuação tão... forte.

Isso é uma pergunta meio difícil pra mim, porque eu espero muito, assim, do local onde eu moro, né? Mas isso desde sempre, sempre esperei bastante coisas mas nunca tive muito, sabe? também nunca recebi muitas coisas. É, no sentido de tipo: Ah, uma educação ambiental, um esporte e lazer, sabe? Lá eu não tive muito isso. E até o momento da minha vida que eu estava ali satisfeita, com as minhas amiguinhas e tal, sabe? Eu me sentia pertencente do local. Mas depois que a gente ingressa, assim, na vida adulta, que sai da cidade pra trabalhar. Tudo você tem que sair da cidade, né? Pra estudar, pra trabalhar. Aí essa questão do pertencimento vai ficando mais frágil, assim, tipo. “Ah, aonde eu pertenço? É Seropédica, é Nova Iguaçu (que eu fiquei estudando um ano aqui), é Queimados (que eu moro há 24 anos?), sabe, tipo... parece que eu pertenço aos lugares que eu acabo me movimentando mais, que eu tenho mais amizades e atualmente, assim, não é Queimados o local que eu mais tenho amizade, que eu consigo articular coisas, sabe? Se eu quiser fazer um movimento que seja um evento que tenha a ver com esse tema da agroecologia, por exemplo, vai ser muito mais fácil de eu articular isso em Seropédica ou em Nova Iguaçu, do que em Queimados. Mas ainda assim, eu tenho uma coisa assim, de tipo “ah, eu tinha que fazer isso aqui, sabe? Eu tinha que trazer isso pra cá também” já que aqui... ou sei lá, me juntar com as pessoas daqui, incrivelmente, nunca dá. Eu cheguei até conhecer umas pessoas assim, o pessoal da Rede Fitovida, que é lá de Queimados, que faz umas oficinas fitoterápicas, essas coisas assim... mas eu não conseguia me aliar a eles, parece que eu encontro mais essa galera lá em Seropédica que em Queimados mesmo, assim, é mais fácil (parece), pra tudo, né? Eu me sinto bem pertencente a baixada, parece que a baixada me dá esse sentimento de pertencimento porque, tipo, quando você vai em outros lugares, tipo, zona sul, centro, zona norte e zona oeste. Quem nasce aqui na baixada, sente que é muito diferente, sabe? Você é daquele lugar, você é do lugar onde vai ter que pegar trem pra ir trabalhar, vai ter que pegar trem pra ir pro centro Rio, nem que seja só pra se divertir ou você vai ter que pagar uns R\$13,00 numa van pra chegar até determinados lugares. Então, tem umas especificidades que fazem pertencente da baixada como um todo. Tipo, como algumas distâncias são estabelecidas e também, atividades.

Olha, não considero que sejam amplamente divulgadas, assim... eu sempre gostei de planta, né? Mas, é aquela coisa, educação da gente ambiental, principalmente aqui na baixada é muito

assim: Árvore é uma coisa pra você cortar, a árvore é um perigo pra sua calçada, pra sujar o seu quintal, essas coisas, né? Mas quando eu comecei a me interessar “vou plantar nos vasilhinhos e tal”, tipo, a solução que me vinha como “pra ajudar a planta” era adubo químico: era NPK. Era isso que eu ouvia “NPK, NPK”. Não aquilo: “Ah, faz um chá de casca de banana, ou sei lá, tipo, usa alguma pra reter o líquido no solo”. Nenhuma dessas coisas, assim, tipo, nunca chegaram pra mim assim como se fosse uma coisa, tipo, “conhecida de todas, sabe?”. Parece que essas técnicas são tão simples, algumas técnicas da agroecologia são tão simples e ao mesmo tempo parece que quando chega até você, você pensa “nossa, parece que isso... eu já podia ter aplicado isso antes, né? Mas não, o mais recomendável mesmo é você ir na loja, na casa de ração ou numa loja de agropecuária e comprar adubo, comprar sementes também que é muito comum.

É aquilo, né? Se a Escolinha fosse num espaço que tivesse um espaço que tivesse uma área, uma terra mesmo, né? A gente tá aqui no centro de Nova Iguaçu, né? Tudo é asfaltado em volta, eu acho que isso, tipo de você poder ter contato com a teoria e ao mesmo tempo com a prática, é uma coisa que assim, seria muito bom, se a Escolinha pudesse oferecer isso. Mas assim, eu entendo que é uma coisa muito difícil né? Eu acho que a Escolinha é muito boa e muito eficaz nessa forma de, tipo: “coloca ali a teoria, a gente tem umas aulas assim, com bastante fotografias, vídeos, né?... conversas mesmo, porque a gente não tá perto da terra aqui, das plantas mas a gente tá perto das pessoas que vivem essa realidade, da vida. Tipo, o pessoal que mora em Tinguá, muita gente que estuda aqui na Escolinha parece que é desta região. Então, você acaba tendo tipo um contato com as experiências das pessoas através das conversas, dos bastidores, nos intervalos. Mas assim, eu acho muito legal mesmo que a Escolinha tenha essas visitas técnicas, sabe? Tipo, e que oferece o ônibus pra gente ir, a gente não tem um custo além do que teria vindo pra cá quando a gente tem uma visita técnica, sabe? Vai sair um ônibus que vai levar a gente até o lugar. E ver assim, algumas experiências assim, na prática. Tipo como eu falei, na Fazendinha da Embrapa, foi muito bom, a gente viu a plantação em consórcio, né, de várias plantas, plantas não convencionais, alimentícias, que também é uma coisa que é bastante divulgada pela Escolinha, vira e mexe tem alguma oficina. Então é isso.

O curso por ser uma sexta-feira na semana, tem um conteúdo bem... assim, que preenche o tempo que a gente tá aqui, né? Mas assim, eu sinto que existe. Mas a Escolinha não é só esse tempo, né, em que a gente fica sentado na sala de aula ouvindo o professor, o pesquisador. Existe uma abertura bem grande, assim, por parte da Mariela, por parte dos professores, pesquisadores que vem aqui, para com a nossas experiências individuais. E tipo, uma troca de e-mail, uma troca de telefone, até pra que a gente possa tirar uma dúvida assim, posterior, assim.

Então, quando eu fiz o curso na Escolinha, eu tava num momento muito corrido da minha vida, assim, tipo... enquanto eu estava fazendo o curso, eu estava até me sentindo assim, um tanto “inconformada” por não conseguir colocar a maioria das coisas que eu tava aprendendo

aqui na prática. E aí quando chegou o final do curso, você tem que dar um projeto, eu fiquei bem preocupada. Eu fiz um projeto que na minha cabeça, seria o mais rápido, mas assim, eu acredito que tenha sido um dos projetos mais difíceis, que foi o de sistema de irrigação, que eu fiz, sabe? Assim, mais difícil no sentido de que, ah, era uma engenhoca. Daí você tinha que montar no espaço um negócio. Mas assim, eu fiz. Mas queria ter tido, assim, a chance de fazer algum projeto desses que você só vê o resultado com o tempo. Tipo, você vai fazer uma composteira, você vai precisar, sei lá, muitos dias pra obter o resultado de ter uma terra, né? E eu queria ter feito algo mais assim, sabe? Ou sei lá, fazer várias mudas, fazer várias sementes germinarem, sabe? Observar esse processo também de crescimento, mas eu estava numa fase muito corrida (nesse ano de 2017), e aí, no ano seguinte eu falei “pô, eu vou querer retribuir, né, isso que eu recebi da Escolinha. E minha forma de retribuição foi vindo trabalhar aqui na cozinha no ano seguinte, o que tornou também a minha vida tão corrida quanto e eu não consegui também colocar muitas coisas em prática, mas eu achei importante criar esse vínculo com a Escolinha pra além dessa posição de aluna, né? Tipo, na posição de voluntária também porque, é aquilo, enquanto a Escolinha existir, as chances de aprender tá ali. Eu acho que qualquer aluno, ex-aluno da Escolinha, se sente confortável pra chegar aqui, nem que seja na hora do almoço só e cumprimentar o pessoal da cozinha, cumprimentar a Mariela, tirar uma dúvida, sabe? E aí assim, eu fiquei bem inconformada com essa dificuldade minha de não ter mais tempo em prática, mas eu senti que era isso, que as coisas que eu tinha aprendido... sabe, eu tenho bastante anotações no meu caderno da Escolinha, a gente também ganha bastante apostilas, então, eu sinto que esse conhecimento e esses momentos que eu tive aqui, assim, eu tenho como reavivar essas coisas pra colocar em prática, por mais que eu não tenha conseguido colocar a maioria, né, em tempo.

Sim, eu acho que vai muito do quanto você também dá atenção aquilo quando você chega em casa, né? Mas eu acredito que sim. Se fosse um curso mais extenso, talvez, muita gente não participasse, assim, porque tipo, ah... já é um ano, né? E a gente costuma virar o ano e se programar, né? Pra naquele ano fazer determinada coisa. Assim, eu fico feliz que o curso seja dentro desse período, em que você consegue começar no início do ano e no final do ano, você pensa: “Poxa, eu consegui fazer algo, fiz até o fim”, entendeu? Tipo isso.

Não, não. Não sinto isso. Tipo, essa pergunta é muito ampla também, tipo... A gente jovem e tal, a gente é muito cobrado pra dar um retorno pra sociedade. Você sai da fase adolescente já, em que você é servido, né? Tipo a fase infantil/fase adolescente em que você tá ali sendo servido o tempo inteiro pra uma fase em que você tem que servir. E a gente também não tem muitos exemplos, né, no dia a dia. Desde, sei lá, uma loja, sabe?... Você sente que todo mundo tá sendo violado o tempo inteiro, né? Tipo, ah, desde a pessoa que tá ali num caixa de um supermercado que não vai te atender com um sorriso ou com uma gentileza porque a pessoa nem sequer pode se levantar pra ir ao banheiro quando ela deseja, sabe? E aí você se sente violado de alguma forma, “poxa, eu deveria ter sido tratado melhor”. Ou sei lá, no trem, que tem os vagões destinados ao público feminino em determinados horários e você também não é respeitada por isso. Ou algumas coisas que são tidas como “não tão graves”, né? como a

nossa própria alimentação que a gente não tem um conhecimento muito aprofundado sobre o que tá na nossa mesa, sobre que insumos são utilizados e as mudanças também que ocorrem, sabe? Tipo, nada disso é consultado. A gente, que é parte da população e muito menos aos especialistas mesmo, sabe, da área... tipo nutricionistas. Tipo, muita gente que, acho que não tem nada a ver com o assunto é que tá decidindo as coisas por nós, sabe? Muita gente que não tem nada a ver com alimentação tá decidindo coisas por nós. Muita gente que não tem nada a ver com educação tá está decidindo por nós. Eu acho que eu não me sinto respeitada, no geral. A Escolinha ela tem um caráter mais... assim, uma característica forte de que as pessoas que frequentam e que fazem isso daqui funcionar são pessoas de idade, sabe? Tipo: são pessoas mais velhas e tal. E eu percebi assim, que esse público, que muita das vezes, assim, quando você vê entrando num ônibus, vê entrando num trem, tá sendo criticado porque aparentemente essas pessoas não estão fazendo nada, né? Essas pessoas não tem mais valor na sociedade. Você vê que um projeto como esse funciona graças aos braços, sabe, dessas pessoas, sabe? Que são de mais idade... eu senti que mudou muito assim, a minha forma de enxergar. Sabe, até tipo, os movimentos sociais como algo que é um dever dos jovens. Que é pra quem ainda sonha, né? Pra quem ainda é imaturo o suficiente pra poder sonhar, sabe? Eu senti que não, sabe? Tipo, as pessoas elas envelhecem, elas adoecem, elas aprendem a continuar sonhando e a continuar lutando mesmo pelo que elas acreditam, sabe? Não basta você só viver, sabe, se você não tiver algo pra acreditar, pra lutar, sabe? Acho que eu aprendi isso.

Entrevistado(a) 5: Técnico

A minha formação é de geografia, né? Então, durante o curso da graduação, já estudava a questão da agricultura, da agricultura urbana, já estudava na universidade a esse respeito. Então, ficava assim “catando” na internet, algum curso que tivesse afinidade com o tema, né, agroecologia. Aí descobri em 2016, eu tava vendo o cursinho, mas já estava em andamento, né? Aí eu esperei abrir as inscrições, fiz a inscrição, daí fiquei contente de ter passado, né? E é realmente uma formação que eu queria complementar, né? E tem tudo a ver com o espaço da baixada, eu moro próximo... enfim, realmente foi bacana ter sido aluno da Escolinha. Por ser, como filho de migrante, meus pais da Bahia e Minas, trazem sempre na sua bagagem a história da relação com a terra, com o quintal, né? Como o meu pai tinha esse gosto pelo plantio, pela criação de animais e com isso você vai guardando, vai tendo essa herança história e a herança das suas relações que você tem com o bairro, um bairro residencial que também os moradores tinham essa preferência assim, pelo cultivo, né? E o bairro também tinha uma relação de hortas urbanas, que era cortado por uma via de transmissão da Light. Eu me lembro que a minha mãe fazia lista de remédios, comprava ali remédios naturais, compra de hortaliças ali, né? Então, isso vai fazendo uma bagagem.

Eu tenho relação com os Movimentos Sociais Urbanos, devido a essa opção, essa formação, esse gosto pela agroecologia. Você procura, né? Assim, incentivar e ver onde tem esses locais de resistência de agricultura urbana. Eu faço parte da Rede Ecológica, né? Que tem essa rede de consumidores ligados aos produtores da baixada e com outros municípios do Rio de

Janeiro. E assim, você tendo essa percepção de espaço de onde poderia, está acontecendo, onde está diminuindo, no caso, justamente esses locais de cultivo nas redes. Assim, você vai tendo essa relação com os agricultores, né? E faz aquele questionamento “por que que tá produzindo, por que que não tá?”, “como é que você consegue produzir? se você produz sem veneno”, todo aquele questionamento com eles. Então, procuro ter uma relação de amizade. Tudo fruto dessa tua ideia de tentar manter ou tentar mudar o modo de vida deles, ou tentar ajudar, né? Então, funciona mais ou menos como uma rede. A partir do momento que você entra na rede, que você é o nó dessa rede, você tem essa visão, essa percepção de que você, onde você puder, tá mudando. E não sei se vai ter alguma pergunta com a sua afinidade com o bairro, né? Tanto como a agricultura, tanto como arborização, proteção urbana, tanto como meio ambiente do local, tanto como a relação com as escolas, com a igreja, né? Que a igreja realmente é um ponto de referência nessa rede dos movimentos sociais, né? E você procura se engajar e propôr essa tua visão de mudança de vida ou de ampliação da consciência ambiental.

Meu engajamento é desde jovem com os movimentos políticos, com o Partido dos Trabalhadores, Associação dos Moradores, tudo voltado para as questões locais do bairro, né? E ainda mais depois dessa formação em Geografia, com o curso de Agroecologia, voltado mais especificamente para o meio ambiente. No fim, acaba sendo uma coisa ampla que consegue reunir todos esses temas sociais, político e econômico. E conheço hoje, atualmente, faço parte de um Grupo de Pastoral do Meio Ambiente, onde ela tem também uma ligação com a cidade do Rio de Janeiro, mas a gente procura se voltar mais para o local, fazendo ações nas capelas das favelas vizinhas e ações de atividade na matriz local, com temas de arborização, distribuição de mudas para as pessoas plantarem nas calçadas, com hortas nos quintas, hortas nos pequenos espaços, distribuição de mudas de legumes, né? E ensinando as pessoas como elas podem mesmo em pequenos locais fazer plantios e cultivar essas hortaliças para consumo próprio.

É um movimento de vai e vem, né? Quando você tem conhecimento desta técnica de produção desses alimentos sem veneno e o cultivo, sobretudo, das pessoas de mais idade que usavam, né, na sua alimentação cotidiana, seus cafés da manhã, almoço, na janta, utilizando como remédios caseiros, né? Você, a todo momento da nossa conversa até com os mais antigos, você pergunta: “E aí, você usava? Você ainda usa? Por que que deixou”, né? O meu interesse também é muito na ideia da Segurança Alimentar, quando você tenta trabalhar com as crianças uma ideia de mudança alimentar, isso também com os adultos, com os mais velhos. Uma ideia do resgate da antiga alimentação que eles tem, né? Só não tem assim, eu não tenho assim, mas deveria ter uma sistematização desse conteúdo, que eu deveria realmente trabalhar isso. Fica mais no bate-papo, né? Quando você vai na favela, você pega uma plantinha no meio do caminho e mostra pros de mais idade e fala “- E aí? Usa?”, “-A gente usa, usa pra remédio, né?”. Ou quando a gente faz uma roda com as crianças: “E aí, você conhece isso? Você come? Você gosta, né, da alimentação natural?” Enfim, é uma tentativa não muito sistemática, de todo momento você tentar fazer... tentar lembrar a

memória dessas pessoas, tentar mostrar “Olha, era interessante... como era bom, né?” – E eles são afirmativos: “Sim, era bom! Era bom! Meus pais cultivavam, eu comia”. E com as crianças, né? “-Olha, quem aqui come? Quem aqui gosta? Quem aqui a mãe faz?” E mostrando também o outro lado negativo: “-E esse produto aqui super, ultra-processado, vocês comem?” Sim, vocês comem. Então é um jogo assim como se fosse uma forma pedagógica de tentar mostrar pra eles, poxa, uma mudança de vida. É uma coisa assim de Educação Alimentar e Ambiental.

No meio acadêmico, digo assim, as universidades públicas. Acredito que no estado do Rio todos os cursos, né, pelo menos que eu vi de Geografia, de Biologia, de Nutrição, de Engenharia, na UFRJ, na Rural, na UFF, todos tem trabalhado isso, na parte de educação. E eu vejo também assim, não sei se é com preocupação, que setores de comércio, de alimentação, estão se apropriando dessa ideia porque viram que a população está querendo mudar, tá aceitando isso, tá acreditando, né? E talvez, assim, isso surja para o bem, né? De mudança de vida, mudança alimentar. Mas a gente vê que pela realidade que os professores da Escolinha mostram é muito difícil, né? Porque esse modelo econômico aí, a forma de produção realmente arrasa com o produtor rural, com quem produz alimento de forma familiar. É um modelo que precisa ser realmente combatido e, como diz assim, as novas mudanças políticas que aconteceram aí, nos traz assim, muita, muita preocupação. Pela Rede Ecológica, a gente conversa com os produtores, assim, até pelo whatsapp, depoimentos dele ou conversas mesmo na hora da entrega. Eles dizem: “- Tá difícil, né?”. A gente sabe que pelos relatos dos alunos, essa produção, assim, de documentação com relação a agricultura familiar está cada vez mais difícil: Falta de apoio por parte do Governo; falta de encontrar mercados, assim, que sejam regulares para ele, pra que eles possam ter certeza dessa renda e, na ideia do cultivo deles da parte de produção, de relações econômicas deles, de familiar... tá muito difícil, né? São produtores que já estão cansados, já estão precisando ser apoiados em termos assim, de apoio de trabalho. E eles veem que não tem, né? Familiar, família, os filhos, os parentes não querem dar continuidade a esse modo de vida, modo de produção de renda e realmente tá difícil. Eu vejo assim, ao mesmo tempo, com esperança, como forma de resistência mas também muito preocupado.

É uma sociedade de classes, né? A classe trabalhadora, realmente, eu vejo que não tem. Cada vez mais os direitos são diminuídos, os direitos são tidos como vantagens, os direitos, eles acreditam que o modelo econômico propõe que não há forma de distribuir renda, de manter pra todos, enquanto isso é uma falácia, né? A gente sabe que o Brasil é rico, né? E que o que existe é a desigualdade, a má distribuição de renda. E a todo momento os Movimentos Sociais tentam barrar este tipo de argumento macroeconômico, né? Mas eu vejo com preocupação que realmente não há garantia dos direitos. A garantia dos direitos são só feitos através dos Movimentos Sociais. A gente tem aí uma ideia imposta pela classe dominante, que depois desses presidentes Lula e presidente Dilma, né? Eles incham a mídia com coisas negativas. Isso realmente traz ao povo uma ideia de fracasso enquanto que não, né? A gente tem a mídia alternativa, a mídia que representa esses Movimentos Sociais que tentam de alguma forma pressionar para que os direitos sejam garantidos, né? Os direitos da Constituição, os direitos

trabalhistas sejam mantidos. E realmente eu vejo com preocupação, que realmente os direitos que a gente conquistou sejam, a partir de agora deste Governo, sejam tirados mais ainda da classe trabalhadora, desta sociedade que é a maioria, né?

O aluno... a gente quer mais. Mas a gente entende a realidade da Escolinha se manter, realmente, num modelo desse de cortes em todos os sentidos, né, de recursos. E a gente, eu, pelo menos, como técnico e não como produtor, a gente sempre vai e vem pra Escolinha com a ideia de ganhar conteúdo na parte prática, né? É mais... quer dizer, a Escolinha entende que é volta mais pra um conteúdo pra tentar mudar o modo de produção do agricultor, né? Tentar fazer com que ele reconheça, ele ganhe essa ideia da produção ecológica, né, agroecológica. Então, o conteúdo técnico eu já tinha, mas eu gostaria que tivesse mais conteúdo prático: De mostrar a forma de produção, uma forma de produção das sementes, uma forma de produção dos mais variados tipos de produtos e um conteúdo mais prático e isso eu acho que faltou pra Escolinha.

Sim, muda muito porque você passa a ter contato com esse real, com esse tipo de produtor que está ali também na resistência, que tem uma história política, social, né? Que vem pra cá, o produtor, o estudante... que vem pra cá participar, dar a sua opinião, a sua participação. Eu acredito que essas relações que você mantém, que você conquista, eu acho que é a parte principal da Escola. Você tem duas vezes por mês, você ganhar essa história de mulheres, de homens, de estudantes que a todo o momento contam as suas experiências de resistência na produção ecológica, na produção familiar. Pra mim, mais do que conteúdo é você poder tratar ou poder debater, você poder resgatar esses modos de resistência do agricultor na baixada fluminense que é muito forte. É um misto, assim, de história da baixada contada pelas aulas, né? Por ser confirmado pela história de vida dessas pessoas, né? Os municípios da baixada, você tem realmente um reforço da luta contra a especulação imobiliária, contra a violência, contra o descaso municipais e estaduais contra eles. A luta pra manter a sua afinidade com a terra, a luta pra manter a questão história dos antecedentes, dos antepassados. E é muito rica, muito rica! Só te reforça, te dá assim, poxa: “ - Gratidão por estar participando desse momento de relacionamento com eles”, né?... E você cada vez mais vai atrás de... poxa, de conteúdo, né? De trabalhos como o teu de mestrado, de pessoas que trabalharam e fizeram mestrado nesse tema, enfim, é como se fosse assim um estopim. Tá aí: é isso mesmo e você vai atrás, né? E a partir daí, não tem mais volta. Quer dizer, eu moro na porta de entrada da baixada, né? O Jardim América é ali no início da Dutra... então antes tinha as costas pra baixada e passa a ter a frente pra cá, né? Você procura fazer tudo, você procura se informar de temas relacionados de pessoas, de cuidados voltados pra resgatar a dignidade, a história da sociedade da baixada fluminense, né? E tem... e tem. Estão ali escondidos, sendo colocados – eu diria – de forma negativa ou de forma obscura pela sociedade que dita de poder, né?

Sim, a Escolinha, por ter uma programação, um conteúdo pra ser feito, né... As aulas durante o ano todo, os temas já são marcados, né? E pela necessidade de você ter esse conteúdo, na sala de aula tem poucos momentos de debate, né, de troca de experiências... Isso ocorre mais nos intervalos, quando você pode dialogar. Na hora do almoço, você senta e conversa. Às

vezes quando você vê uma pessoa que fala um tema que te interessa, depois mais tarde você procura conversar com ela, tentar saber um pouco a história de vida dela, né? Quando você ouve falar do produtor que produz tal alimento, aí que te interessa. Quando você ouve falar do produtor que tá produzindo e tá vendendo na Feira da Roça, aí que te interessa. Enfim, a troca é possível, né... dentro do limite, claro que, como disse, você tem uma programação a ser feita, você tem um horário, você tem muito apertado, mas você consegue. Você consegue sim, no intervalo, no almoço, de visitas técnicas no campo, você consegue tirar um pouco dessa informação, desse conteúdo e passar também aquilo, a tua experiência de vida pra eles.

É... Eu não sou agricultor, né? Mas a minha ligação com a agricultura urbana no Rio de Janeiro e com o meio ambiente no Rio de Janeiro, é... tenta ser a mais intensa possível, né? Na participação dos movimentos ambientais, ambientalistas, participação nas feiras que, a minha feira mais próxima é a Feira de Olaria, né? A feira orgânica de Olaria. Você tem movimentos da Leopoldina, da Serra da Misericórdia, dos fóruns ambientais da UFRJ, enfim... depois da Escolinha, eu acredito que assim, aumentou mesmo a minha vontade de fortalecer essa atividade, esse tema, né, no local onde eu moro. A todo o tempo eu tento mostrar, apresentar essa ideia, né? E tema de apresentação da minha graduação, do trabalho final, foi de arborização urbana e com pesquisa de questionário com as pessoas. Então, eu pude perceber que os mais idosos, eles ainda tem essa ligação. De arborização da árvore... quais os aspectos positivos que ela vê e os aspectos negativos. Dos idosos, as partes dos mais antigos, foram os que mais destacaram aspectos positivos da arborização urbana. Então, eu vejo que a gente tem que trabalhar com os mais jovens e tem que resgatar essa ideia do verde, da ideia do espaço verde, das áreas verdes, da arborização urbana com os mais novos e não deixar morrer.

Anexo D: Perfil dos entrevistados

Foram realizadas cinco entrevistas com alunos e ex-alunos da Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu. Do total, três são produtores rurais, inseridos na agricultura familiar da baixada fluminense e integram a Feira da Roça do Centro de Nova Iguaçu, sito à Praça Rui Barbosa. Uma entrevista foi realizada com uma (01) aluna que entrou na Escolinha, pela modalidade de “quintais produtivos” e um (01) com perfil técnico/ambientalista/estudante.

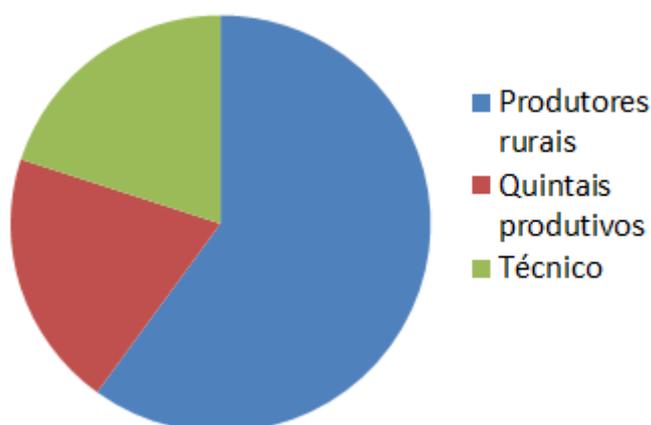


Figura 6 – Representação do perfil dos entrevistados
Fonte: autoria própria, 2019

O público selecionado para as entrevistas, mescla homens e mulheres, com idades variantes. Todos os produtores rurais entrevistados são residentes de Nova Iguaçu. As idades e sexo dos participantes são: 24, 49, 60 anos (feminino) e 52 e 55 anos (masculino), respectivamente.

Em geral, destacamos que a coleta de dados para a pesquisa, incluindo visitas à sede da Emater e às aulas, enquanto observadora do projeto, obteve início em outubro de 2017 e foi finalizada em janeiro de 2019.